



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LORENA DE MEIRA RODRIGUEZ

**A GUERRILHA DO ARAGUAIA: meios de comunicação contra-
hegemônicos da Amazônia para a Europa**

BELÉM- PARÁ
2017

LORENA DE MEIRA RODRIGUEZ

**A GUERRILHA DO ARAGUAIA: meios de comunicação contra-hegemônicos
da Amazônia para a Europa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade
Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Comunicação. Área de
Concentração: Comunicação.
Linha de Pesquisa: Comunicação, cultura e
sociabilidades na Amazônia.

Orientadora: Prof. Dra. Célia Regina Trindade
das Chagas Amorim

BELÉM-PARÁ
2017

O46a Rodriguez, Lorena de Meira

A GUERRILHA DO ARAGUAIA: meios de comunicação contra-hegemônicos da Amazônia para a Europa /Lorena de Meira Rodriguez. Belém: UFPA, 2021. 156f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

1. Mídia contra-hegemônica 2. Guerrilha do Araguaia 3. Ditadura Militar.

I. Título.

C.D.D. 302.2

LORENA DE MEIRA RODRIGUEZ

**A GUERRILHA DO ARAGUAIA: meios de comunicação contra-hegemônicos da
Amazônia para a Europa**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do
Pará, como parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia,
Mestrado em Ciências da Comunicação, para a
Defesa de Dissertação.

Orientadora Prof. Dra. Célia Regina Trindade
das Chagas Amorim

DATA DA AVALIAÇÃO: 22 de março de 2017

CONCEITO: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim – orientadora (PPGCom-UFPA)

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro – examinador interno (PPGCom-UFPA)

Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho – examinador interno (PPGCom-UFPA)

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo – examinador externo (CMA-UFPA)

BELÉM-PARÁ
2017

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, instituição fundamental para a construção e disseminação do conhecimento científico no norte do Brasil, lugar de aprendizagem, contemplação e luta e que, durante os anos sóbrios da ditadura militar, assim como o Araguaia, foi palco de ações orquestradas pelos órgãos da repressão do governo em vigor. Aos estimados professores que não mediram esforços para que o Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, pudesse existir, contribuindo para a qualificação dos pesquisadores da região amazônica.

À Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA, financiadora deste projeto e que, através de seus incentivos, possibilitou-me, além de dedicar-me em tempo integral a este estudo, participar do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia.

Agradeço à minha orientadora, querida amiga e professora Prof. Dra. Célia Regina Trindade das Chagas Amorim, que esteve sempre ao meu lado, indagando-me e orientando-me de forma atenta e dedicada, tendo eu tido a honra de ser sua primeira orientanda no PPGCom-UFGPA.

Aos professores Doutores Fábio Fonseca de Castro, Otacílio Amaral Filho e Aldrin Moura de Figueiredo, que compuseram a banca examinadora e orientadora da elaboração deste projeto.

À Comissão da Verdade do Pará e seu presidente Egídio Salles Filho (*In Memoriam*), às Instituições e comissões que a apoiaram, entre as quais Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Oeste do Pará, à todos os seus integrantes formais e aos voluntários que com esta contribuíram, das mais diversas formas e dentro de suas possibilidades, fazendo com que, mesmo com pouquíssimo apoio das esferas públicas que deveriam suportá-la, pudesse existir e executar seu tão nobre papel de resgate e dignidade. E também à memória das vítimas deste tão cruel período da história do Brasil.

Às irmãs Amélia Teles, responsável durante anos pela impressão do jornal do PCdoB, e Alice Smith, que esteve vivendo e combatendo nas matas do Araguaia, testemunhas oculares que, por sorte, sobreviveram e tiveram a generosidade de receber-me em suas casas e comigo partilharem suas memórias.

À Biblioteca Nacional do Brasil que, através de seu extenso arquivo digital, deu-me a oportunidade de aproximar-me da época aqui trabalhada através de seus periódicos, minuciosamente preparados para o utilizador.

Ao Arquivo da Universidade Federal do Pará, através do qual pude aceder ao acervo do *Jornal Resistência* e ao Arquivo do Estado de São Paulo que me possibilitou o acesso ao seu acervo de jornais “alternativos”.

Ao querido amigo Paulo Fonteles Filho (*In Memoriam*) que me instigou a fazer este trabalho a partir da replicação de uma notícia de um jornal francês, *Politiquè Hebdo*, que em 1973 discorria, com certa riqueza de detalhes, informações sobre a que ficou conhecida como a Guerrilha do Araguaia, conflito que ocorria no centro do Brasil em um período que esta era ainda negada em território brasileiro. E que, posteriormente, acolheu-me na 1ª Caravana ao Araguaia da CEV-Pa, dando-me a oportunidade de conhecer, presencialmente, o território que buscava desbravar, em momento de grande importância quando estavam sendo colhidos depoimentos para os relatórios da CEV.

Ao estimado Marcelo Zelic, que tive a sorte de conhecer às margens do Rio Araguaia em viagem junto à Caravana da Verdade. Idealizador do projeto *Armazém Memória* disponibiliza, on-line e a qualquer usuário, o acesso à uma quantidade vastíssima de informações que podem servir de objeto de pesquisa ou de apoio ao estudo e que, de forma generosa, compartilhou com a UNIFESPPA.

Ao senhor anônimo que me vendeu um compêndio de recortes de jornais da época, que acabaram por tornar-se mais um objeto desta pesquisa.

À minha mãe, parceira incansável. À minha irmã, presente na emocionante entrevista com Criméia Schmidt e aos meus pequenos, pela paciência e afeto.

RESUMO

O presente estudo busca refletir acerca do papel das mídias contra-hegemônicas na divulgação de notícias sobre a Guerrilha do Araguaia nas dimensões internacionais, nacionais e regionais e tem como objetos empíricos de análise os seguintes meios de comunicação alternativos: rádio *Tirana* (Albânia), jornais *Frente Brasileño de Informaciones* (1968-1973) (Chile), *Politique Hebdo* (1970-1978/1982) e *Liberati3n* (1973) (França), *A Classe Operária* (1925), *O Araguaia* (1974-1975), *Coojournal* (1976-1983) e *Resistência* (1978-1983) (Brasil). Para este fim foram selecionadas veiculações que abordassem a Guerrilha, uma de cada meio, dando-se prioridade à primeira identificada seguindo a ordem cronológica. Estes veículos de comunicação alternativos referiram-se à Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência armada à ditadura militar brasileira (1964-1985) que aconteceu entre as décadas de 1960 e 1970, no sudeste do Pará, enquanto esta ainda se encontrava em curso e sob a mordaa do Estado brasileiro. A hipótese apreciada é a de que, mesmo essas mídias tendo sido produzidas em âmbitos e locais distintos, eram alimentadas por uma ou mais redes de informações, preocupadas em divulgar o conflito. A questão que originou esta pesquisa foi: como as notícias da Guerrilha chegavam à mídia contra-hegemônica internacional se o conflito era negado pelo Regime Militar Brasileiro e pouco foi divulgado na imprensa chamada “oficial”, à época de sua ocorrência? De modo a poder desvelar o objeto de estudo preterido buscamos como referências conceitos fundamentais ao tema tais como o de hegemonia proposto por Antonio Gramsci (1999), que aborda o domínio de um grupo detentor de capital financeiro e/ou intelectual sobre outro o qual detém a condição de oprimido, este logo alude à contra-hegemonia, aqui ancorada por Denis de Moraes (2011). Outros preceitos foram fundamentais como a censura à imprensa debatida por Karl Marx (2006), em âmbito internacional, e por Beatriz Kushnir (2015) e Anne-Marie Smith (2000), no plano nacional. Nos debruçamos ainda sobre a mídia tida como radical e alternativa, contestadora do *status quo*, através de John Downing (2002) e Cecília Peruzzo (2006) dentre outros. Logo, para a Guerrilha, estudamos as obras de Fernando Portela (1986), Élio Gáspari (2002) e Paulo Fonteles Filho (2013). A pesquisa mostrou-se relevante uma vez que levantou meios de comunicação alternativos que abordaram a temática da Guerrilha e, todavia, não haviam sido trabalhados anteriormente. Para além do ineditismo, o estudo fez-nos perceber que, mesmo estando a imprensa nacional censurada sobre o assunto, o tema alcançou inclusive veículos internacionais, sendo estes fundamentais para que o conflito fosse registrado e

legitimado. Inferiu-se que as notícias eram partilhadas por redes de informações. A pesquisa foi feita a partir do viés qualitativo proposto por Ortez e Gonzáles e das técnicas de análise de conteúdo propostas por Laurece Bardin (1979).

Palavras-chave: Mídia contra-hegemônica. Guerrilha do Araguaia. Ditadura Militar. Censura.

ABSTRACT

This study aims at reflecting on the role of counter-hegemonic media in the dissemination of news about the Araguaia Guerrilla in the international, national and regional dimensions and has as empirical objects of analysis the following alternative means of communication: *Tirana* radio (Albania), newspapers *Brazilian Front of Information* (1968- 1973) (Chile), *Politique Hebdo* (1970-1978 / 1982) and *Liberación* (1973) (France), *A Classe Operária* (1925), *O Araguaia* (1974-1975), *Coojournal* (1976-1983) and *Resistência* (1983) (Brazil). For this purpose, we selected placements that approached the Guerrilla, being one of each medium, giving priority to the first identified according to the chronological order. These alternative media refer to the Araguaia Guerrilla, a movement of armed resistance to the Brazilian military dictatorship (1964-1985) that took place between the 1960s and 1970s, in southeastern Pará, while it was still in progress and under the gag of the Brazilian State. The hypothesis is that even these mediums were produced at different scopes and locations, they were fed by one or more networks of information, concerned with publicizing the conflict. The problem that gave rise to this research was: how did Guerrilla news reach the international counter-hegemonic media if the conflict was denied by the Brazilian Military Regime and was not reported in the official press at the time of its occurrence? In order to be able to unveil the object of study that has been missed, we look for fundamental concepts such as the one of hegemony proposed by Antonio Gramsci (1999), that approaches the domain of a group that holds financial and / or intellectual capital over another that holds The condition of oppressed, this alludes to counter-hegemony, here anchored by Denis de Moraes (2011). Other precepts were fundamental as the press censorship debated by Karl Marx (2006) at the international level, and by Beatriz Kushnir (2015) and Anne-Marie Smith (2000) at the national level. We also focus on the radical and alternative media that challenge the status quo, through John Downing (2002) and Cecilia Peruzzo (2006), among others. Therefore, for the Guerrilla, we studied the works of Fernando Portela (1986), Élio Gáspari (2002) and Paulo Fonteles Filho (2013). The research was relevant since it raised counter-hegemonic media that approached the subject of the Guerrilla and, nevertheless, had not been worked previously. In addition to the novelty, the study made us realize that, even though the national press was censored on the subject, the subject reached international vehicles, and these were fundamental for the conflict to be registered and legitimized. It was inferred that news was shared by information networks. The

research was made using the qualitative techniques proposed by Ortez and Gonzáles and the techniques of content analysis proposed by Laurece Bardin (1979).

Keywords: Media counterhegemonic. Araguaia guerrilla movement. Military dictatorship. Censorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 – <i>Corpus</i> selecionado	20
Imagem 01 - Manifesto do <i>Comité de Denuncia de la Represión en Brasil</i> em apoio aos norte-vietnamitas durante a Guerra do Vietnã, encartado no <i>Boletín Frente Brasileño de Información</i> , 1972	36
Imagem 02 - Sumário de Informações sobre o Comunismo Internacional produzido pelo Serviço Nacional de Informações – SNI	37
Imagem 03 - <i>Frente Brasileño de Información</i> , nov. 1972	43
Imagem 04 - Guia do depósito em prol do Comité de Solidariedade ao Povo Brasileiro, encartada na edição suíça do <i>Boletim da Frente Brasileira de Informações</i>	44
Imagem 05 - Boletim Nº 2, de dezembro de 1982, do <i>Frente Brasileira de Informações</i>	44
Imagem 06 - Contra-capá do Boletim Nº 2, de dezembro de 1972, da <i>Frente Brasileira de Informações</i>	45
Imagem 07 – <i>Resistência</i> , dez. 1978	54
Imagem 08 - Relatório confidencial da Fundação Nacional do Índio que versa sobre o trabalho de “massa” na reserva indígena de Xambioá	55
Imagem 09 - Conflitos agrários – 1972	56
Imagem 10 - Levantamento sobre conflitos agrários no país e suas motivações	56
Imagem 11 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 16/09/1972 – Página censurada e publicada	63
Imagem 12 - Informe sobre delitos e atividades ilícitas com a linha editorial e posicionamento ideológico de veículos de comunicação entre os quais está o <i>Coojornal</i> - 18/04/1980	64
Imagem 13 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 22/03/1972	70
Imagem 14 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 30/08/1972	70
Imagem 15 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 17/09/1972	71
Imagem 16 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 01/10/1972	72
Imagem 17 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 07/10/1972	72
Imagem 18 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 03/10/1972	72
Imagem 19 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 10/11/1972	73
Imagem 20 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 24/09/1972	73
Imagem 21 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 07/12/1972	74
Imagem 22 - <i>O Estado de São Paulo</i> , 06/05/1975	74

Imagem 23 - <i>The New York Times</i> , 26/09/1972	76
Imagem 24 - <i>The New York Times</i> , 27/09/1972	76
Imagem 25 - Relatório do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica que elencava organizações subversivas: capa e página dedicada ao PCdoB onde consta a orientação do partido e os meios de comunicação a este atrelados	82
Imagem 26 - Capa e página 1 do <i>Dossiê CISA</i> de 12/04/1973	91
Imagem 27 - <i>Frente Brasileño de Informaciones</i> , nov. 1972	105
Imagem 28 - <i>Politique Hebdo</i> , ed. 65, 1973	107
Imagem 29 - <i>Politique Hebdo</i> , ed. 65, 1973	108
Imagem 30: <i>Liberation</i> . Página dedicada ao Brasil. 05/04/1974	111
Imagem 31: <i>Liberation</i> . Matéria sobre a Guerrilha do Araguaia. 05/04/1974	112
Imagem 32: <i>A Classe Operária</i> , abr. 1972	114
Imagem 33: Relatório CISA-Rj – Organizações subversivas. 19/07/1977	115
Imagem 34: <i>O Araguaia</i> , jul. 1974	116
Imagem 35: Editorial do <i>O Araguaia</i> , jul. 1974	117
Imagem 36: <i>Coojournal</i> , jul. 1978	120
Imagem 37: Revista <i>Veja</i> . 21/11/1979	122
Imagem 38: Relatório Comando Aéreo Regional. Maio 1978	124
Imagem 39: Paulo Roberto Ferreira assina um documento na Polícia Federal depois de uma invasão à gráfica do <i>Resistência</i>	124
Imagem 40: Passeata em apoio ao jornal, 1980	125
Imagem 41: Informe sobre “Publicidade de órgãos governamentais na imprensa Contestatória”. Serviço Nacional de Informação	126
Imagem 42: <i>Resistência</i> , 09/02/1979	127
Imagem 44: <i>Resistência</i> , 09/02/1979	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 SÉCULO XX: ENTRE CONFLITOS DECLARADOS E VELADOS E A DITADURA BRASILEIRA (1964 – 1985)	30
1.1 O perigo comunista e o Brasil da década de 1970	32
1.2 A ditadura militar e os movimentos de resistência armada	38
1.3 Amazônia, desenvolvimento e conflitos sociais	45
1.4 A guerrilha que não existiu e a luta na selva	49
2 IMPRENSA E GOVERNO MILITAR: DA AMEAÇA À MORDAÇA	57
2.1 A censura à imprensa e a Guerrilha do Araguaia nos meios de comunicação	60
2.2 <i>O Estado de São Paulo</i> : furo, visão hegemônica e o governo militar	66
2.3 <i>The New York Times</i> : legitimação e negação do conflito na grande mídia	75
2.4 Mídia contra-hegemônica e seu papel de questionamento e subversão durante o Regime Militar	77
3 PERCURSO METODOLÓGICO: A GUERRILHA DO ARAGUAIA NA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	83
3.1 A rádio <i>Tirana</i> : em ondas curtas da Albânia para o Brasil	87
3.2 <i>Frente Brasileño de Informaciones</i> : em rede com o compromisso de quebrar o bloqueio da censura	104
3.3 <i>Politique Hebdo</i> : “um jornal a esquerda da esquerda”	106
3.4 <i>Libération</i> : a imprensa ativista e apartidária francesa	110
3.5 <i>A Classe Operária</i> : órgão do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil	112
3.6 <i>O Araguaia</i> : “Órgão dos comitês de apoio à luta dos camponeses do Pará”	115
3.7 <i>Coojournal</i> : um jornal de jornalistas unidos pela repressão	118
3.8 <i>Resistência</i> : a voz da Sociedade Paraense de Direitos Humanos	123
3.9 Análise do conteúdo levantado	130

CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS	139
ANEXO - Entrevista com a Sra. Maria Amélia de Almeida Telles concedida à autora, realizada na cidade de São Paulo, em 07 de julho de 2016.	149

INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa coincide com a instauração da Comissão Estadual da Verdade e Memória (do Pará)¹ que, assim como a Comissão Nacional da Verdade, busca investigar e esclarecer graves violações de Direitos Humanos como torturas, mortes e desaparecimentos ocorridos no período que se inicia na data da Constituição de 1946 até o dia 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da nova Constituição Federal, abarcando assim as ditaduras civil e militar que estiveram em vigor no Brasil à época². Dentre os temas investigados por esta Comissão encontra-se a Guerrilha do Araguaia:

Um episódio que aconteceu no Sul do Estado Pará em 1970, mas que pouco se sabia, por ser censurado e abafado pelos militares, foi a Guerrilha do Araguaia. Uma reação armada dos membros do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) contra os militares golpistas. Sabiam-se notícias da Guerrilha, através da *Rádio Tirana* da Albânia (PARENTE, 2014, p.38).

O acompanhamento das sessões da Comissão da Verdade do Pará despertou nossa inquietação, pois entendemos que muito ainda há a ser desvelado acerca do tema. Vários estudos acadêmicos foram realizados e pesquisadores vêm se debruçando sobre o assunto, dentre eles Paulo Fonteles Filho³, um dos estudiosos do tema no Pará. Fonteles divulgou em seu blog⁴ uma matéria sobre a Guerrilha do Araguaia, que originalmente fora publicada no semanário francês *Politique Hebdo*, edição nº 65 de 25 de janeiro de 1973, intitulada “*Le programme des pauvres*”, e que nos chamou especialmente a atenção por haver sido veiculada enquanto a Guerrilha ainda se encontrava em curso e sob a censura do governo brasileiro.

¹ A Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) aprovou em 19 de março de 2014, o Projeto de Lei nº 62/2014, que se tornou a Lei nº 7.802/2014, no dia 31 do mesmo mês, instituindo a Comissão Estadual da Verdade e da Memória. O artigo primeiro desta lei esclarece sua função: “Art. 1º - Fica criada no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a Comissão Estadual da Verdade e Memória, com a finalidade de colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos ocorridas contra qualquer pessoa no território do Estado do Pará durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito de memória, da verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito”.

² Este período foi determinado a partir da promulgação da Lei No. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que ficou conhecida como Lei da Anistia.

³ Paulo Fonteles Filho foi gestado e nasceu em uma prisão para presos políticos, em 1972, na cidade de Brasília, durante o Regime Militar Brasileiro. Seus pais, que eram militantes do PCdoB, foram perseguidos e torturados pelos militares. A mãe, Hecilda Veiga, foi presa e obrigada a entregar o marido, Paulo Fonteles. Este ficou conhecido como “advogado do mato” por defender posseiros no Sul do Pará e foi assassinado pelo latifúndio em 1987 (FONTELES, 2013). Paulo Fonteles Filho foi um dos fundadores da Sociedade Paraense de Direitos Humanos e integrou a primeira Caravana da Anistia à região do Araguaia, em busca informações sobre pessoas que teriam desaparecido no local durante a Guerrilha.

⁴Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>. Postado em 09/04/2012 e acessado em 15/09/2014.

Com a identificação desta emissão demos início a uma busca na tentativa de encontrar outros meios de comunicação de matriz contra-hegemônica, em âmbito internacional, que houvessem pautado a Guerrilha do Araguaia e, para nossa surpresa, vários foram localizados. Esta investigação deu origem ao problema de pesquisa que logo se tornaria o fio condutor destes estudos: Como as notícias da Guerrilha chegavam na mídia contra-hegemônica internacional se o conflito era negado pelo Regime Militar Brasileiro e pouco era divulgado na imprensa chamada “oficial”? Para tentar responder a este questionamento novas investigações se tornaram necessárias, desta vez na imprensa alternativa nacional e regional. Assim outras perguntas, de forma mais ampla, surgiram, como por exemplo: Qual a importância dos meios de comunicação que abordaram o assunto na luta para legitimar a guerrilha e se contrapor à ditadura civil-militar em curso?

A partir do conhecimento da publicação francesa, e de seu estudo, foi elaborado o artigo: “O Semanário Francês *Politique Hebdo* e a Amazônia: um posicionamento crítico sobre a Guerrilha do Araguaia”⁵, escrito em parceria com minha orientadora, Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim e publicado pela *Revista Passagens*, ligada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), na edição 6, n.2, em dezembro de 2015⁶.

A busca por outras veiculações que fossem consideradas relevantes para compor o *corpus* proposto em nosso projeto inicial e que nos possibilitassem uma maior compreensão de como era tratada a Guerrilha do Araguaia, ou assuntos correlatos, pelos meios de comunicação, principalmente aqueles aqui considerados como contra-hegemônicos, levou-nos a outros meios de comunicação internacionais que divulgaram informações sobre as operações militares de combate à guerrilha na região do Rio Araguaia enquanto esta estava ainda em curso.

O primeiro êxito neste âmbito foi a localização de duas matérias veiculadas no Jornal *The New York Times*, em 26/09/1972 e 27/09/1972. A primeira anuncia a Guerrilha na selva amazônica que, no dia seguinte, é curiosamente negada em uma nova matéria. Em seguida identificamos o francês *Libération*, que publicou “*Les Lutes Paysannes: le front de l’Araguaia*

⁵ Este artigo é um desdobramento do trabalho “O jornal francês *Politique Hebdo* e a Amazônia: um posicionamento crítico sobre a Guerrilha do Araguaia”, apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, do XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, ocorrido de 4 a 7 de setembro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro.

⁶ Esta publicação, disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/passagens/article/view/2480>, deveu-se ao fato do artigo estar entre os treze selecionados para compor o dossiê especial sobre a temática Cidadania, dentre os setenta e um trabalhos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania, parte do XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, que aconteceu durante o XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, em outubro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro.

pour la liberte et pour les droits du people”, em 04/04/1974. A matéria, que está na mesma página e que anuncia “10 anos de luta popular no Brasil” como manchete principal⁷, cita ainda outra publicada anteriormente sobre o mesmo tema e que continha, inclusive, “entrevistas com os guerrilheiros do Araguaia”.

Seguindo o rastro da Guerrilha e os passos da Comissão da Verdade do Pará, o percurso deste estudo fez-nos topar com a Caravana do Araguaia⁸, e logo partir ao seu encontro. Neste empenho tivemos a oportunidade de ir até a região do Araguaia a fim de acompanhar e colaborar com os trabalhos efetuados pela Comissão e assim estar em contato com outros interessados no tema, entre os quais destacamos Sezostrys Alves⁹, Marcelo Zelic¹⁰, Paulo Fonteles Filho¹¹ e a cineasta Célia Maracajá¹², além de indígenas, camponeses, ex-mateiros e ex-soldados, que lá estiveram a fim de participar das atividades da Caravana.

Em conversa informal com estas pessoas, durante os dias em Marabá, soubemos por Marcelo Zelic que, entre os milhões de documentos disponibilizados no *Armazém Memória*¹³, havia algum que continha informações relacionadas à tortura de camponeses na região da Palestina do Pará, durante o período da Guerrilha do Araguaia, noticiados pela rádio *Tirana*. Em decorrência do empenho à colaboração nos trabalhos da Caravana, apenas semanas depois de termos as primeiras pistas, foi possível lançarmo-nos à busca de informações sobre a rádio *Tirana* neste sítio eletrônico.

Esta rádio já nos instigava, uma vez que é citada em diversas obras que se remetem à Guerrilha e também por seus protagonistas¹⁴, embora poucas informações tragam sobre a

⁷ O título alude aos dez anos de luta e resistência após a instauração da ditadura militar (1964-1985).

⁸ A Caravana do Araguaia foi uma iniciativa da Comissão Estadual da Verdade e da Memória (do Pará), que visitou as cidades de Marabá, Palestina do Pará e São Geraldo do Araguaia, entre os dias 14 a 19 de novembro de 2015, com o objetivo de realizar oitavas para colher depoimentos de camponeses, indígenas, ex-mateiros e ex-soldados envolvidos no episódio que ficou conhecido por Guerrilha do Araguaia.

⁹ Sezostrys Alves da Costa é presidente da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia (ATGA), e também da Comissão Municipal da Verdade e Memória de Palestina do Pará – CMVPP, além de morador da área afetada pelo conflito.

¹⁰ Marcelo Zelic é vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP, membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e Coordenador do Projeto Armazém Memória, que une em *website* homônimo e disponibiliza acervo de grande relevância à pesquisa e difusão do conhecimento.

¹¹ Paulo Fonteles Filho é pesquisador, vítima do regime ditatorial brasileiro, foi gestado e nasceu sob tutela militar na Capital Federal. Trabalha há vinte anos levantando informações sobre a Guerrilha do Araguaia. É hoje membro da Comissão da Verdade do Pará.

¹² Célia Maracajá é atriz e cineasta. Atualmente é também Coordenadora do Grupo de Trabalho Indígena da Comissão da Verdade do Pará, que tem como objetivo investigar violações de direitos a grupos indígenas no Estado do Pará e a militarização da política indigenista na Amazônia.

¹³ Pode ser acessado em; <http://armazemmemoria.com.br/>.

¹⁴ Maurício Grabois, um dos comandantes dos Guerrilheiros, cita a *Tirana* por inúmeras vezes em seu diário. Em 25/05/1972 escreve, “Hoje a rádio *Tirana* tratou novamente da nossa luta. Deu-lhe importância, mas não forneceu novos dados. Temos que enviar ao P informações, a fim de dar maior repercussão à luta na região do Araguaia” (GRABOIS, 1973, p.9).

mesma e o conteúdo de seus boletins. A busca levou-nos ao Encaminhamento de número 032 do CISA¹⁵, de 12/04/1973, classificado como secreto, contendo um número significativo de transcrições de transmissões radiofônicas do exterior que vinham sendo monitoradas pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica¹⁶.

O levantamento prévio e a sistematização destas transcrições nos possibilitaram constatar que a Guerrilha do Araguaia foi assunto em um grande número de meios de comunicação internacionais durante o ano de 1973. Uma vez que os locutores informavam sempre aos ouvintes a origem das notícias dadas em seus boletins, creditando o veículo que os produzira, tornou-se possível a sistematização e logo a identificação de suas origens. Localizamos, a seguir, outros jornais produzidos no exterior que também haviam noticiado o movimento no mesmo período, como o francês *Libération* e o *Frente Brasileño de Informaciones*.

A inquietação para conhecer os boletins da Frente, repercutidos pela *Tirana*, fez-nos chegar ao CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Universidade do Estado de São Paulo - onde está o *Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano* – ASMOB. Neste acervo que guarda, entre outros documentos, periódicos brasileiros escritos por movimentos de apoio ao retorno da democracia brasileira, foi possível localizar inúmeros exemplares de boletins impressos em diversos países pelo Comitê de Denúncias da Repressão no Brasil, sobre a Guerrilha do Araguaia. Este Comitê foi uma rede formada por exilados brasileiros de diferentes organizações e partidos políticos que, unidos, buscavam divulgar as graves violações aos direitos humanos e outras barbáries que vinham sendo cometidas pelo Governo Militar Brasileiro. Logo estes boletins foram também agregados como objeto desta pesquisa.

Já a investigação nos meios de comunicação contra-hegemônicos brasileiros localizou dois jornais clandestinos que veicularam notícias sobre o movimento guerrilheiro do Araguaia, publicadas enquanto o mesmo ainda estava em curso: *A Classe Operária* (1925), órgão central do Partido Comunista do Brasil e o *O Araguaia* (1974-1975) que, segundo sua própria capa, era um “órgão dos Comitês de Apoio aos Camponeses no Pará¹⁷”. *A Classe Operária* publica matérias sobre o confronto desde um mês após o início dos enfrentamentos, e segue fazendo-o

¹⁵ O Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica - CISA.

¹⁶ Este é parte do conjunto de 50.000 documentos secretos encaminhados pelo Ministério da Aeronáutica ao Arquivo Nacional em 2010. Destes, 35.000 foram tornados públicos e liberados à pesquisa no ano de 2011. Apesar de na capa estar registrado que seriam apenas transcrições da *Rádio Tirana*, identificamos também material de escutas feitas a outras emissoras também críticas ao Regime Militar Brasileiro.

¹⁷ Segundo levantamento sobre o PCdoB, realizada pelos órgãos de inteligência do governo, o Araguaia estava também ligado ao partido.

nos anos seguintes, mesmo após o fim da Guerrilha. *O Araguaia*, por sua vez, é fundado na então Guanabara quando a Guerrilha dava apenas seus últimos suspiros, em julho de 1974, e seguiu apoiando os guerrilheiros já mortos até pelo menos o mês de abril do ano seguinte.

É certo que grande parte dos jornais brasileiros censurados pelo Governo Militar calaram sobre o tema. Uma das exceções, que conseguiu furar o bloqueio dos censores, é a matéria de *O Estado de São Paulo*, de setembro de 1972, que apresentou a Guerrilha, seus personagens e as mazelas da região a um grande público desconhecedor de sua existência.

A imprensa alternativa brasileira¹⁸, por sua vez, publica reportagem sobre o tema logo após a revogação da censura prévia, em 1978, entre as quais destacam-se as publicadas em julho deste mesmo ano pelos jornais *Coojornal* (RS) e *Movimento* (SP), que veicula e amplia a matéria do jornal gaúcho ainda em sua edição, da segunda quinzena de julho.

O paraense *Resistência*, por sua vez, replica a matéria do *Movimento* em agosto do mesmo ano, e o segue fazendo nos anos seguintes, em sua luta em busca de denunciar as arbitrariedades que aconteciam em solo brasileiro. Em janeiro de 1979, a Guerrilha do Araguaia aparece outra vez na grande imprensa através da reportagem de Fernando Portela, publicada no *Jornal da Tarde*, sob o título “Guerra das Guerrilhas”, edição que foi logo esgotada. Ainda assim o confronto seguiu negado oficialmente por muitos anos mais, tornando-se assunto para inúmeras matérias que buscavam desvendar os desaparecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia.

Frente ao exposto, o tema aqui perseguido é a Guerrilha do Araguaia na mídia, constituindo-se seu objeto empírico de emissões em meios de comunicação contra-hegemônicos veiculados na imprensa internacional, nacional e regional.

Como *corpus* foram selecionadas matérias que circularam durante a década de 1970, por ser este o período no qual se deu o conflito, e também o que teve a mais dura censura imposta aos meios de comunicação brasileiros. Após considerações acerca da importância e complexidade do tema, o delimitamos em oito objetos empíricos, sendo selecionadas as primeiras emissões localizadas de cada um dos veículos aqui elencados. Sete são emissões que tratam sobre a Guerrilha do Araguaia, veiculadas através de meios impressos: em âmbito internacional, “*Campesinos luchan en el norte*”, da *Frente Brasileño de Informaciones*, de 1972 (versão chilena), “*Le programme des pauvres*”, veiculada na edição de nº 65, de 25 de janeiro de 1973, no semanário francês *Politique Hebdo* e “*Les Lutes Paysannes: le front de l’Araguaia*

¹⁸Aqui nos referimos a imprensa alternativa que não se encontrava na clandestinidade visto que, até o momento, só localizamos matérias sobre o conflito quando o mesmo esteve em curso nos alternativos e então clandestinos *O Araguaia* e *A Classe Operária*.

pour la liberte et pour les droits du people”, em 4 de abril de 1974 no, também francês, *Libération*. Em âmbito nacional selecionamos “Operação Araguaia”, do *Coojornal* (julho de 1978, ed.30), “Encontrem Jana”, do jornal *Resistência*, ed. 9 (fevereiro de 1979) e ainda matérias dos clandestinos *A Classe Operária* “Resistência Armada na Floresta” de abril de 1972, e a edição número 1 do jornal *O Araguaia* (1973), o que se justifica por posicionar-se como um órgão de apoio aos guerrilheiros.

O oitavo objeto contempla a rádio *Tirana* a partir do dossiê do Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica, identificado como Encaminhamento nº 032/ DIS-COMZAE-3, de 12/04/1973, que se constitui fisicamente em uma pasta com diversos documentos com transcrições de boletins da rádio *Tirana* e de outros meios. Deste foram selecionadas as vinte e quatro transcrições que abordam a Guerrilha do Araguaia. Vale ressaltar que, apesar de ser datado de 12 de abril, o conjunto traz também transcrições de transmissões de outras datas.

Quadro 1: *Corpus* selecionado

Objetos empíricos	Matéria	Tipo	Data	Local origem
1 Transcrições Rádio Tirana	Boletins de 1973	Encaminhamento 032/ DIS-COMZAE-3	12/04/1973	Albânia
2 Frente Brasileño de Informaciones	“ <i>Campeños luchan en el norte</i> ”	Jornal impresso	11/1972	Chile
3 Politique Hebdo	“ <i>Le programme des pauvres</i> ”,	Jornal impresso	25/01/1973	França
4 Libération	« <i>Les Lutes Paysannes: le front de l’Araguaia pour la liberte et pour les droits du people</i> ”	Jornal impresso	04/04/1974	França
5 A Classe Operária	“Resistência Armada na Floresta”	Jornal impresso	04/1973	Brasil
6 O Araguaia		Jornal impresso	1974	Brasil
7 Coojornal – RS	“Operação Araguaia”,	Jornal impresso	07/1978	Brasil
8 Resistência – PA	“Encontrem Jana”	Jornal impresso	02/1979	Brasil

Fonte: Rodriguez, Lorena, 2016.

Nesta perspectiva, a pesquisa apresenta como objetivo refletir sobre o papel das mídias contra-hegemônicas na divulgação de notícias sobre a Guerrilha do Araguaia nas dimensões internacionais, nacionais e regionais. Buscamos analisar a importância destas mídias como reivindicadoras de direitos dos cidadãos, identificar suas origens e ainda investigar a rede de

informação entre jornais alternativos à época e a relação do *corpus* com outros jornais da mídia hegemônica no período, contribuindo assim na preservação da memória do conflito através dos meios de comunicação.

Apesar de a Guerrilha do Araguaia ser hoje reconhecida como um enfrentamento entre as Forças Armadas e um grupo de guerrilheiros no interior da floresta ainda há muito a ser revelado, prova disso é o fato de a maioria dos corpos dos guerrilheiros e de alguns camponeses estarem até hoje desaparecidos. Acerca da proporção que tomou o enfrentamento, destacamos que o efetivo de oficiais utilizado para combater cerca de uma centena de guerrilheiros foi comparado ao enviado para combate durante a Segunda Guerra Mundial (MORAES; SILVA, 2005). Como consequência deste houve a militarização da área de Marabá, que passou a ser considerada de segurança nacional (PORTELA, 1986), a derrubada da floresta para a abertura de novas estradas, o deslocamento de antigos moradores da área, e até de uma aldeia indígena inteira, de modo a afastar estes dos chamados “subversivos”. Muitos dos afetados pelo confronto lutam ainda hoje pela reparação de seus direitos que foram outrora violados, através de tribunais e associações. Outros buscam, há pelo menos trinta e cinco anos, por seus entes queridos ou seus restos mortais¹⁹.

As marcas deixadas pelo confronto na região são latentes até os dias de hoje, bem como a vigilância e medo que circundam o tema. Durante as oitivas²⁰ percebemos o sofrimento e a penúria a que foram submetidos os camponeses e indígenas que habitavam a região, sendo torturados, humilhados e muitas vezes mortos. Ainda depois de a Guerrilha ter acabado estes foram mantidos silenciados por homens das Forças Armadas, como no caso do Major Curió, conhecido à época como Dr. Lucchini (MORAES; SILVA, 2005) e que, até hoje, mantém uma rede de colaboradores na região.

A quantidade de material disponível à pesquisa sobre o assunto é imensa e está ainda em grande parte inédita. Novas descobertas acontecem a cada dia. Exemplo disto é o fato desvelado pelo pesquisador Paulo Fonteles Filho, no ano de 2015, quando constatou, através de visitas ao local e de análise documental, que o Museu da Guerrilha do Araguaia, localizado em São Geraldo do Araguaia, que funcionou por anos na região e hoje se encontra em estado de abandono, fora um aparelho da repressão em poder do Governo Militar.

¹⁹ Durante a Caravana do Araguaia estivemos em companhia de Diva Santana que, desde o ano de 1980, acompanha as Caravanas da Anistia em busca de informações que a levem até os restos mortais de sua irmã e de seu cunhado.

²⁰ Essas oitivas aconteceram como parte da programação da Caravana do Araguaia, uma iniciativa da Comissão da Verdade do Pará, e tinha como objetivo colher depoimentos de envolvidos ou afetados pelo conflito. As oitivas aconteceram nas cidades de Marabá, Palestina do Pará e São Geraldo do Araguaia.

A partir disto entendemos que, apesar de vários pesquisadores terem voltado seus esforços para esclarecer episódios antes obscuros relacionados à Guerrilha do Araguaia, ainda há muito por ser dito e consideramos os meios de comunicação uma importante fonte de pesquisa. Apesar de terem sido identificadas teses, dissertações e artigos científicos sobre alguns dos veículos de comunicação aqui citados, relacionadas à censura, a ditadura militar ou a Guerrilha do Araguaia, todas importantes para que se tenha a compreensão da situação como um todo, nada foi localizado que se configure como o aqui proposto. A originalidade desta pesquisa reside no fato de apresentar e analisar um conjunto pouco conhecido de emissões veiculadas em meios de comunicação relacionados à Guerrilha do Araguaia, no âmbito internacional, nacional e local.

Passamos então a pensar que seria de grande valia trabalhar o tema e compartilhá-lo, uma vez que o enxergamos como de grande relevância social, inclusive para que possamos, de forma crítica, pensar o presente e o futuro a partir das experiências passadas. A sistematização dessas matérias não esgotará de forma alguma as possibilidades de pesquisa sobre a relação entre a Guerrilha e a mídia alternativa, mas contribuirá para futuros estudos relacionados ao tema, ou afins.

A pesquisa justifica-se ainda por contribuir para o resgate da memória do movimento guerrilheiro, que outrora fora noticiado, e dos que dela participaram ou estiveram envolvidos de forma involuntária, como é o caso da população camponesa e indígena do Araguaia, invisibilizada pela história oficial e pela censura instaurada aos meios de comunicação à época. Buscamos assim compreender o papel da mídia contra-hegemônica na resistência à ditadura militar brasileira como um instrumento de denúncia e de resgate da cidadania.

A hipótese levantada é de que, mesmo essas mídias tendo sido produzidas em âmbitos e locais distintos, eram alimentadas por uma ou mais redes de informações preocupadas em divulgar o conflito, conferindo-lhe apoio e legitimação. Esses meios de posicionamento contra-hegemônico transmitiam notícias da realidade brasileira, à época, que não teriam vez na mídia tradicional uma vez que esta passava por censura ou era conivente ao *modus operandi* do Governo Militar instaurado (1964-1985). Esta hipótese foi colocada a partir das observações feitas de forma empírica e também assentadas nas publicações destes meios de forma geral, nas quais chamaram atenção à luta de minorias e por direitos básicos.

A revisão de literatura foi um dos alicerces fundamentais para nossa proposta, uma vez que nos fez conhecer o assunto por meio dos livros e da produção acadêmica que cerceia nosso objeto de pesquisa com maior profundidade. Por este meio foi possível a identificação de

diversas produções que vieram fundamentar o presente texto e servirão como referencial teórico ao projeto em desenvolvimento.

A revisão da literatura demonstra que o pesquisador está atualizado nas últimas discussões no campo de conhecimento em investigação. Além de artigos em periódicos nacionais e internacionais e livros já publicados, as monografias, dissertações e teses constituem excelentes fontes de consulta. Revisão de literatura difere-se de uma coletânea de resumos ou uma “colcha de retalhos” de citações (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

Para a compreensão da Guerrilha do Araguaia buscamos identificar e logo nos debruçar sobre a bibliografia clássica e também a mais atualizada relacionada ao assunto, disponível tanto em livros como em artigos científicos devidamente qualificados. Dentre estes destacamos o diário do comandante guerrilheiro Maurício Grabois como uma fonte primária de pesquisa. Escrito quando do início dos conflitos e divulgado décadas depois, narra o dia a dia do grupo durante o tempo em que estava sob a mira das Forças Armadas Brasileiras. Observamos que este faz referências recorrentes à rádio *Tirana* e à importância da divulgação de notícias sobre a Guerrilha, bem como o seu silenciamento sobre a mesma, fazendo-nos assim parecer um referencial não só pertinente, como também obrigatório a esta pesquisa. Além deste, merece destaque o relatório escrito pelo também guerrilheiro Ângelo Arroio, que conseguiu sair da região furando o cerco dos militares e o escreveu, a pedido do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, ainda no ano de 1974.

A obra *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela, livro escrito a partir da grande reportagem²¹ publicada pelo repórter no *Jornal da Tarde*, em 13 de janeiro de 1979 e que tomou dois anos de preparação, devido aos delicados contatos com as fontes, contou com depoimentos tanto de militares como de guerrilheiros. O repórter, em um trabalho de apuração profundo, buscou conhecer a região e escutar populares e afins e destaca, desde a abertura, a situação de miséria a qual estava submetida aquela população, apontando tanto doenças quanto questões de disputa por poder e terras na região. Conta com documentos produzidos pelos guerrilheiros, que conseguiram no decorrer da apuração, fotografias de envolvidos e da área dos combates, e curiosamente também com documentos recebidos, alguns de forma anônima, após a publicação da matéria. Teve sua primeira edição em 1979 e foi posteriormente atualizado. É ainda hoje uma das principais referências quando se trata sobre o assunto.

²¹ Sobre a qual se lê na apresentação do livro “Em 13 de janeiro de 1979, um sábado, o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, teve sua edição de 105 mil exemplares esgotada em poucas horas. A manchete, ocupando metade da primeira página, era ‘Guerra de Guerrilhas’. E em sete páginas, publicava a primeira parte de uma grande reportagem que, durante sete dias, se revelou no mais completo trabalho jornalístico sobre um fato que, até agora para o Governo Brasileiro, não existiu” (GERTEL 1986 apud PORTELA 1986, p.9).

A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha, de Hugo Studart (2006), e sua tese de doutoramento intitulada *Em Algum Lugar das Selvas Amazônicas: as Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*, que deu origem ao livro anteriormente citado, foram definidas também como obras fundamentais a esta pesquisa, pois abordam a Guerrilha sob outra perspectiva, revelando o discurso militar sobre o confronto e documentos que não estavam ao alcance do grande público. Studart destaca que o número de camponeses listados em documentos oficiais como colaboradores e participantes desta guerrilha, que tiveram seus direitos violados, é muito maior do que se acreditava até então.

Tais Morais²² e Eumano Silva, ambos jornalistas, são autores da obra *Operação Araguaia: Os Arquivos Secretos da Guerrilha*²³, lançada em 2005 e tem como destaque cento e oito documentos militares²⁴ secretos, a maior parte deles até então inéditos, que serviram como alicerce principal ao volume. Os autores necessitaram de sete anos de pesquisa para prepará-lo. A obra revela aos leitores o universo dos guerrilheiros e dos militares desde os antecedentes do movimento na região do Rio Araguaia, discorrendo ainda sobre as operações do Exército na região com novas informações, a partir de documentação dos militares, que apontam inclusive execuções e atos de barbárie. Trata ainda sobre a fatídica Chacina da Lapa, onde foram executados os principais líderes do PCdoB à época, inclusive Ângelo Arroio, um dos poucos sobreviventes da Guerrilha.

A série de livros que outro jornalista, o também premiado Élio Gaspari, escreveu sobre o período do Regime Militar Brasileiro, também nos pareceu um referencial pertinente a este estudo. Detivemo-nos nos volumes *As ilusões armadas* e *A ditadura escancarada*, dando atenção principalmente ao capítulo da segunda obra citada, *A floresta dos homens sem alma*, o qual trata sobre a Guerrilha do Araguaia.

Uma vez que pensamos o contexto histórico como fundamental para que possamos buscar a compreensão acerca do que foi o conflito e do porquê de haver ocorrido, recorreremos a Boris Fausto, consagrado historiador brasileiro, utilizando sua *História do Brasil*, de 1994. Para outro olhar sobre esta mesma história, trazemos *Brasil: uma biografia* de Lilian Swartz, uma obra atual e crítica, que aborda pontos pouco usuais e muitas vezes negligenciados como o

²² Tais Morais é filha de um oficial das Forças Armadas, o que lhe facilitou o acesso à documentação.

²³ A obra foi premiada com o Prêmio Jabuti em 2006, sendo vencedora da categoria reportagem. Antes disso, Eumano Silva fora agraciado com o Prêmio Esso Regional, por uma série de reportagens feitas a partir de documentação cedida ao Correio Brasiliense, veículo no qual trabalhava, pela pesquisadora Taís Morais.

²⁴ Estes 108 documentos, que somam 1197 páginas, estão agora disponíveis à pesquisa em diversos sítios eletrônicos, entre eles: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/araguaia.htm>.

Capítulos da Guerra Fria: O Anticomunismo Brasileiro sob o Olhar Norte-Americano (1945-1964), de Carla Simone Rodeghero, que permite uma visão mais próxima do período no Brasil.

Para o entendimento, em esfera global, contamos com *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*, publicado em 1998 por Eric Hobsbawm. A obra traz em si um apanhado dos principais acontecimentos que marcaram o século passado, de forma concisa e muito bem fundamentada, permitindo-nos compreender os percalços daquele século, marcado por duas grandes guerras e um conflito velado que terminou conhecido por “Guerra Fria” e que teve como consequências outras guerras, guerrilhas e revoluções mundo à fora.

Sobre a censura partimos da noção proposta pelo jornalista e filósofo Karl Marx, que a coloca como um entrave ao exercício da liberdade, condição primária inerente ao ser humano. A censura aparece ainda como uma barreira ao que seria o papel do jornalismo como meio de defesa do cidadão, a partir dos escritos veiculados no jornal *Rheinische Zeitung (1842-1843)* ou *Gazeta Renana*, publicados no Brasil na compilação de textos intitulada *Liberdade de Imprensa (2006)*. A censura operada nos meios de comunicação é grave porque corrói a liberdade de expressão dos indivíduos e de uma nação. A tese de Amorim (2008), *Jornal Pessoal: uma metalinguagem jornalística na Amazônia* nos ajudou a refletir sobre a censura aos meios de comunicação em nossa região. Embora esse alternativo tenha surgido pós-ditadura militar (1987), enfrenta rigorosa censura política econômica e jurídica das elites locais até os dias de hoje.

A história da imprensa no Brasil, por exemplo, é marcada pela violação do direito de comunicação, fundamentalmente em períodos ditatoriais, entre os quais destacamos aqui o da ditadura militar (1964-1985). Nesta perspectiva adotamos a obra *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*, de Anne-Marie Smith, que trata sobre as práticas de censura comuns durante o período citado, e o porquê do consentimento de grande parte da mídia à censura imposta pelo Governo Militar. Os poucos que não se adequavam ou que preocupavam o regime contavam com um sistema mais severo, imposto a poucos veículos de comunicação, como o *Estado de São Paulo*. Ainda sobre o tema, temos a contundente obra *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*, de Maria Aparecida de Aquino e também *A Censura no Pará: a mordaca a partir de 1964*, de Paulo Roberto Ferreira, jornalista paraense.

O jornalista e pensador italiano Antonio Gramsci refletiu sobre a sociedade que lhe foi contemporânea. Esteve preso²⁵ e escreveu em diversos momentos sobre a hegemonia, termo de origem grega e também utilizado pelos soviéticos, ao qual deu novo significado. Entendemos aqui a hegemonia a partir do conceito proposto por este autor, segundo o qual se trata do domínio de um grupo sobre outro. A partir da visão de hegemonia proposta pelo filósofo, estudiosos de seu pensamento dedicam-se ao estudo de sua antítese, a contra-hegemonia, como um movimento de resistência a dominação da primeira e da luta por cidadania. Denis de Moraes, acadêmico brasileiro, serve-nos de base ao assunto.

Logo voltamos nosso olhar aos meios de comunicação alternativos, tendo como referência os estudos de Jonh Downing, através da obra *Mídia Radical: a rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (2002), no qual aborda o caráter desta mídia e suas características. Discorre ainda sobre a relação desta com a contra-hegemonia, a partir do conceito de hegemonia proposto pelo pensador italiano Antonio Gramsci.

Bernardo Kusinski, em *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991), empreende estudo sobre estes meios durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), traçando um amplo panorama sobre o surgimento e desaparecimento de um número significativo destas publicações, discorrendo inclusive sobre o gaúcho *Coojornal* e o paraense *Resistência*. A obra *Coojornal: Um jornal de Jornalistas sob o Regime Militar* faz-se também imprescindível, uma vez que tomamos uma matéria deste como objeto de estudo. Já Cecília Peruzzo nos assiste ainda quando o assunto é a mídia alternativa e seu potencial cidadão.

A importância da memória do conflito, bem como dos que estiveram nele envolvidos e sua conservação nos parecem imprescindíveis. Por isso tomamos Maurice Halbwachs como referência para trabalharmos nesta perspectiva uma vez que, em seus estudos acerca “da memória coletiva”, nos fornece parâmetros teóricos capazes de nos fundamentar. Em *História e Memória* (2003), Jacques Le Goff, apresenta a memória como um instrumento que dever ser usado para a emancipação do homem, possibilitando-o a partir do passado um direcionamento de seu presente e de seu futuro.

A Amazônia, *locus* da contenda, precisou também ser sustentada por obras pertinentes. Utilizamos aqui os trabalhos: *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na*

²⁵ Antonio Gramsci foi encarcerado pelo regime fascista de Benito Mussolini, por mais de vinte anos, quando trabalhou em seus cadernos em escritos que, segundo o próprio, seriam para o sempre. Gramsci só obteve permissão para escrever após quase dois anos de prisão. Ele não poderia ter todos os cadernos em sua cela, contava com dois ou três volumes por vez e, a cada vez que necessitava dispor de outro volume, deveria entregar outro à direção da penitenciária.

Amazônia, 1964-1978 (1979), de Octávio Ianni; *Amazônia: Estado, Homem, Natureza, e História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais*, de Violeta Loureiro (2015); *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: A SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro* (2014), organizado por José Raimundo Barreto Trindade e ainda *Golpe, Contragolpe e Guerrilhas: o Pará e a ditadura militar* (2014), de Ismael Machado.

A metodologia qualitativa vem sendo utilizada neste estudo com o intuito de alcançarmos o que está para além do evidenciado apenas pelos dados, ou que por eles é negligenciado. Segundo Orozco e González (2013), as técnicas quantitativas muitas vezes não dão conta das necessidades do pesquisador da área da comunicação, uma vez que seus resultados são amplos e generalizantes, e sua rigidez não permite responder à certas questões específicas que interessam à área.

Propomos aqui um estudo de modo que o objeto seja mais bem compreendido. O alicerce deste estudo está assentado na análise do conteúdo das veiculações definidas como *corpus*. São estas veiculações de jornais alternativos que têm em seu entorno a Guerrilha do Araguaia, ou assuntos a ela relacionado como a União Pela Liberdade e Democracia dos Povos²⁶ (ULDP) pensando levar em conta seu lugar na sociedade e contexto histórico, tendo o pesquisador consciência de sua ligação com o objeto e da necessidade de manter-se vigilante quanto ao distanciamento necessário para não contaminar a pesquisa com ideologias e preconceitos a seu respeito (OROZCO; GONZÁLEZ, 2013).

O percurso da pesquisa teve início no enfrentamento com a matéria publicada no semanário *Politique Hebdo*, e seguiu com o levantamento, por meio de pesquisa documental feita em acervo *on-line* e em instituições físicas, a fim de encontrarmos objetos pertinentes a nosso estudo. Após o êxito na localização, do que agora tomamos como *corpus*, passamos a etapa seguinte, na qual as emissões pré-selecionadas foram elencadas, descritas e sistematizadas em tabelas, para que pudessem ser escolhidas de forma pertinente, de acordo com sua relevância e adequação ao *corpus* pré-definido. Parte deste conteúdo já foi analisado segundo categorias pré-determinadas, sendo estas não fixas, de modo que possam se adequar melhor ao objetivo da pesquisa e ao objeto analisado.

Em paralelo, trabalhamos o levantamento bibliográfico, de forma a ampliarmos o conhecimento sobre o *corpus* e assuntos correlatos. Outra vez fez-se necessária a sistematização e o estudo do mesmo, para que fosse enfim definido o referencial teórico que nos serviria como

²⁶ A ULDP fora criada pelos guerrilheiros do PCdoB a fim de integrar a população e fortalecer a luta pela liberdade e direitos por povos oprimidos naquela remota região (PORTELA, 1986).

guia. O passo seguinte foi a elaboração de um projeto de pesquisa que pudesse sustentar nosso *corpus*, e de seu cronograma de execução.

Este projeto contempla a busca e análise de fontes primárias de pesquisa, entre as quais documentos produzidos por órgãos oficiais ligados ao governo militar à época do conflito, registros produzidos por guerrilheiros tal qual seus comunicados, diários, relatos e entrevistas com protagonistas de fatos-chave para esta pesquisa.

O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias). A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Partimos em busca de documentos oficiais e relatórios de comissões como a Nacional da Verdade e da Anistia que buscam esclarecer fatos sobre o ocorrido, e ainda o sítio eletrônico, *Memórias Reveladas*, dedicado também ao assunto.

Para um conhecimento mais profundo da realidade da região onde ocorreu o conflito foi ainda realizada uma visita à área²⁷. Nesta ocasião, integramos o grupo responsável pela execução das oitivas, que se deram através de entrevistas abertas, feitas de forma individual ou em grupos familiares. Neste ensejo escutamos camponeses, indígenas, ex-mateiros e ex-soldados que participaram ou foram afetados pela Guerrilha do Araguaia. Na oportunidade percebemos que, ainda hoje, a região é carente de atenção do governo, e que muitos dos afetados seguem em sua luta por reparação. A Guerrilha do Araguaia fez-se mais próxima da pesquisa, de modo a ser possível perceber, mesmo que de forma mínima, o quanto daquela realidade fora comunicada pelos meios de comunicação aqui estudados.

Um compêndio de métodos de pesquisa será utilizado a fim de ampliar o conhecimento sobre o objeto e seu contexto, como a análise de documentos produzidos por órgãos oficiais a época do conflito, jornais e outros impressos. Outros veículos de comunicação foram também pesquisados e utilizados do modo a estender a possibilidade de compreensão sobre o objeto e seu contexto, como no caso dos jornais *A Província do Pará*, *O Estado de São Paulo* e *The New York Times*.

²⁷Visita realizada em 11/2016, como parte da ação Caravana da Verdade, promovida pela Comissão da Verdade do Estado do Pará, com o objetivo de colher depoimentos de envolvidos no conflito a fim de esclarecer violações de direitos humanos ocorridas na região.

Esta dissertação estrutura-se em três capítulos. O primeiro é dedicado a contextualização histórica, onde abordaremos brevemente o início do século XX, buscando traçar um panorama para que se possa compreender o pano de fundo que permeou o conflito do Araguaia, o Brasil e o mundo à época. Podendo acercar-se do universo dos meios de comunicação aqui abordados trataremos da Guerra Fria, Ditadura Militar Brasileira, Amazônia e Guerrilha do Araguaia. O capítulo seguinte se ocupa da relação entre imprensa e ditadura militar brasileira, bem como da censura e do papel dos grandes veículos de comunicação que noticiaram o conflito. E o terceiro e último traz a análise dos objetos de estudo, abordando a importância da imprensa alternativa como contestadora do regime militar e legitimadora de lutas pela cidadania, denunciando questões veladas como a Guerrilha do Araguaia, a execução, tortura e desaparecimento dos opositores do regime militar.

O desfecho desta pesquisa fez-nos perceber que, apesar da censura instituída aos meios de comunicação pelo governo brasileiro, do veto à divulgação de informações sobre a Guerrilha do Araguaia e das tentativas oficiais de mascarar o conflito através de operações militares de suposto caráter cívico e social, ainda assim o assunto foi noticiado no Brasil e no exterior em uma série de veículos, tendo sido abordado com maior destaque e profundidade em meios de comunicação alternativos. Estes muitas vezes repercutem uns aos outros e apresentam notícias que parecem ter vindo de uma mesma fonte de informação. Estas notícias foram fundamentais para atestar a existência do conflito oficialmente negado, bem como para resguardar sua memória e dos que nela estiveram envolvidos.

CAP. 1 - SÉCULO XX: ENTRE CONFLITOS DECLARADOS E VELADOS E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

O século XX teve seu início marcado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conflito que se diferenciou dos demais ocorridos até então pela sua duração, extensão territorial e quantidade de países envolvidos. A Europa, que era ainda o principal local das batalhas, ficou amplamente destruída e teve parte de sua população dizimada (HOBSBAWN, 1999). Durante esse período aconteceu ainda a Revolução de Outubro, que instaurou o comunismo na Rússia (1917), inspirando e influenciando os acontecimentos que a sucederam, como a fundação de partidos comunistas em diversos países e a perseguição a estes, uma vez que a comunidade internacional passou a preocupar-se com o avanço vermelho, como explicitou Remond: “Em toda a parte se teme que os países venham a cair nas mãos do comunismo” (REMOND, 1974, p. 40).

No período após o confronto o continente europeu precisou conviver com as mazelas deixadas pela guerra. A crise econômica atinge grande parte das nações e dá-se o colapso de repúblicas recém instituídas uma vez que, aproveitando-se da democracia fragilizada e da necessidade do retorno à ordem, surgem aclamados líderes que passam a governar seus países de forma autoritária e centralizadora. Acciaiuoli afirma que “o ‘interesse nacional’, expressão inevitavelmente vaga e maleável quanto ao seu conteúdo, torna-se, por sua vez, num instrumento de dominação e de fácil legitimação de procedimentos” (ACCIAIUOLI, 2013, p. 8-9). Entre eles destaca-se Benito Mussolini (1883-1945) que esteve à frente do regime fascista italiano, mantendo a Itália por mais de vinte anos sob seu domínio (1922-1945). Adolf Hitler (1889-1945) liderou a Alemanha nazista até sua derrota na Segunda Guerra Mundial (1933-1945), Stalin (1878-1973) governou a União Soviética, uma ditadura comunista e Oliveira Salazar (1889-1970), que esteve à frente do governo português por quatro décadas. Estes governos autoritários, em busca da legitimação, criaram departamentos de propaganda e se utilizaram de uma grande variedade de meios de comunicação, a fim de alcançarem a população de forma eficiente e difundir as imagens por eles idealizadas. Outra estratégia era a de censurar, de forma implícita ou explícita, o que lhes parecia ir contra suas diretrizes.

O Brasil sente também os reflexos desta guerra e vê Getúlio Vargas (1882-1954) ascender ao poder e logo, utilizando-se do pretexto do perigo comunista, instaurar o Estado Novo Brasileiro (1937-1945). Um regime autoritário que, assim como seus pares, perseguiu, prendeu e aniquilou seus opositores, entre os quais estavam os temidos comunistas. Schwarcz

e Starling discorrem sobre o preâmbulo do golpe de 1937 e o “perigo comunista” por este alardeado:

‘O comunismo’, informou Vargas à nação, pelo rádio, à meia-noite de 31 de dezembro, ‘constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã’. A combinação entre censura, repressão e propaganda produziu uma tempestade ideológica que demonizou a atuação dos comunistas, infundiu terror no coração da população católica e das classes médias e altas, e consolidou um imaginário anticomunista que acompanharia a história política do país pelos cinquenta anos seguintes (SCHWARCZ; STATLING, 2015, p. 311).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) faz-se latente a tensão e o fortalecimento de duas ideologias distintas, ligadas a sistemas econômicos específicos que buscavam propagar-se pelo planeta. Capitalismo e socialismo, promovidos pelos Estados Unidos e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, buscavam impor-se como modelos hegemônicos a serem seguidos pelos demais países e para isso não mediram esforços patrocinando golpes e guerras nos mais distintos locais do planeta. Neste contexto, o Brasil vê o fim do Estado Novo e a redemocratização (1946) do governo, o que possibilita a volta à legalidade de organizações civis e de partidos políticos. No entanto, não demorou vinte anos até que outro golpe fosse deflagrado, com a mesma escusa do primeiro.

O país, no ano de 1964 e quando governado por João Goulart, passava por uma grave crise política e econômica. O presidente anunciara, em um comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, reformas de base na economia e a reforma agrária, ações que apavoraram a elite tradicional, empresários e militares, que temiam pela perda de posses e ameaça de um regime comunista no país (FAUSTO, 1999). Atento a situação, “No dia 20 de março de 1964, uma semana depois do comício da Central, o presidente Lyndon Johnson²⁸ autorizara a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira, caso isso viesse a parecer necessário” (GASPARI, 2004, p. 59). Como reflexo do cenário político internacional, o Brasil sofreu um Golpe de Estado protagonizado por militares brasileiros apoiados pelo governo americano e por instituições da sociedade civil patrocinadas por empresários, muitos dos quais eram estrangeiros. Segundo Fausto:

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de atos institucionais (AI) (FAUSTO, 1993, p. 465).

²⁸ Lyndon Johnson foi eleito vice-presidente dos Estados Unidos no ano de 1960. Quando do assassinato de John F. Kennedy, em 1963, assume a presidência. No ano seguinte ganha o pleito eleitoral novamente e governa o país até o ano de 1969. Entre os fatos que marcaram seu governo estão o combate a guerra do Vietnã e ao comunismo. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/1600/presidents/lyndonbjohnson>. Acessado em 10/06/2016.

O Brasil entrava, naquele momento, em uma longa ditadura de mais de vinte anos que faria inúmeros mortos e desaparecidos. O governo militar brasileiro (1964-1985) foi marcado por medidas arbitrárias, violações aos direitos dos cidadãos e abuso de poder. Um momento funesto, do qual muitos fatos foram mantidos velados.

A constatação de que parte das forças de esquerda estava realmente disposta a pegar em armas liberou de vez a ferocidade da ditadura. Em janeiro de 1969, Carlos Lamarca, oficial do 4º Regimento de Infantaria, baseado em São Paulo, assaltou o depósito de armas do quartel e fugiu numa kombi carregada com fuzis, submetralhadoras e munição. Lamarca abandonara o Exército para se juntar aos guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das várias organizações da esquerda revolucionária criadas após o golpe (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 384).

Inúmeros movimentos de resistência surgiram como forma de contestar o regime instaurado, alguns destes adeptos da luta armada, entre os quais estava o levante que transcorreria na Amazônia brasileira e fora, de pronto, censurado pelo governo militar. A guerrilha que para o governo “não exista”, acontecia em uma área pobre, carente de serviços de saúde e educação, no sul do Pará e logo ficaria conhecida por Guerrilha do Araguaia, por ter acontecido em grande parte nas margens do rio que lhe emprestou o nome.

1.1 – O perigo comunista e o Brasil da década de 1970

No período após a Primeira Grande Guerra, aproveitando-se da democracia fragilizada, partidos autoritários e fascistas passaram a ganhar força através de políticas nacionalista. Ex-combatentes tornaram-se aclamados líderes e passaram a governar seus países. Com o fim da guerra, os Estados Unidos passam a ocupar o lugar de grande protagonista da economia mundial (HOBSBAWN, 1995). Neste mesmo período aconteceu a Revolução Russa (1917), que instaurou um regime comunista naquele país, fazendo com que as demais nações passassem a preocupar-se com a ascensão deste regime em seus territórios.

Como se sabe, no mundo europeu, o prestígio das ideias “revolucionárias” de direita e a implantação de regimes autoritários e fascistas tiveram origem nas novas realidades que se desenharam na Europa, após a Primeira Guerra Mundial. O ressentimento dos derrotados – a Alemanha em primeiro lugar – e o espectro das mobilizações operárias e do comunismo na Itália e na Alemanha facilitaram a circulação e o prestígio das ideologias de direita, em seus diferentes matizes (FAUSTO, 2001, p.13).

A guerra tomou novamente proporções mundiais. Os Estados Unidos entraram também no conflito, apoiando as nações europeias que vinham sendo atacadas pelas forças do Eixo, aliança composta inicialmente por italianos, alemães e japoneses. Após seis anos de

conflito, milhares de mortos e a reconquista de áreas então ocupadas, a guerra chegou ao fim. Grande parte da Europa e do Japão ficaram destruídas física e economicamente, as nações vencidas perderam ou tiveram parte de seus territórios ocupados, a Alemanha e a Coreia foram partilhadas entre comunistas e socialistas dando início a novas tensões e ao período que logo ficou conhecido como Guerra Fria.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos não existia perigo iminente de guerra mundial. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas ao final da guerra e não tentava ampliá-las com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBBSAWN, 1998, p. 224).

A segunda metade do século XX foi marcada não mais pelas grandes guerras mundiais, mas por suas consequências. Instaurou-se um período de terror velado conhecido como Guerra Fria (1945-1989), momento em que os Estados Unidos e a União Soviética, as duas superpotências, já não tinham motivo para estarem lado a lado. Eric Hobsbawm (1998, p. 177) afirmou: “...assim que não mais houve um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais”. Estados Unidos e União Soviética, após o término da Segunda Guerra Mundial, “partilharam” o mundo.

A Guerra Fria trouxe consequências para o mundo inteiro. As guerras da Coreia e Vietnã foram seus produtos. A Coreia, ocupada pelo Japão desde o início do século, fora desocupada pelos aliados e repartida entre americanos e russos. O norte ficara sob tutela dos russos que logo instauraram o regime comunista nesta parte do agora desmembrado país, o sul, por sua vez, fora ocupado pelos americanos que buscavam garantir o capitalismo na região. Os coreanos do norte buscaram, através de um confronto armado conhecido como Guerra da Coreia (1950-1953), unificar o país contando, os dois lados, com o apoio das grandes potências - URSS e EUA - no confronto, o primeiro de forma velada, já os Estados Unidos que participavam de forma ativa através das Nações Unidas, fingiam não saber da participação de seu inimigo, de modo a evitar a possibilidade de uma terceira guerra mundial, o que não interessava a ambas as nações.

Mas a guerra deixava a potência capitalista temerosa de que um “efeito dominó” pudesse levar o comunismo a outros países asiáticos, sendo um destes o Vietnã, uma nova nação palco de forte movimento nacionalista, que acabou por instaurar o comunismo no norte do país.

A possível queda da Indochina, onde forças nacionalistas (incluindo comunistas) lutavam contra os franceses, seria o início da derrocada da liberdade na região. Assim, os norte-americanos auxiliaram os franceses nos seus esforços de guerra para manter sua colônia, alegando que a luta francesa era contra o comunismo. Com a saída da França e a divisão da península da Indochina, os Estados Unidos passaram a intervir diretamente na região, tentando fazer com que os instáveis, violentos e impopulares regimes do Vietnã do Sul pudessem se manter sem cair perante o regime comunista do Vietnã do Norte” (BIAGI, 2001, p. 51).

A Guerra do Vietnã durou dez anos (1965-1975) e os Estados Unidos saíram do confronto derrotados, militar e ideologicamente. No Brasil, as Forças Militares, especialmente o Exército Brasileiro, adotaram uma postura austera ao elaborarem a Doutrina de Segurança Nacional, concebida na Escola Superior de Guerra. Essa instituição, que contou com o apoio de conselheiros americanos e franceses, foi criada segundo a Lei Nº 785 de 20 de agosto de 1949, com o objetivo de treinar pessoal qualificado para a gestão das Forças Armadas no país. Certamente que os objetivos não se limitavam apenas à qualificação do corpo militar. Segundo Fausto (1999), dos círculos formados por participantes desta Escola e de dois outros órgãos, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais²⁹ e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)³⁰ saiu a convicção de que “só um movimento armado poria fim à anarquia política, contendo o avanço do comunismo” (FAUSTO, 1999, p. 453).

A Doutrina de Segurança Nacional se tornou mais efetiva após a Revolução Cubana, em 1959, crescendo a preocupação das nações capitalistas quanto à disseminação do comunismo às outras nações do continente americano, o que poderia acontecer através de técnicas de controle psicológico, doutrinação política e até confrontos armados.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas ao final da guerra e não tentava ampliá-las com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBSBAWN, 1995, p.224).

²⁹ Fundado em 1961, por meio de articulações e patrocínios. De suas ações faziam parte também a propaganda de combate ao comunismo (Ver: GASPARI, 2004a).

³⁰ O IBAD foi criado em 1957 como uma associação cívica que tinha como objetivo o combate ao comunismo. A instituição recebia dinheiro de empresários brasileiros e também de estrangeiros interessados em garantir negócios em esfera internacional.

As guerras da Coreia (1950-53) e do Vietnã (1965-75) (dois conflitos onde estava em questão a expansão do comunismo às áreas de países controladas por governos capitalistas) foram amplamente divulgadas através dos meios de comunicação. Jornais impressos, rádios e logo emissoras de televisão, todos se esforçavam por cobrir e noticiar, às longínquas nações, de forma rápida, os últimos acontecimentos. Biaggi, em seus estudos, aproxima o universo dessas guerras, seu contexto e os reflexos no Brasil.

Duas guerras de repercussões mundiais, dois momentos políticos brasileiros diferentes, dois momentos tecnológicos da imprensa diferentes - a comparação entre a cobertura das duas guerras nos fornece uma visão da vida política brasileira em momentos distintos e, particularmente, tensos do século XX: a primeira metade da década de 1950, momento onde a Guerra Fria estava sendo fixada na realidade do país; e as décadas de 1960 e 1970, momentos onde a ditadura militar consolidava-se no poder, tendo como oposição as guerrilhas revolucionárias e a Contracultura (BIAGI, 2001, p.7).

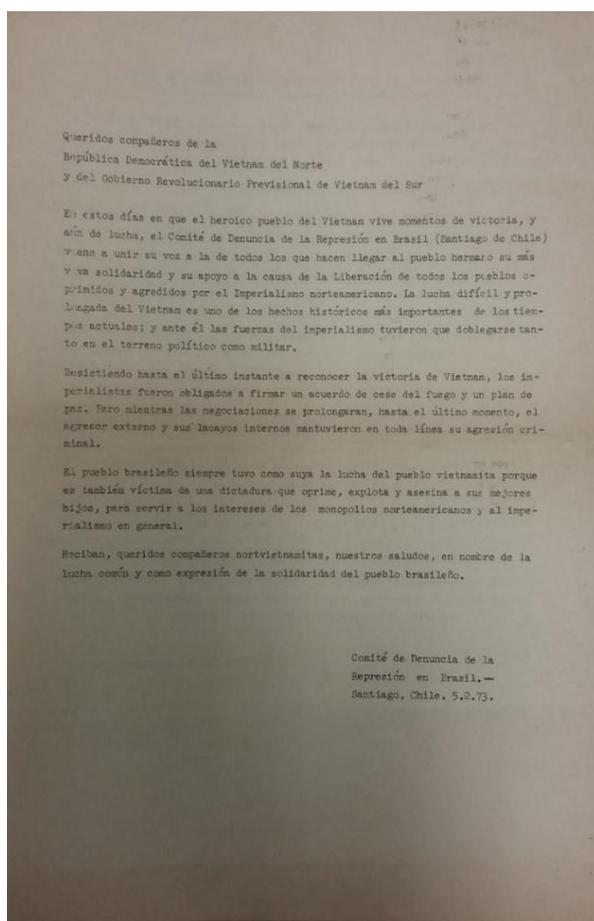
Mesmo contrariando as expectativas internacionais, China e Cuba provaram ao mundo que seria possível também alcançar a revolução através da participação popular, com táticas de guerra não convencionais. “O primeiro grande momento de contestação ao monopólio soviético foi a Revolução Chinesa, ocorrida em 1949, que mostrou as possibilidades de se fazer uma revolução através da guerrilha com a participação do campesinato” (BIAGI, 2001, p. 50-51).

Na década seguinte, Cuba, pequena ilha localizada na América Central e que vivia sob ditadura apoiada pelo governo americano, viu a guerrilha insurgir após o desembarque, na Baía dos Porcos, em 1956, de um grupo de menos de cem homens que organizam um exército revolucionário e fomentaram um movimento guerrilheiro. Vitoriosos³¹, instauram novo governo e adotaram o socialismo como ideologia, passando a ser apoiados pela URSS (BANDEIRA, 2008) e a servir de inspiração e dar suporte à movimentos de libertação em todo o mundo. Rollemberg aponta que, desde antes da instauração da ditadura em território brasileiro e mesmo depois que as ações de guerrilha estavam extintas no país, à exceção da Guerrilha do Araguaia, quadros de organizações de esquerda embarcavam para Cuba a fim de participar do treinamento de guerrilha. Este apoio era consentido pela União Soviética, ainda que esta, à época, não buscasse disseminar o comunismo. Ao contrário disso, intencionava evitar que países promovessem suas revoluções socialistas, uma vez que não pretendia entrar em conflito com os Estados Unidos (HOBSBAWM, 1999).

³¹ O êxito dos guerrilheiros cubanos só fora possível, segundo Rollemberg, devido a situação favorável que encontraram diante do contexto social do país, uma vez que estes puderam contar com o apoio da população (ROLLEMBERG, 2001) que buscava livrar-se do governo de Fulgêncio Batista, marcado pelo autoritarismo, imperialismo e corrupção (BANDEIRA, 2008).

O manifesto do “*Comité de Denuncia de la Represión en Brasil*” (Imagem 01), encartado no jornal *Frente Brasileño de Informaciones* (03/1973) mostra como a imprensa contra-hegemônica brasileira exilada estava atenta aos acontecimentos do Vietnã. Declarando seu apoio aos norte-vitnamitas, a guerra anti-imperialistas e a luta pela liberdade das nações, faziam deste um exemplo aos brasileiros que se viam oprimidos pelo governo militar apoiado pelo governo americano.

Imagem 01 - Manifesto do *Comité de Denuncia de la Represión en Brasil* em apoio aos norte-vitnamitas durante a Guerra do Vietnã (Chile), encartado no *Boletín Frente Brasileño de Información* (1972)



Fonte: Acervo Asmob/Unesp

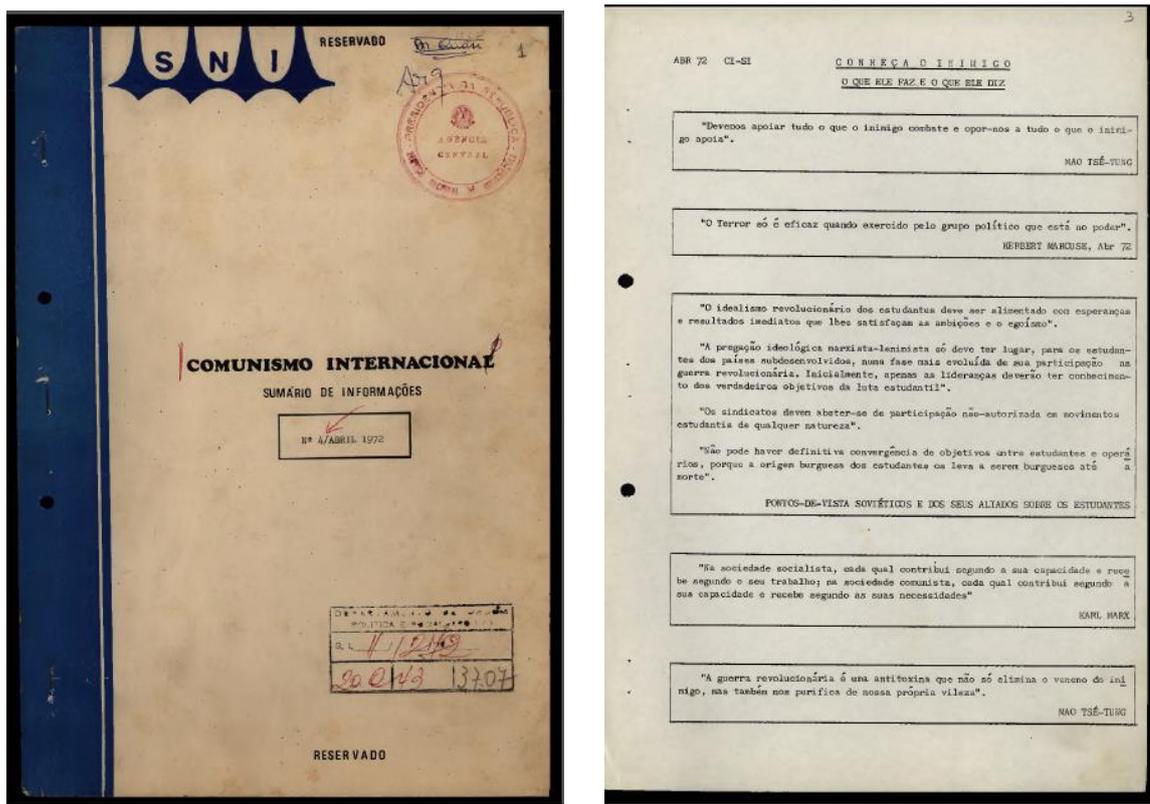
O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922 por um pequeno grupo de brasileiros influenciados pelas ideias marxistas e pelo êxito da Revolução Russa, foi amplamente perseguido durante todo o século XX, no Brasil³². Em 1945 teve seu registro aceito pelo Congresso brasileiro e voltou a legitimidade, mas, logo em 1947, este foi cancelado e, no ano seguinte, os mandatos de seus parlamentares cassados. No ano de 1962 ocorre uma cisão

³² Para informações detalhadas sobre a trajetória do Partido Comunista do Brasil ver: PEREIRA, Monica. “A esquerda bem informada: estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos”. 2009.

no partido³³, quando o então PCB passa a chamar-se Partido Comunista Brasileiro, e a ala dissidente utiliza-se da antiga nomenclatura, mas dessa vez sob a sigla PCdoB. O jornal *A Classe Operária* (1925), órgão central do PCB, que os preceitos da imprensa revolucionária lenista, e que como o estivera na maior parte do tempo sendo publicado de forma clandestina, passou a ser editado pelo novo partido.

É este partido que, ao discordar das novas orientações soviéticas sobre o percurso que levaria à revolução, irá organizar-se para a luta armada na região do Araguaia, da qual iriam participar alguns de seus fundadores e principais dirigentes entre os quais Maurício Grabois, João Amazonas, Elza Monerat, além de outros militantes, muitos deles de ativa participação na resistência ao regime militar e que, por isso, vinham sofrendo perseguições nas grandes cidades.

Imagem 02 - Sumário de Informações sobre o Comunismo Internacional produzido pelo Serviço Nacional de Informações - SNI



Fonte: Acervo Arquivo Nacional, 1972

³³ A cisão do Partido Comunista do Brasil acontece seis anos após a publicação do relatório Krushev (1956), que anunciava revisão quanto as estratégias ligadas à expansão do socialismo e condenava a utilização de movimentos armados para esse propósito.

A já citada perseguição aos comunistas materializa-se no seguinte documento, publicado anualmente pelo Serviço Nacional de Informação: o “Sumário do Comunismo Internacional” (Imagem 02) buscava orientar os órgãos governamentais como agiam os comunistas e suas organizações, inclusive publicando seus discursos, de modo que estes pudessem ser reconhecidos, delatados e combatidos, uma vez que representariam um perigo à nação.

1.2 - A ditadura militar e os movimentos de resistência armada

Com o pressuposto de evitar a desordem e o “perigo comunista” foi instaurado no Brasil um regime ditatorial militar (1964-1985), deflagrado a partir de um Golpe de Estado e materializado em uma ditadura sangrenta e duradoura. Os militares foram apoiados por setores civis conservadores e elitistas da sociedade brasileira, que temiam a ascensão das camadas populares ao poder e pelo governo americano, que buscava frear qualquer possibilidade da adesão do país ao comunismo.

Schwarcz e Starling (2015, p. 374) elucidam como se deu este golpe: “Os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, conferiram a si próprios poderes de exceção, e cinco generais do Exército se alternaram no comando do Executivo”. Durante os vinte e um anos que transcorreram desde a instauração da ditadura militar, os direitos básicos garantidos pela constituição federal foram cerceados e os opositores duramente reprimidos das mais diversas formas. Gaspari (2002) explica o funcionamento da repressão, que evoluiu do espancamento para a tortura:

Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a “corrupção e a subversão”, o governo atribuía-se a megalomaniaca tarefa de acabar com ambas (GASPARI, 2002a, p. 134).

Um governo onde os direitos básicos dos cidadãos como a liberdade de ir e vir, garantidos pela Constituição Federal, foram extirpados a partir de atos institucionais e os opositores ao regime foram reprimidos e mortos. Anne Marie Smith (2000) afirma:

O regime militar que tomou o poder no Brasil em 1964 formulou sua própria ideologia de segurança nacional e elaborou novos procedimentos jurídicos e fundamentos institucionais para suas ações. Também procurou exercer controle através de repressão, com uma pletera de órgãos de segurança vigiando, interrogando e torturando (SMITH, 2000, p. 33).

A Doutrina da Segurança Nacional fora instaurada e diversos órgãos oficiais e clandestinos criados para garantir a segurança e a vigilância da nação. Foram promulgados os temidos Atos Institucionais. Já o desenvolvimento econômico seria alavancado pelo capital privado externo e interno, pela indexação de índices e salários e expansão de estatais (SMITH, 2000). Mas o dito milagre econômico trazia consigo também o aumento da pobreza, da desigualdade social e da dívida externa que assombrou o país nos anos seguintes.

Em 1968, o momento era de efervescência. Em Paris manifestações aconteciam pela reforma da educação e fim das guerras da Argélia e do Vietnã. Muitos americanos questionavam o envolvimento do país no confronto vietnamita que se prolongava, enquanto o mundo acompanhava as atrocidades cometidas pelos dois lados. Biagi traz, através do depoimento do ex-militante Alfredo Sirkis, a importância da guerra do Vietnã como referência à juventude brasileira.

Alfredo Sirkis afirmou que ele acompanhou a ofensiva do Tet pelo rádio, que a noticiava com grande destaque (“sensação dos noticiários de rádio”) - ele “torcendo” para o Vietcong, enquanto seu pai “torcia” para os norte-americanos (BIAGI, 2001, p. 159).

No Brasil, neste mesmo ano, as mobilizações de seguimentos contrários ao regime se multiplicavam e ganhavam força. Greves foram organizadas e movimentos de guerrilha urbana praticavam assaltos e sequestros desestabilizando o governo. Em resposta os militares adotaram medidas austeras, entre elas o AI-5, que entrou em vigor no mês de dezembro, reprimindo de forma violenta qualquer forma de oposição ao regime.

Mas até aquele momento o regime não sabia que, buscando alternativas de combate à ditadura instaurada, havia sido concebido o movimento revolucionário que passou a ser conhecido como Guerrilha do Araguaia. Com a finalidade de lutar contra as forças do governo, constituía-se de “um levante armado de inspiração marxista que pretendia desencadear a guerra popular revolucionária no país” (STUDART, 2006, p. 16).

Na década de 1960 o Brasil passava por grave crise. O presidente Jânio Quadros, eleito em 1960, assume o governo em janeiro de 1961, mas renuncia em agosto do mesmo ano após tomar uma série de medidas tidas como excêntricas, como a concessão da Medalha do Cruzeiro do Sul (1961), a mais alta honraria nacional, a Ernesto Guevara, conhecido como El Che, guerrilheiro e um dos responsáveis pela vitória da Revolução Cubana, que fez chegar o comunismo a ilha. Seu vice era João Goulart (1961-1964), herdeiro da política populista de Getúlio que, ao assumir, também pode contar com o apoio das elites. Mas logo suas medidas foram consideradas impopulares e passaram a preocupar as camadas mais abastadas da sociedade.

O presidente decidiu fazer reformas de base através de decretos, acreditando que assim contaria com o apoio popular. Para anunciá-las marcou, dentre outros eventos, um comício no Rio de Janeiro que reuniu cerca de cento e cinquenta mil pessoas e ficou conhecido como Comício da Central, onde anunciou uma série de medidas que tinham a intenção de implantar a reforma urbana e o voto de analfabetos. De acordo com Fausto (1999),

Bandeiras vermelhas que pediam a legalização do PC [Partido Comunista] as faixas que exigiam a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão causando arrepios em meios conservadores. Jango assinou na ocasião dois decretos. O primeiro era sobretudo simbólico... O segundo - chamado de decreto da Supra (Superintendência de Reforma Agrária) - declarava sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a dimensão e a localização das que estariam sujeitas à medida (FAUSTO, 1999, p. 459).

Essas medidas apavoraram as elites e a classe média brasileira. Alas conservadoras da igreja católica organizaram, em 19 de março de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceu em São Paulo e atraiu aproximadamente quinhentas mil pessoas.

Os militares, aproveitando-se da instabilidade pela qual passava o país e tendo como pretexto a não punição de oficiais, subvertendo a ordem militar pelo Ministro do Exército puseram o golpe em curso. Deflagraram-no em 31 de março de 1964, instaurando uma ditadura militar que atravessaria as duas próximas décadas. Patrocinados pelos Estados Unidos e amparados pelos setores mais conservadores da sociedade, os militares tomaram então o poder para “pôr ordem na casa” (SINGER, 2001, p. 281-82).

O regime militar, em princípio, objetivava apenas dissipar o “perigo vermelho” (GASPARI, 2012a), anunciado pela Revolução Cubana e, no Brasil, pelas Ligas Camponesas, pela agitação estudantil e pelo alto grau de mobilização que vinham ganhando as forças de esquerda em torno de questões sociais, a exemplo do que estava ocorrendo em outros países da América Latina, como Argentina e Chile.

O novo governo começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Estes eram justificados como decorrência “do Exercício do poder constituinte, inerente a todas as revoluções” (FAUSTO 1999, p. 465). O Congresso Nacional foi por várias vezes fechado e os direitos fundamentais dos cidadãos foram violados. A liberdade de expressão e o livre arbítrio foram cerceados e os opositores ao regime eram, com frequência, perseguidos, torturados e até mortos.

É praxe dos governos autoritários e ditatoriais investirem de imediato contra a liberdade de imprensa. Nessa saga, o estado militar pós 1964 tratou mais que depressa de ocupar e fechar todos os jornais e revistas nacionalistas e de esquerda que ainda tiveram suas redações destruídas e oficinas empasteladas (SOBRINHO, 2000, p. 9).

Neste período marcado pela censura, que em certo momento acontecia de forma prévia, com censores trabalhando dentro mesmo das redações (KUCINSKY, 2003) e jornalistas sendo perseguidos e mortos, surge como uma “fênix”, segundo Sobrinho, uma forte imprensa alternativa (SOBRINHO, 2000, p.10). “Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico” (KUCINSKY, 2003, p. 13-14). Estes meios aparecem por todo o país, e até no exterior, normalmente de distribuição irregular, sendo editados e impressos ora por jornalistas e/ou por ativistas que buscavam uma forma de reagir.

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação (KUCINSKY, 2003, p. 6).

O ano de 1968 é emblemático para o século XX com a realização de uma série de manifestações por direitos em vários países do mundo e protestos contra a guerra do Vietnã. No Brasil, a oposição já rearticulada tinha melhores condições de mobilização. Em 28 de março de 1968, a morte pela polícia militar do estudante secundarista paraense Edson Luiz, no restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, causou grande comoção e deu origem a manifestação conhecida como Passeata dos Cem Mil (SINGER, 2001), que aconteceu também no Rio de Janeiro. Em resposta à oposição que começava a fortificar-se, o governo decretou o Ato Institucional Nº 5, sem prazo de vigência. Sobre estes desmandos do ato, discorre Rollemberg:

Um símbolo do regime, síntese da arbitrariedade e da violação dos direitos civis que caracterizaram a ditadura. O AI-5 também é lembrado como divisor de águas: a partir de então os militares definiam-se, optavam pela permanência no poder por tempo indefinido. (ROLLEMBERG, 2006, p. 141)

Neste mesmo ano, grupos armados de resistência começavam a atuar nas cidades do país, entre eles a Aliança Nacional Libertadora, o Movimento Revolucionário Número 8 (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária. Alguns destes chegaram a planejar ações de guerrilha que não chegaram aos combates. Estes grupos, que muitas vezes se mesclavam e se reorganizavam sobre novas siglas ou unidades³⁴, vinham sendo sufocados pela repressão e, ainda no início da década de 1970, estavam extinguindo-se no país. Seus principais líderes como

³⁴ Para informações sobre as organizações de resistências à ditadura em questão ver: REIS FILHO, Daniel Aarão; DE SÁ, Jair Ferreira. Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. 1985.

Carlos Mariguella³⁵ e Carlos Lamarca³⁶, foram mortos cruelmente pelo Exército. Schwarcz e Starling citam a morte de Mariguella como o marco do início do combate à esquerda armada e a morte de Lamarca como o declínio do movimento urbano, que seria aniquilado até o ano de 1976 (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em contrapartida, até o ano de 1972, um grupo de guerrilha rural permanecia instalado na região do rio Araguaia, na Amazônia, desde meados da década de 1960.

Em princípio de 1972, com os grupos de guerrilha urbana dizimados pela feroz repressão do regime militar, o PCdoB se preparava para o mais longo enfrentamento armado aos militares, na ânsia de impedir o avanço do projeto político estratégico que tinham para a Amazônia, e que atendia aos grandes interesses do capital nacional e internacional (NASCIMENTO, 2001, p. 113).

No Brasil, uma vez que a ordem era sufocar o avanço do “perigo comunista”, o governo autoritário utilizou-se da censura como uma de suas armas para vencer a resistência ao regime. Sendo assim, a não divulgação de notícias sobre a Guerrilha do Araguaia (GASPARI, 2002b) estava entre as estratégias adotadas pelos militares, uma vez que temiam que a notícia do movimento pudesse gerar novos adeptos e ainda servir de modelo a outros que poderiam vir a surgir.

Durante o regime militar (1964-1985) o caminho ao exílio foi, por vezes, a única saída para que muitos brasileiros garantissem a liberdade e a vida, dado ao fato de que o regime não só aprisionava, como também torturava e inclusive executava os ditos subversivos. A situação fez com que deixassem o país não só os que se opunham ou eram perseguidos pela ditadura, como representantes das classes médias ativos politicamente em partidos e sindicatos, mas também os que, por opção, preferiram sair do país ao viver em uma ditadura, além dos familiares destes grupos. Mesmo este movimento não tendo acontecido de forma massiva e tão pouco em um único período, uma vez que houve a saída de brasileiros desde a instauração do regime militar (1964) até a promulgação da lei da anistia em 1979, o deslocamento ao estrangeiro acontece com maior intensidade em 1964, logo após o Golpe Militar, e no ano

³⁵ Político e guerrilheiro de origem humilde, Mariguella nasceu no estado da Bahia. Ainda jovem ingressou no Partido Comunista Brasileiro do qual tornou-se um dos principais líderes. Foi preso diversas vezes durante a década de 1930, fugiu e foi recapturado em 1939, sendo anistiado em 1945. Visitou a China e Cuba após a instauração dos regimes de esquerda. Acabou expulso do PCB e fundou, em 1968, a Aliança Libertadora Nacional, adepta da luta armada. Foi morto pelo Exército em São Paulo, em 4 de novembro de 1969.

³⁶ Lamarca entrou ainda jovem para o Exército, mas ainda em 1969 organizou a deserção de um grupo do Exército levando consigo homens e armas para lutar contra o regime. Participou do grupo que deu origem a Vanguarda Popular Revolucionária e mais tarde desligou-se da mesma passando a integrar o MR8. Participou também de ações urbanas como sequestros, foi perseguido durante anos pelas forças armadas, até acabar morto pelas mãos do Exército no interior da Bahia.

de 1968, devido ao aumento da repressão que ocorre após a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (ROLLEMBERG, 2007).

Imagem 03: *Frente Brasileiro de Informaciones*, novembro, 1972. Chile.

Estos Libros Le Quitar El Sueño a Los Militares

En los últimos años se observa, particularmente en Latinoamérica y en algunos países de Europa, el creciente surgimiento de libros de denuncia del régimen político y económico brasileño. Presentamos ahora algunos libros publicados en Europa, Estados Unidos, América Latina e inclusive Brasil. Llámennos la respectiva atención sobre la Colección Cuadernos Brasileños lanzada por el Comité de Denuncia de la Represión en Brasil y por la Editora Letras de Santiago. El Cuaderno n.º 1 "Pena de Muerte en Brasil. De los hechos a la dictadura fascista" ya se encuentra en venta y los próximos serán los "El Escuadrón de la Muerte" y "El Suo Imperialismo Brasileño" saldrán en poco tiempo más.

"LA VIOLENCIA MILITARE AU BRASIL". Editora Francis Maspero - Francia - 174 páginas. Los orígenes del golpe militar. El poder militar. En arena, 22 documentos de prisioneros políticos torturados y asesinados por el terror militar. El verdadero "diálogo brasileño".

"PENNA DE MUERTE EN BRASIL. DE LOS HECHOS A LA DICTADURA FASCISTA". Rodrigo Azevedo. Editora Letras - Santiago - 40 páginas. Este libro es el primero de una serie - Cuadernos Brasileños - del Comité de Denuncia de la Represión en Brasil de Santiago que documenta, graficamente, denunciando la pena aplicada por la dictadura al condenado "realizándose" a la muerte en junio de 1968 mientras decenas de otros revolucionarios son sistemáticamente ejecutados en las cárceles de tortura sin ningún respeto a la consigna "ningún preso por los militares". El libro presenta también una información íntima de combatientes ya asesinados por la dictadura.

"BRASIL, REPRESSION Y TORTURA". Rodrigo Azevedo (del Comité de Denuncia de la Represión en Brasil). Editorial Oveja Negra - Bogotá - 160 páginas. Presenta un cuadro completo de la represión en Brasil, con todos los instrumentos usados por el régimen, en el terror político, social y económico, presentando la denuncia documentada de los prisioneros torturados y los responsables, directos o indirectos, por los hechos. En anexo el estudio "La situación socio-económica del pueblo brasileño: la otra violencia".

"MOISSER SUL BRASIL". Ediciones de la Serie "Brasil" - Italia 1970 - 408 páginas. 1964-1970 del golpe de estado y la violencia institucionalizada. Los antecedentes económicos/políticos de la ideología militar: teoría y práctica. La tortura, instrumento político de intimidación, instrumento político de situación política. Documentos sobre la situación social. El movimiento estudiantil. Declaraciones políticas del momento revolucionario. Cartas de brasileños en Italia. Brasil, un buen negocio. Cuando los militares hacen la propaganda.

"BRASIL 68 - TORTURE ET REPRESSION". Editado por l'Association Internationale des Juristes Démocrates - Bruselas - Bélgica. Un riguroso estudio jurídico de los leyes represivas en Brasil por parte de la "Comisión de la Independencia Institucional Internacional". Testimonios de presos políticos brasileños. La represión a los padres dominicanos en Brasil.

"LIBRO NEGRO DA DITADURA". Acso Popular do Brasil - Editora Liberdade - Brasil - 1971. Este libro impreso en Brasil, circula clandestinamente en todo el país, al margen de la totalitaria censura militar existente. Recopila los crímenes de la dictadura hasta comienzos del año de 1971. Es un relato de hechos vivos. La lección del sufrimiento del pueblo de Brasil en los últimos años. Pero es, sobre todo, un mensaje de confianza ilimitada en el futuro y en la victoria popular.

"TERROR IN BRASIL. A DUSTIER". Edited by American Committee for Information on Brazil - Nueva York. Presenta una cronología de los hechos políticos en Brasil a partir del golpe militar. Testimonios de personas torturadas. La represión en contra de la Iglesia. La institucionalidad jurídica del régimen militar.

pena de muerte en brasil:
DE LOS HECHOS A LA DICTADURA FASCISTA

rodrigo azevedo

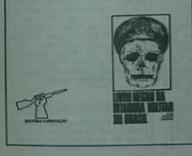


cuadernos brasileños 1

BRASIL REPRESSION Y TORTURA



BRASIL 68 - TORTURE ET REPRESSION



BRASIL - TORTURA, REPRESSION Y MUERTE

BARBARA 9

El libro es formado por 6 documentos que según los editores no exigen ningún comentario. Son testimonios de estudiantes, profesores, ex-militares y obreros, que desde el fondo de las cárceles, arriesgándose nuevamente, usan denuncia al sistema represivo que es institucionalizado en Brasil como mecanismo de mantención de la dictadura militar.

libro blanco

tortura in brasil



cuadernos brasileños, brasil

10 FRENTE BRASILEÑO DE INFORMACIONES BOLETIN DE AGOSTO DE 1971 11

Fonte: Acervo Asmob – Unesp

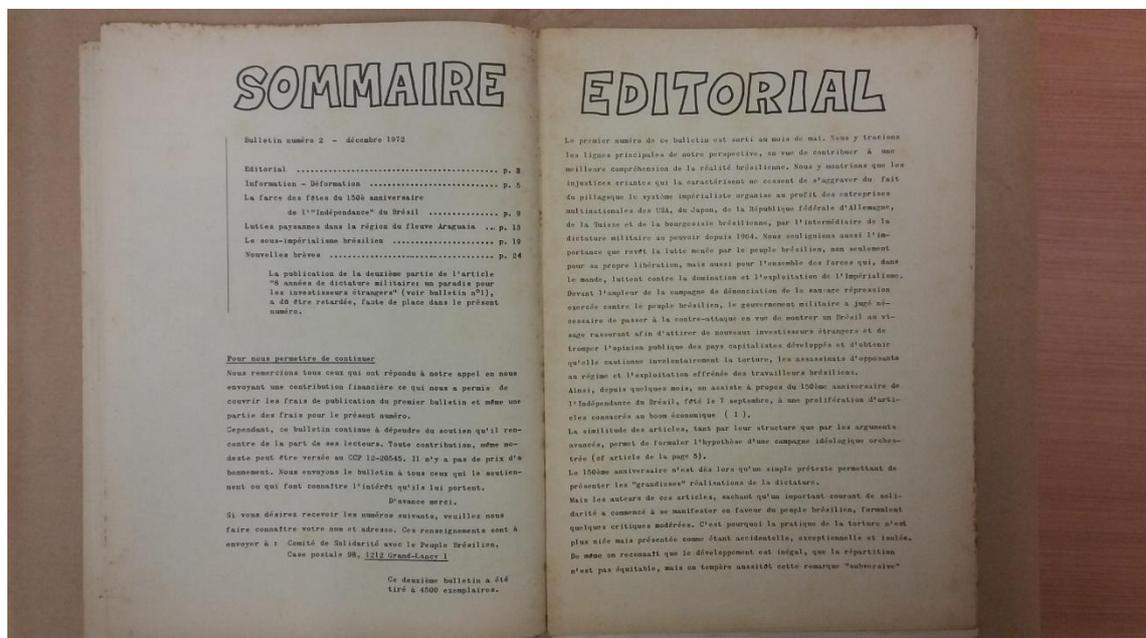
Os exilados, impossibilitados de enfrentar pessoalmente os militares, buscavam alternativas para que pudessem, mesmo que do além-mar, mostrar seu desagrado, de forma ativa para com a situação pela qual passava o Brasil, à época. Entre as formas de ação encontradas por esses grupos, como se encontravam em países distintos e pertenciam a mais diversas organizações, estava a criação de meios de comunicação a fim de divulgar notícias a respeito de acontecimentos que eram censurados e negados oficialmente pelo Governo brasileiro. Essas publicações buscavam sensibilizar a comunidade internacional e dar visibilidade às arbitrariedades cometidas pelo regime militar. Para isso foram muitas vezes constituídas redes de informações que faziam com que estes fatos fossem divulgados. Como exemplo destas redes está o Comitê de Denúncias da Repressão no Brasil, que manteve publicações em diversos países, entre as quais estava a *Frente Brasileiro de Informaciones*, que desde o ano de 1968 publicava no Chile informações sobre as torturas e os desaparecimentos provocados pelo regime militar, como pode ser visto na imagem que segue (Imagem 03). Estes grupos trabalhavam ainda angariando fundos (Imagem 04) para que pudessem manter suas publicações e dar suporte às organizações de esquerda e exilados.

Imagem 04: Guia de depósito em prol do Comité de Solidariedade ao Povo Brasileiro, encartada na edição suíça do Boletim da *Frente Brasileira de Informações*

<p>Empfangsschein Récepissé Ricevuta</p> <p>Bitte aufbewahren À conserver s. v. p. Da conservare p. f.</p> <p>Fr. [] c. [] einbezahlt von / versés par / versati da</p> <p>12 - 205 45 Comité de Solidarité avec le Peuple Brésilien Genève</p> <p>Für die Poststelle: Pour l'office de poste: Per l'ufficio postale:</p> <p><small>(18x105) Dieser Empfangsschein darf nicht als Girozettel benutzt werden Ce récépissé ne doit pas être utilisé comme avis de virement Questa ricevuta non va adoperata come cedola di girata</small></p>	<p>Einzahlungsschein Bulletin de versement Polizza di versamento</p> <p>Fr. [] c. [] für / pour / per</p> <p>Comité de Solidarité avec le Peuple Brésilien Genève</p> <p>in / à / a</p> <p>Postcheckrechnung Compte de chèques Conto corrente postale</p> <p>12 - 205 45 Genève</p> <p>Postcheckamt Office de chèques postaux Ufficio dei conti correnti</p> <p>Dienstvermerke Indications de service Indicazioni di servizio</p> <p>Aufgabe / Emission / Emissione</p> <p>Nº []</p> <p>442.01 — A6 ES 120</p>	<p>Abschnitt Coupon Cedola</p> <p>Fr. [] c. []</p> <p>einbezahlt von / versés par / versati da Giro aus Konto Virement du c. ch. Girata dal conto Nº []</p> <p>12 - 205 45 Comité de Solidarité avec le Peuple Brésilien Genève</p> <p>auf Konto au compte al conto</p> <p>12 - 205 45 Comité de Solidarité avec le Peuple Brésilien Genève</p> <p>Azienda delle PTT</p> <p>Entreprise des PTT</p> <p>PTT-Betriebe</p> <p>10000 - 2 76 M</p>
---	--	---

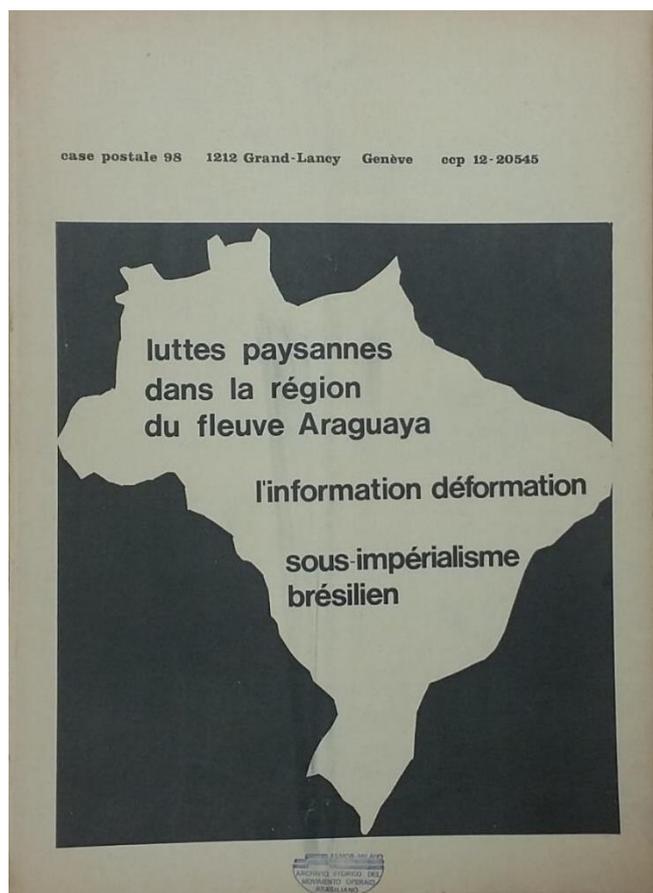
Fonte: Acervo Asmob – Unesp

Imagem 05: Boletim Nº 2, de dezembro de 1982, do *Frente Brasileira de Informações*



Fonte: Acervo Asmob – Unesp

Imagem 06: Contra-capa do Boletim N° 2, de dezembro de 1972, do *Frente Brasileira de Informações*



Fonte: Acervo Asmob – Unesp

1.3 - Amazônia, desenvolvimento e conflitos sociais

O desenvolvimento econômico da Amazônia é marcado por conjunturas econômicas de exploração exaustiva de bens primários e produtos semi elaborados destinados ao mercado externo. Um modelo de subordinação ao mercado internacional que atravessou séculos, deixando inúmeras mazelas à região e aos seus habitantes. Segundo Becker, “os surtos voltados para produtos extrativos de exportação, as estratégias de controle do território e os modelos de ocupação marcaram toda a ocupação da Amazônia, estando presentes até os dias atuais” (BECKER, 2004).

No final do século XIX e primeiros anos do século XX, a valorização da borracha no mercado internacional e sua exploração na região amazônica (1880-1910) fez com que o sul do Pará, até então ocupado por grupos indígenas, recebesse um contingente de mão-de-obra que vinha à região em busca de trabalho na extração do látex. Com o crescimento da população

surgiram as primeiras cidades, entre elas Marabá e Conceição do Araguaia. Com o declínio da borracha houve a ascensão da exploração da castanha-do-pará. A distribuição de castanhais a grandes proprietários é apontada como um motor da desigualdade social na região (SIMMONS et al, 2008) que viria a ser, anos depois, palco de inúmeros episódios sangrentos, o que a faria ser mais tarde conhecida como “a terra maldita”.

A geógrafa Bertha Becker aponta dois períodos de planejamento regional para a Amazônia. No primeiro (1930-1960) se destacaram, entre outras ações, a “marcha para o oeste” e a criação da SPVEA e a vinda dos “soldados da borracha” à região.

A “Marcha” e o seu complemento de ocupação da região amazônica tinham como objetivo a colonização, a fixação da família sertaneja nos territórios interiores. Num discurso pronunciado em Belém, em 1933, Vargas afirmava que o desafio maior para a Amazônia era transformar a exploração nômade em sedentária, e para isso era necessário povoá-la, colonizá-la, fixar o homem à terra (SECRETO, 2007, p. 120).

Até a década de 1960 a Amazônia estava ligada ao restante do país apenas por rotas aéreas e navais. O amazônida vivia, em sua maior parte, nas áreas rurais (62% da população), e a taxa de crescimento anual demográfico da região era baixa. As cidades, vilas, povoados e sítios estavam localizados nas margens de cursos d’água, que tinham papel fundamental na vida destas populações, como meio de transporte e fonte de alimento. A população do interior praticava pesca, extrativismo e agricultura. Nas cidades estavam os trabalhadores de comércio e fábricas, servidores públicos e privados que prestavam serviços como médicos, professores, etc. (LOUREIRO, 2005).

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960) integrou a região com a criação da rodovia Belém-Brasília. A construção da BR-153, inaugurada em 1961, além de permitir o trânsito de produtos entre dois extremos do país, trouxe consigo milhares de imigrantes e operários que trabalharam em sua construção e ali ficaram após seu término. A população cresceu de um para cinco milhões de habitantes na década de 1960 (BECKER, 2004).

A rodovia propiciou ainda a valorização das terras que estavam em seu entorno e logo o início da especulação imobiliária e da grilagem de terras da região que eram, até o momento e em sua maior parte, consideradas devolutas, pertencentes à União, mas que muitas vezes de fato estavam sendo habitadas. Os posseiros passaram a ser atingidos por novos problemas, frente aos quais viam-se indefesos, e muitas vezes para não serem expulsos de onde viviam, acabavam se submetendo à exploração por parte dos grandes proprietários. “Se a concentração de renda provocada pela política de incentivos era por si só danosa para a região (já que

beneficiava apenas os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros), o dano maior, entretanto, estava ligado à questão da terra” (LOUREIRO, 2005, p. 3).

Becker afirma que o segundo período de planejamento para a região, este já efetivo, acontece a partir de 1966 por iniciativa do governo militar, que vê na Amazônia brasileira uma espécie de catalisador, capaz de solucionar problemas oriundos de outras partes do país e ainda mantê-la protegida de focos subversivos (BECKER, 2004). Uma vez no poder, o governo militar (1964-1985) pôs em prática o que foi chamado de Plano de Desenvolvimento para a Amazônia. Tendo como máximas os lemas: “terra sem homens para homens sem-terra” e “integrar para não entregar”, estimularam a vinda de imigrantes para o povoamento da área. Homens e mulheres chegavam vindos de outras regiões do país, em busca de terras e de uma vida melhor.

A política do regime militar, assim como a de seus antecessores, deixava a desejar no quesito bem-estar social e as ações de povoamento estavam ligadas ao capital. O imigrante que dispusesse de maior quantia teria mais terra e benefícios (LOUREIRO, 2015). A rodovia Transamazônica, foi um dos grandes projetos dos militares para a integração da região, inacabada até os dias de hoje.

A estrada foi inaugurada por Médici em 27 de setembro de 1972 e utilizada para potencializar uma imagem ufanista do Brasil, compartilhar o sentimento de que estava em curso um processo formidável de modernização do país e produzir identidade. Mas não foi bem assim. A construção da Transamazônica massacrou a floresta, consumiu bilhões de dólares, e até hoje a estrada tem trechos intransitáveis por conta das chuvas, dos desmoronamentos e das enchentes dos rios (SCHWARCH; STARLING, 2015, p. 378).

O governo militar ofereceu desde terras a incentivos financeiros para grandes empresas privadas, muitas delas de capital estrangeiro, se instalarem na Amazônia. A intenção seria a de “promover o desenvolvimento” da região e tirá-la do “atraso”. Muitas dessas terras estavam ocupadas por populações tradicionais ou posseiros que ali se haviam assentado. Esta prática levou ao aumento de conflitos e tensões sociais que se estendem até os dias de hoje, o que se comprova em matérias publicadas em jornais e em dados da Comissão Pastoral da Terra, do ano de 2015, que a apontam a Amazônia como a região como a maior número de casos de violência no campo do Brasil, tendo nela ocorrido quarenta dos cinquenta assassinatos relacionados à questão agrária, registrados no ano de 2015 no país.

As facilidades legais concebidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral [...]. Além disso, o Governo Federal oferecia garantia de infraestruturas para os novos projetos (estradas, portos, aeroportos e outros). Às margens das estradas, a devastação florestal foi rápida e a disputa de terras privilegiadas às margens delas gerou, desde o fim dos anos de 1960, conflitos de toda ordem, que só foram aumentando nas

décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava (LOUREIRO, 2005, p. 78-79).

Na década de 1970 os grandes latifúndios se multiplicam e os conflitos agrários se intensificam no interior do Pará, mas a luta pelos direitos dos cidadãos também ganhava força através de agentes sociais ativos, mas logo efetivamente reprimido pelo regime militar. Exemplo disto é o episódio noticiado pelo jornal *A Folha de São Paulo*, de 8 janeiro de 1972, que registra o fato de que o bispo de São Geraldo do Araguaia teria tido que explicar-se aos militares por ter lançado um documentário intitulado a “Igreja Amazônica contra o latifúndio” (*A Folha de São Paulo*, 8/01/1972, p. 3).

Apesar dos rastros de sangue deixados pelo regime militar, a geógrafa Berta Becker aponta, como legado positivo da ocupação militar da Amazônia, as redes de comunicação que passaram a integrar pela primeira vez a isolada selva amazônica ao resto do mundo (BECKER, 2005). O discurso criado pelo governo militar brasileiro sobre a Amazônia pode ser considerado dicotômico: ao mesmo tempo em que dá grande visibilidade a natureza, riqueza e grandiosidade da região, como fonte de recursos naturais, ignora os seus habitantes, a “significância (dos recursos) contrasta com a insignificância (humana)” (DUTRA, 2009, p.17). Fato este que a máxima “Terra sem homens para homens sem terra”, foi utilizada como propaganda para estimular a migração à região. Esta observação foi constatada em nossas pesquisas pois, enquanto a Guerrilha do Araguaia estava silenciada pelas amarras da censura, um grande número de matérias sobre pescaria no Rio Araguaia foi veiculado pela grande imprensa.

Enquanto os planejadores militares viam uma terra sem gente proporcionando salvação a uma gente sem terra, os acadêmicos viam, acima de tudo, processos sociais que desenraizavam a população nativa, desalojavam tanto antigos moradores como os recém-chegados colonos, e degradavam o meio ambiente, convertendo os pequenos lotes de agricultores de subsistência em pastagens vazias (SIMMONS et *ali*, 2008, p. 99).

Nas pesquisas do projeto Mídias Alternativas na Amazônia³⁷, Amorim et al (2014, p. 5) destaca que para fazer frente a “(...) grande imprensa que constantemente mostrava uma

³⁷ O projeto Mídias Alternativas na Amazônia, coordenado pela professora Célia Trindade Amorim, nasceu em 2011 “com a proposta de pesquisar o universo de meios de comunicação, de natureza contra hegemônica, importantes no processo de democratização na região. Os objetivos são sistematizar estudos e mapear essas possibilidades midiáticas, distanciadas do modelo comunicacional voltado para a lógica do lucro imediato, a partir do período da Ditadura Militar (1964-1985) até os dias atuais, nas categorias Mídias Impressas e Mídias *On Line*. Assim o foco de investigação está na ocupação territorial da Amazônia pelos militares de 1964, com suas políticas desenvolvimentistas, passando pelo período de restabelecimento da democracia, e o novo ambiente multimidiático em rede. Atualmente já foram catalogados cem jornais, boletins, revistas, blogs e sites alternativos de Belém do Pará e de outros Estados da região Norte do país, localizados na internet, acervos públicos e em casas de ativistas dessas mídias. Este número, aparentemente irrisório, se levamos em consideração apenas o caráter quantitativo,

Amazônia “promissora” à integração do país e do mundo, muitos atores sociais, carentes de espaço para emitirem suas opiniões e contrários à ditadura, criaram um sistema de comunicação alternativo”. A pesquisadora observa ainda que “jornalistas, intelectuais, ativistas, políticos de esquerda, colonos e índios fizeram uso de jornais, informativos e boletins contra-hegemônicos para manifestar repúdio à ditadura e trazer de volta o país à vida democrática” (AMORIM et al, 2014, p. 5). Um dos temas abordados por essa imprensa era a Guerrilha do Araguaia, “que se tornou para as autoridades brasileiras um segredo de Estado. A guerrilha só não ficou silenciada na história porque se criou no período um sistema de comunicação alternativo” (AMORIM et al, 2014, p. 1).

1.4 - A Guerrilha que não existiu e a luta na selva

A Guerrilha do Araguaia (1972-1974) ocorreu na Amazônia Brasileira em uma área de floresta densa, na região conhecida por Bico do Papagaio, que compreendia o sudeste do estado do Pará e o norte do estado de Goiás, hoje Tocantins. O conflito teve como protagonistas os integrantes das Forças Guerrilheiras do Araguaia³⁸ - Forças - e, de outro lado, as Forças Armadas Brasileiras, que lutavam contra a ameaça comunista³⁹. Os primeiros guerrilheiros chegaram à região na década anterior e se integraram à população local sem problemas, uma vez que a área recebia sempre novos migrantes⁴⁰.

A Guerrilha do Araguaia contou com cerca de cem guerrilheiros, inclusive alguns camponeses, e acabou num massacre. As forças armadas deslocaram para a região do Bico do Papagaio, sudoeste do Pará, entre 1972 e 1974, em torno de quatro mil homens e, em outubro de 1973, Brasília emitiu a ordem de não fazer prisioneiros no local (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 385).

Segundo Gaspari (2002b), havia um congestionamento de projetos revolucionários para aquela área, recém-ocupada e carente da atenção do governo, onde abundavam a pobreza e os conflitos agrários⁴¹. Um local considerado de difícil acesso, ao mesmo tempo “esquecida

se traduz de uma importância ímpar para a memória dessas mídias que até o presente momento ainda são pouco estudadas pela academia” (AMORIM, 2011-2016).

³⁸ As Forças eram um grupo formado por militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil e camponeses convidados a aderir à causa revolucionária que optaram por enfrentar o regime militar através da luta de guerrilhas, em região da floresta Amazônica.

³⁹ Maiores informações ver: FAUSTO, 1993.

⁴⁰ Maiores informações ver: PORTELA, 1986.

⁴¹ Fernando Portela (1986) e *O Estado de São Paulo* (24/09/1972) citam o abandono e a pobreza da região.

pelo poder público” e próximo à capital federal⁴², onde o uso de armas era comum pelos populares (PORTELA, 1986).

Em depoimento a Denise Paraná, o ex-guerrilheiro José Genuíno aponta ainda outros fatores que influenciaram na escolha da região: a diversidade geográfica e a cobertura de floresta fechada, que dificultava tanto a circulação quanto o avistamento dos guerrilheiros por parte dos militares em seus helicópteros, a bacia hidrográfica que permitia o deslocamento eficiente do grupo e, além disso, a área contava com abundância de recursos naturais e cidades de médio porte (PARANÁ, 2006, p. 84).

O jornal *O Estado de São Paulo* em de sua matéria intitulada “Em Xambioá a luta é contra guerrilheiros e o atraso” (24/09/1972), que ficou conhecida por “furar” a censura que pairava sobre o assunto, chamava a atenção para a pouca infraestrutura e pelos grandes problemas sociais que a população ali enfrentava. A matéria comentava ainda sobre as obras de infraestrutura que estavam sendo feitas na região a fim de torná-la acessível aos veículos militares. Sob as escusas da realização de manobras de treinamento militar na área e da prestação de assistência social à população, o governo buscava esconder o combate aos guerrilheiros da selva amazônica. A finalidade era camuflar a ação dos insurgentes do grande público, e assim evitar que simpatizantes se unissem aos destacamentos revolucionários (GASPARI, 2002b). O desfecho foi trágico, grande parte dos guerrilheiros não saiu viva do local.

Os primeiros guerrilheiros chegaram ali no ano de 1966, tendo como porta de entrada a cidade de Marabá, no Pará. Se estabeleceram e praticaram a agricultura, a pesca e a mineração, trabalharam como mascates, donos de sítios e de estabelecimentos comerciais. Prestaram assistência médica e social à população, ensinaram-lhe técnicas de cultivo, fundaram escola e farmácia, já que o trabalho social fazia parte da tática de aproximação das massas (PORTELA, 1986). Eram bem quistos pelos locais até a chegada das Forças Armadas Brasileiras, que passou a chamá-los de terroristas e a amedrontar, espancar e matar qualquer um que com eles mantivesse contato (PORTELA, 1986; GASPARI, 2002b). A ex-guerrilheira Criméia Alice conta⁴³ que o grupo tinha um ótimo relacionamento com a população até a chegada do Exército, quando precisaram adentrar à mata e passaram a se deslocar conforme o necessário. Mas que muitos, depois de persuadidos pelo Exército, traíram os antigos companheiros delatando-os ao alçó. A população que ali morava, relata ainda hoje que ou não conhecia o grupo, ou mantinha

⁴² As cidades de São Geraldo do Araguaia e Xambioá ficam a pouco mais de 1.000 quilômetros de Brasília, distancia essa considerada curta quando pensamos na dimensão continental do Brasil.

⁴³ Entrevista realizada pela autora em 23.06.2017, para subsidiar a elaboração desta dissertação.

um bom relacionamento com este, uma vez que lhes prestavam assistência e eram pessoas de boa índole (Oitivas Comissão da Verdade do Pará).

Os guerrilheiros, ao início do confronto, estavam divididos em três grupos, com cerca de vinte e dois indivíduos, que logo lutariam como os destacamentos A, B e C da Guerrilha, cada qual com comandantes e subcomandantes. Uma comissão militar foi montada e teve, até quando foi possível, encontros periódicos para discutir o percurso que o grupo teria. Entre os quais estavam, além de alguns dos líderes do Pcdob, militantes do partido que vinham sendo perseguidos nas grandes cidades.

Durante a fase preparatória haviam estocados víveres bem como munições e materiais de primeiros socorros para que pudessem sobreviver enquanto a Guerrilha estivesse em curso. Estocaram ainda pilhas, pois cada destacamento tinha um rádio, um *transglobe* que lhes servia de elo com o mundo. Antes da chegada do Exército viviam nos povoados e lhes era possível o acesso à jornais, que chegavam junto com os novos integrantes vindos das capitais trazidos pelo partido⁴⁴. Quando passaram a viver na mata, apenas o rádio possibilitava ao grupo ter informações do resto do Brasil e até mesmo da própria guerrilha.

Na selva “os paulistas” ou “povo da mata”, como eram chamados pelos moradores locais os guerrilheiros vindos de outras partes do país (NASCIMENTO, 2013), montaram uma rede de colaboradores que lhes garantiam os suprimentos necessários à sobrevivência e à luta armada, os quais não poderiam produzir. O contato com os camponeses acarretou que muitos deles acabassem também penalizados e fossem, como os guerrilheiros, vítimas de tortura e até de morte, tendo suas casas e bens queimados e sofrendo, ainda hoje, os reflexos da Guerrilha e sua repressão.

Camponeses que habitavam a região, em depoimento à Comissão da Verdade do Pará⁴⁵, declararam que foram separados de suas famílias, humilhados e torturados, enquanto as Forças Armadas ocuparam o local. Em certos povoados praticamente todos os homens foram levados presos e as mulheres mantidas confinadas em suas casas, não indo sequer às roças, comumente em terrenos afastados das casas, para que pudessem buscar alimentos. Muitas das famílias contaram ter passado noites a fio deitadas em buracos cavados no assoalho de suas residências, no barro gélido, enquanto escutavam os tiroteios que aconteciam na escuridão da noite.

⁴⁴ Relatos de Criméia Alice Smith em entrevista anteriormente citada.

⁴⁵ A Comissão da Verdade do Pará organizou, entre os dias 14 a 19 de novembro de 2015, uma caravana à região onde aconteceu a Guerrilha, a fim de colher depoimentos de camponeses e militares afetados pelo conflito.

A mesma situação de confinamento foi relatada pelo grupo indígena Assuriní, que vive hoje às margens da estrada Op-2⁴⁶, que teve sua aldeia ocupada por militares, suas ocas destelhadas pelos helicópteros, seus jovens levados como guias, batedores em busca de “terroristas”, e as mulheres mais uma vez relatam ter passado fome com seus filhos por não poderem sair da aldeia em busca da comida na roça (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Quando perguntados sobre a percepção que tinham dos “paulistas”, “o povo da mata”, tanto índios como camponeses dizem em parte que não os conheciam, mas que sabiam que viviam por ali e não faziam mal a ninguém ou que os conheciam e que estes eram muito prestativos para com a população da região, que eram justos e bem quistos.

Transformando essa luta numa verdadeira cruzada, o Estado estabeleceu (em seu discurso e na prática) a dicotômica luta do bem contra o mal, onde aquele usava da violência de modo convencional e estabelecido por regras (na defesa do capitalismo) era tomado por “bom” e apto para lutar contra o socialismo (o mal), que não tinha reconhecidas as suas regras para a luta e, portanto, era tomado como aquele que estabelecia o terror - neste caso "terrorismo" tornou-se um sinônimo depreciativo de socialismo (JÚNIOR, 1995, p. 10).

Apesar dos esforços coletivos empreendidos por seus membros a Guerrilha contava com pequeno número de armamentos e munições, sendo estes defasados quando comparado aos que tinha o Exército brasileiro, que utilizou inclusive napalm, arma química com grande poder de destruição, em suas operações na Serra das Andorinhas (Relatório Comissão Nacional da Verdade). O efetivo dos guerrilheiros era de aproximadamente uma centena de homens, entre locais e “paulistas”, enquanto os de militares eram contados aos milhares (STUDART, 2006). Ainda assim, devido ao amplo conhecimento que tinham da região, onde a floresta predominava e o acesso era restrito a quem bem a conhecesse, lograram resistir às primeiras operações das Forças Armadas com certo êxito. Alguns dos combatentes, como Oswaldão e Walquíria, carregavam aura mítica na região, sendo exterminados de forma cruel para servir de exemplo à população.

Após o primeiro ataque do Exército, os guerrilheiros do Araguaia publicaram inúmeros comunicados das Forças Guerrilheiras buscando estreitar os laços com a população e angariar novos adeptos à causa revolucionária. Outra publicação do período é a proclamação da ULDP - União pela Liberdade dos Povos - que continha vinte e sete pontos que trariam melhorias de vida ao trabalhador do interior do país, entre os quais estavam desde a liberdade de culto, a

⁴⁶ Por ordem do general Antonio Bandeira foram abertas três estradas para facilitar o deslocamento dos militares na região que foram chamadas de operacionais 1, 2 e 3. A Op-2 ligava a cidade de São Geraldo do Araguaia à rodovia Transamazônica e passa pela área que era ocupada pelos índios Assuriní (NOSSA, 2015).

necessidade de atendimento médico à população e melhores pagamentos pelos serviços prestados como no caso da coleta da castanha. Carta a um deputado federal é outra publicação atribuída à direção do PCdoB, que mesmo não tendo um destino certo, fora feita com o intuito de tornar pública a Guerrilha do Araguaia.

As ações do Exército aconteceram, segundo Studart, entre os anos de 1972-1975 (coincidindo com os últimos anos do conflito no Vietnã). Os guerrilheiros foram perseguidos pelas forças armadas e combatidos ferozmente, sendo os últimos integrantes do movimento mortos nas matas da região. “A execução de Walquíria, a última guerrilheira, no campo de concentração que foi a base militar de Xambioá, marcou o fim da guerrilha, mas não das operações militares, que se seguiram com a ocultação dos cadáveres” (PEIXOTO, 2011, p.482).

O Exército, em suas primeiras investidas, utilizou-se de estratégias clássicas de guerra para o combate aos guerrilheiros. Não logrando êxitos passou então a agir como seu inimigo: “escolheram igualmente novos agentes a dedo: caçadores, caboclos, homens acostumados as intempéries da selva. Entraram na floresta com trajes civis, nomes falsos e armas leves. Combateram com táticas revolucionárias” (STUDART, 2006, p.15) e assim, ao final da terceira etapa de operações de combate, lograram aniquilar de forma efetiva e cruel o movimento revolucionário. O assunto foi considerado proibido durante a ditadura militar e, mesmo depois da abertura política no país, segue ainda obscuro.

Ao final do conflito a população teve que conviver com a militarização da área e com a vigilância que perdura até a hoje. Grande parte dos camponeses, entrevistados pela CNV do Pará, entendidos aqui como vozes da memória⁴⁷ deste conflito, contou ter sido obrigada a mudar-se de domicílio para áreas determinadas pelo Exército, onde estariam agrupados e assim monitorados mais facilmente. Relatam ainda que as áreas para onde foram deslocados era comumente piores do que onde viviam anteriormente e que passavam necessidade por falta de água acessível ou pela qualidade da terra para o plantio, tendo que se submeter, a partir daquele momento, ao trabalho em propriedades alheias para garantir a sobrevivência da família.

A repressão à guerrilha estabeleceu a brutalidade contra o camponês como um padrão de conduta reproduzido por fazendeiros e grileiros, violência tolerada e, em muitas circunstâncias, apoiada pelo Estado. A alusão à guerrilha serviu para estigmatizar camponeses, que passaram a ser alvo de intensa repressão (PEIXOTO, 2014, p. 253).

⁴⁷ Através de Halbwachs e Nora percebemos a memória como um produto coletivo, logo comunicacional, e que é fluido e suscetível a resinificar-se, uma vez que fatores como o próprio tempo ou o distanciamento de um fato ou evento podem comprometer o modo que um indivíduo ou grupo o rememoram: “A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por sua natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (NORA, 1993, p.9).

Um dos mais truculentos militares do Exército a atuar na repressão ao movimento guerrilheiro, Sebastião Curió, que chegou à região sob o pseudônimo de Dr. Lucchini, permaneceu ali mesmo após o fim da Guerrilha, construindo uma ampla rede de informações e influências, que segue até a atualidade. De acordo com Peixoto (2014) existe um padrão de violência que foi instaurado na região durante a Guerrilha do Araguaia, instituído pelo Estado e por seus agentes ligados a repressão do movimento, que prossegue até os dias de hoje.

Os registros da CPT mostram que, de 1971 a 2004, foram assassinados 772 camponeses e outros defensores de direitos humanos no Pará, sendo que a maioria dessas mortes (574 casos) foi registrada na região sul e sudeste do estado. Na primeira metade do período mencionado (1971-1985), foram registrados 340 assassinatos em conflitos fundiários. Na segunda metade do período (1986-2004), foram vitimados 432 camponeses, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente no Pará. Se o padrão de violência impressiona, a impunidade choca ainda mais: dos 772 assassinatos no campo no Pará, foram feitos apenas três julgamentos de mandantes dos crimes (TOGNOLLI, 2005 apud PEIXOTO 2014, p. 245).

Imagem 07 - Jornal Resistência – Dez 1978



Fonte: Acervo Museu da UFPA

Mas estas não foram as únicas vítimas da luta pelo poder e pela terra na região. Possesores, missionários e advogados vêm sendo mortos pelo latifúndio com a complacência do governo brasileiro que, grande parte das vezes, acaba por não punir os culpados por estes crimes, o que pode ser observado através de relatórios sobre a violência na região, bem como através de jornais que relataram chacinas e enfrentamentos ocorridos nas décadas seguintes ao fim do movimento guerrilheiro. Exemplos disto é a edição do jornal *Resistencia* (Imagem 07), de dezembro de 1978, que denuncia a ocorrência de torturas e a perseguição à igreja na região, mesmo após o fim do conflito.

Imagem 08 - Relatório confidencial da Fundação Nacional do Índio que versa sobre o trabalho de “massa” na reserva indígena de Xambioá (03/09/1975)

BRAMBSTARR3.DAI 69 p.1/2

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



PEIDDO DE BUSCA N.º 149-A/75

1. DATA	: 03.09.75
2. ASSUNTO	: "TRABALHO EM MASSA" NA RESERVA INDÍGENA DE
3. ORIGEM	: ASI/FUNAI XAMBIOÁ-GO
4. REFERÊNCIA	: -
5. ÁREA	: CENTRO-OESTE
6. DIFUSÃO ANTERIOR	: -
7. DIFUSÃO	: DGO/FUNAI
8. ANEXO	: -

Yasir de Almeida
Assessoria de Segurança e Informações

DGO-FUNAI
Loc: S/Ass
Nº 465
PROTÓCOLO

1. **DADOS CONHECIDOS:**

1.1 - A Reserva Indígena Xambioá, situada na margem direita do Rio ARAGUAIA, local denominado "CINZEIRO", acha-se sob suspeita de estar sofrendo "trabalho de massa" por parte de subversivos ou outros elementos interessados em causar atritos naquela área indígena.

1.2 - No mês de setembro/74, aproximadamente, foi verificado pouso de um helicóptero próximo à citada aldeia, sem que o Posto Xambioá pudesse constatar se o mesmo pertencia à FAB que atuava na área ou a elementos suspeitos e estranhos aos silvícolas e ao pessoal da FUNAI.

1.3 - Em 02.11.74, elementos classificados como terroristas, pelos agentes da FUNAI na área, entraram em duas casas da região, levando gêneros alimentícios, roupas e ferramentas e no dia 03.11.74, os mesmos agentes da FUNAI informaram que haviam visto fumaça próximo à aldeia indígena. Convém ressaltar que, os mesmos agentes da FUNAI, informaram ainda que tropas do Exército haviam permanecido naquela Posto Indígena do dia 27 de outubro a 01 de novembro 74.

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO (ART. 5º - DEB. Nº 40/87) REGULAMENTO PARA SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGILOSOS.

Fonte: Arquivo Nacional - Acervo ASI-FUNAI

Imagem 09 - Conflitos agrários - 1972

REPUBLICA DE BRASILEIRA
SERVIÇO NACIONAL DE HABITAÇÃO
AGÊNCIA GURUPI
INFORMAÇÃO Nº 47616/72/03/01

Tr. 9. 201. 884/71, p. 37

Data : 05 Jun 72

Assunto : Problemas de terra.

Origem : PZ nos 5832/72 - 18494/70 - 1041, 2793, 5201, 5304, 5318, 12322, 13138, 14232, 17413, 26982/71 - 3135, 3322, 3584, 5892, 6084, 6223, 6387, 6528, 7397, 8253, 8451, 8545/72.

Difusão : DSI/MA - DSI/MI - DSI/RI - CIB - CISA - CENIMAR - SO/CSA.

Anexo : Cópia xerox de documento subversivo apreendido intitulado "Instruções sobre a campanha de luta pelas reivindicações e direitos básicos do povo".

1. INTRODUÇÃO

Tem sido observado que, a partir de 1970, os problemas relacionados com a posse de terras, vêm proliferando em todo o território nacional, chegando, muitas vezes, a ocasionar sérios conflitos entre as partes interessadas.

A política de integração do Governo, procurando levar o desenvolvimento ao interior do País e, consequentemente, ocasionando a valorização crescente daquelas regiões, vem despertando, também, o interesse de indivíduos inescrupulosos que, como falsos proprietários, ou mesmo, simples corruptores, exploram os meios avisados, realizando vendas ilegais de propriedades.

Por outro lado, as disputas judiciais envolvendo a posse de terras devolutas, continuam em andamento na Justiça, há algum tempo, sem qualquer solução definitiva para o problema.

Em consequência, o clima de tensão social provocado por tais conflitos, propicia um campo fértil à exploração por parte dos comunistas. As organizações subversivas, já têm difundido documentação, orientando o procedimento de seus militantes, em face das antagonismas existentes nas áreas de atrito (anexo).

Observa-se, ainda, uma série de atividades clandestinas dirigidas ao BRASIL, particularmente, por parte das médias TIAMA, FICOM, HA-

Fonte: Arquivo Nacional - Acervo ASI-Funai

Imagem 10 - Levantamento sobre conflitos agrários no país e suas motivações

CONFIDENCIAL

OF. INCR/A/B/NO 589

Brasília - DF,
Em 25 de agosto de 1974

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de acusar o recebimento do Of. nº 58-CI/74, no qual são solicitadas informações acerca de problemas fundiários em várias unidades da Federação.

Atendendo ao solicitado, encaminho a V.Sa. o relatório anexo, elaborado pelo Chefe da Procuradoria Contenciosa e pelo Procurador Manoel Leuro V. de Castilho, deixando de enviar, no momento, o material microfilmado, porque está sendo providenciada a duplicação. Logo que concluída essa tarefa, o maior prazer em remetê-la a V.Sa.

Sendo o que se oferece para o momento, aproveito o ensejo para renovar a V.Sa. os meus protestos de elevado apreço e consideração.

ENCR AGR LOURENÇO VIEIRA DA SILVA
Presidente

AO Ilmº Sr.
Dr. RONALDO REBELLO DE BRITTO POLETTI
Presidente da Comissão Intermministerial criada pela Portaria-Confidencial nº 325-B
BRASÍLIA - DF.

Tr. 9. 201. 884/71, p. 37

30

nos documentos ou fraudulentas alienações com o objetivo exclusivo de negociá-las a preços altíssimos com poderosos grupos investidores do sul do País.

É o caso da Fazenda Pindaré com seus 1.175.000 ha, "habilitada" transferidos a particulares que rapidamente reutilizaram e lotearam em áreas de 30.000 a 50.000 ha, visando a lucrar a fraude entre terceiros de boa-fé.

Nas mesmas condições estão: São João do Caru, Barra da Jurema e Itapoana, Torre Segunda, Frades, Campo Alegre, Serra Grande, Gurupi, Fortaleza do Baluarte, Aracituba-Arapuan totalizando aproximadamente 4.500.000 ha.

Estão todas com processo judicial de anulação dos documentos e registros perante a Justiça Federal do Maranhão, inclusive com inquéritos policiais já concluídos em alguns delas.

É válido remarcar que em uma das ações propostas - Torre Segunda - a decisão foi totalmente favorável, tendo o Exmo. Dr. Juiz Federal determinado o cancelamento das transações e decretado a nulidade dos títulos aquisitivos, conforme cópia anexa da sentença.

De resto, o panorama fundiário no Maranhão é caracterizado por pequenas e incessantes disputas possessórias que epidemicamente atacam os Juízes de primeiro grau, como fruto de uma histórica indefinição da titularidade da terra.

3. Estado do Pará

A situação fundiária do Pará tem mais ou menos a mesma raiz. A região do vale do Rio Capim que alcança a região fronteira com o Maranhão, foi objeto também de ilícitas e fraudulentas transações de terras públicas.

Desta feita, por meio da falsificação de títulos definitivos do Estado, com apoio de funcionários da Secretaria de Agricultura, em inícios de 1970, cerca de 2.000.000 de hectares, foram alienados. A fraude ficou patente por exame pericial (laudo 9763 do INC/DFP) que relaciona os adquirentes e indivíduos os títulos. Existe ação penal, proposta na Justiça Federal do Pará.

Fonte: Arquivo Nacional - DSI - Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça

CAPÍTULO 2 – IMPRENSA E GOVERNO MILITAR: DA AMEAÇA À MORDAÇA

O governo militar, instaurado no país após o Golpe de 1964, provocou mudanças na rotina de parte da população brasileira, bem como de grandes e pequenas empresas, já que todos precisaram adequar-se às medidas de exceção tomadas pelo regime no combate ao comunismo, e contra estas não tinham o direito de se manifestar. A imprensa foi uma instituição que, apesar de grande parte dela ter apoiado o Golpe que levou a instauração da ditadura (1964-1985), logo sentiria pesar sobre seus ombros uma cruz chamada censura.

Grandes jornais como *O Globo* (1925), a *Folha de São Paulo* (1921) e *O Estado de São Paulo* (1875)⁴⁸ admitiram, anos depois, o apoio aos militares. Dentre eles apenas *O Estado de São Paulo* mudou drasticamente seu posicionamento nos anos que se seguiram ao Golpe, ao ver-se preso às amarras da censura⁴⁹, buscando diariamente burlar os censores que se instalaram em sua redação com as mais variadas estratégias, entre as quais a publicação de receitas e poemas no local das matérias proibidas.

Para além da grande imprensa estavam os jornais alternativos. Sempre preocupados em manifestar-se em favor de ideais como a democracia e os direitos das minorias, posicionavam de forma contra-hegemônica, utilizando-se de suas páginas para lutar contra o poder instituído e levar aos brasileiros o conhecimento de temas como a crise econômica, o incentivo dado pelo governo à entrada do grande capital estrangeiro e os problemas agrários e sociais que afetavam a população da Amazônia e do Brasil. Censuradas pelos militares, estas publicações sofreram ainda mais com a perseguição do governo, uma vez que contavam com menor poderio financeiro, estando assim mais suscetíveis às suas manobras.

O governo não só proibia a publicação de conteúdo considerado inadequado, como também perseguia de forma financeira, prendia, torturava, desaparecia e assassinava⁵⁰ jornalistas e proprietários de veículos de imprensa considerados subversivos e ainda cometia atentados contra bancas de revistas que vendiam estes jornais. Por esta razão, muitas das

⁴⁸ *O Estado de São Paulo* apoiou o golpe militar em 1964, mas já em 1968 se posicionava de forma crítica ao regime sendo, junto ao *Jornal da Tarde*, dois representantes da grande imprensa submetidos à censura prévia pelos militares (AQUINO, 1999). Explica ainda Aquino que a mudança no posicionamento do veículo dá-se em virtude de sua postura considerada liberal.

⁴⁹ É possível constatar, através das páginas que este veículo teve censuradas, e que disponibiliza hoje em seu acervo digital, que a censura atou de maneira mais enfática sobre o jornal nos anos de 1973 e 1974, neste período, em muitos dos meses a publicação teve material censurado em mais da metade dos dias.

⁵⁰ Exemplo disso é a morte dos jornalistas Rubens Paiva e Wladimir Herzog, mortos após serem levados a interrogatório.

publicações que contestavam o regime eram produzidas e distribuídas de forma clandestina⁵¹ e em pequenas quantidades, o que muito estimulou seu compartilhamento.

Nem mesmo a imprensa internacional foi poupada uma vez que, apesar de estar livre do censor, chegou a ter funcionários expulsos do país. Exemplo disto nos dá Campos quando discorre sobre o desaparecimento do jornalista argentino Norberto Armando Habegger, já no final da década de 1970.

Um dos casos mais emblemáticos foi o do cidadão argentino Norberto Armando Habegger, jornalista, ensaísta e escritor que desapareceu em 31 de julho de 1978, quando chegou ao Rio de Janeiro (RJ), proveniente da cidade do México. Influente jornalista na Argentina, Chile e Uruguai, foi secretário político do Movimento Peronista Montonero e, durante a Copa do Mundo deste mesmo ano, realizada na Argentina, liderou uma importante campanha de denúncias das atrocidades cometidas pela ditadura militar que tinha à frente, em seu país, o general Jorge Rafael Videla (CAMPOS, 2015, p. 409).

Em “Debates sobre a liberdade de imprensa e comunicação”, o filósofo alemão Karl Marx ajuda a pensar a importância da liberdade para o homem e os mecanismos da censura, impetuoso instrumentos simbólicos da manipulação da consciência, já que passam muitas vezes a existir mesmo em um campo de liberdade “autorizada”. Foi o que Marx constatou e desvelou, no século XIX: o estado de espírito de uma boa parte da imprensa prussiana frente às novas regras do Código de Censura, de 1841. “Nossos jornais pensaram que teriam que adotar a aparência e os adornos convencionais da liberdade. (...), porém, a primeira condição que precisa ter a liberdade é a autoconsciência, e a autoconsciência é impossível sem um autoexame prévio” (MARX, 2006, p. 11-12).

A autocensura adotada pela imprensa prussiana fez o filósofo alemão declarar que “a falta de liberdade é o fatal perigo intrínseco para o homem” (MARX, 2006, p. 60), pois na sua concepção, “a imprensa livre é o olhar onipotente do povo nele mesmo, o vínculo articulado que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas⁵²” (MARX, 2006, p. 60). Por outro lado, a imprensa censurada, para Marx:

produz um efeito desmoralizador. O vício da hipocrisia é inseparável dela e, além disso, é desse vício que surgem seus outros defeitos, pois inclusive sua capacidade de virtude básica perde-se através do revoltante vício da passividade, mesmo se visto esteticamente. O governo ouve somente a sua própria voz (MARX, 2006, p. 64).

⁵¹ Amelinha Teles relatou em entrevista que assim se dava a produção e distribuição do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCdoB, durante os anos em que o regime militar esteve em curso.

⁵² Artigo publicado na *Rheinische Zeitung*, Gazeta Renana, em 15 de maio de 1842. n. 13.

Essas reflexões marxianas não são apenas observações da realidade concreta pois Marx vivenciou essa realidade ao fazer jornalismo na Prússia. Sua pena deu suporte para o semanário *Rheinische Zeitung* (1842-1843), ou Gazeta Renana, inscrever seu nome na história como uma imprensa crítica. Pagou caro! Foi censurado! Sem condições de continuar, o jornal encerrou suas atividades em 1843. Para se ter uma ideia da força política do semanário, o texto “Debates sobre a liberdade de imprensa e comunicação” foi publicado pela primeira vez nas páginas do *Gazeta Renana*. Em 1849, Marx volta a participar de outra aventura jornalística: *Neue Rheinische Zeitung* (1848-1849). Mais uma vez foi alvo da perseguição de órgãos governamentais, sendo nessa ocasião acusado e julgado por publicar matéria que tratava de infrações cometidas por um funcionário público (MARX, 2006).

Raymond Williams, por sua vez, discorre sobre a perseguição sofrida pelos jornais populares⁵³ ingleses no início do século XIX sendo, para dificultar-lhes a existência, criada uma taxa que atingia todos os jornais impressos por meio de selos (WILLIAMS, 2009). Sobre estas, esclarece o autor: “Ao explicar o Ato de Taxação de jornais por meio de selo de 1819, (n.t.) Lorde Ellenborough disse que ‘não era contra a imprensa de respeito que essa cobrança se dirigia, mas contra a imprensa pobre’” (WILLIAMS, 2009, p. 21).

O governo atingia assim os veículos que se contrapunham a seus interesses. Estes possuíam menos recursos para suportar novos ônus uma vez que, ao revés dos jornais que eram tidos como dignos pela sociedade, não recebiam incentivos nem publicidade do erário público. “Acontece que a imprensa de respeito, não era particularmente ‘respeitável’, já haviam ocorrido casos de franco e pesado suborno de jornalistas por parte de Ministros, e a publicidade oficial era dirigida à periódicos favoráveis aos pareceres governamentais” (WILLIAMS, 2009, p. 21). Do mesmo modo ocorreu no Brasil durante o Governo Militar, quando documentos registram a perseguição financeira à imprensa alternativa.

No contexto brasileiro, a censura, que se tornara uma prática corriqueira desde o período colonial, durante os governos militares, tomara novos contornos. Instituída e consumada através de atos institucionais, acuava, reprimia, bania, eliminava seus opositores⁵⁴ tirando-lhes a vida quando se tratava de pessoas, ou impossibilitando seu funcionamento, fosse através do corte de material que seria publicado, de perseguições financeiras ou de atentados contra os locais de venda das mesmas. Devido ao rigoroso controle mantido pelo Estado sobre

⁵³ William esclarece que “popular” se referia a três tipos distintos de publicações: a primeira é a que contemplamos neste estudo, a imprensa popular que tem origem nas demandas no povo, a imprensa política. (WILLIAMS, 2009)

⁵⁴ Exemplo disso é a morte dos jornalistas Rubens Paiva e Wladimir Herzog, assassinados após serem levados para interrogatórios por agentes ligados à repressão durante a ditadura que ocorreu entre 1964-1986 no Brasil.

os meios de comunicação e o que neles era veiculado, decerto não foram muitas as matérias publicadas relacionadas à Guerrilha do Araguaia, enquanto o conflito esteve em curso, pela mídia brasileira. Segundo Gaspari (2002b) o assunto fora censurado pelo regime cerca de um mês após a publicação do primeiro comunicado do PCdoB sobre o conflito, ainda em junho de 1972.

A ditadura temia que a propagação das notícias de combates, mesmo ocorrendo apenas no exterior e em canais semiclandestinos, desse notoriedade à guerrilha. Era o medo de que se transformasse numa “zona liberada” como sucedera nas guerras do gênero no Sudeste da Ásia” (GASPARI, 2002b, p. 435).

Em poucas brechas na mídia oficial pode-se ter alguma ideia ou notícias sobre o confronto que acontecia na selva amazônica, como ressaltavam os jornais nacionais e internacionais, *O Estado de São Paulo* e *New York Times*. Entretanto, é por meio das mídias contra-hegemônicas como *Politique Hebdo* (1970-1978/1982), *Libération* (1973), *Frente Brasileiro de Informaciones* (1968-1973), *Coojournal*(1975-1982), *Resistência* (1978-1983), *A Classe Operária* (1925) e *O Araguaia* (1974-1975) que a Guerrilha é desvelada e apresentada ao mundo como um movimento legítimo de luta e resistência à ditadura militar que estava em curso no Brasil.

2.1 – A censura à imprensa e a Guerrilha do Araguaia nos meios de comunicação

Censura e violência já não eram novidades em território brasileiro quando foi instaurada a Ditadura Militar de 1964. A censura acontece no Brasil desde o período colonial. Soares (1989) aponta que a liberdade de imprensa no Brasil, assegurada em 28 de agosto de 1821 por decreto do Imperador Dom Pedro I, foi censurado pelo Governo Militar durante a ditadura, em 1972. Comenta ainda que o embrião da censura viria da ditadura de Getúlio Vargas (1939-45), através do Código Penal de 1940 (SOARES, 1989). Neste período foram instaurados o DOPS - Departamento de Ordem Política e Social - e a Polícia Política, mecanismos de vigilância que buscavam controlar a comunicação e as artes, além de manter um ferrenho controle sobre a população.

No decorrer do processo de desenvolvimento e emancipação do país é possível elencar momentos nos quais houve forte repressão por parte do Estado à movimentos ou insurreições que contestavam o poder instituído, como na condenação, exílio ou morte dos que conspiraram contra a Coroa Portuguesa e ficaram conhecidos por Inconfidentes Mineiros. Os revoltosos, oprimidos que buscavam melhores condições de vida, dos movimentos de Canudos (1896-

1897), da Cabanagem (1835-1840) e da Balaiada (1838-1841) foram massacrados pelas tropas portuguesas, fossem eles populares ou religiosos, muitas vezes de forma sumária e sem julgamento ou direito a defesa. *Modus operandi* que até hoje pode ser percebido em ações das polícias civis e militares.

O Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, buscou conter o avanço e a disseminação de ideias comunistas em seu território, mas foi durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) que a perseguição aos opositores se fez mais intensa, tomando diversas formas, desde ameaças psicológicas e financeiras até as mais vis torturas e formas de assassinato. Como no Brasil, indivíduos considerados subversivos e que, muitas vezes eram identificados como tendo ideário comunista, também foram perseguidos e oprimidos, nas mais diversas nações, nesse mesmo período. Esta prática perdurou ao longo do século XX uma vez que as alas conservadoras e elitistas dessas sociedades, com o apoio do governo americano (REMOND, 1973), buscavam impedir os mesmos de alcançar o governo de seus países, tal como ocorrido na Espanha, Itália, Alemanha, Chile.

Apesar de parte da grande imprensa ter conspirado e apoiado o Golpe Militar de 1964, no Brasil, sendo este inclusive comemorado nas páginas dos principais jornais do país, esta acabou tendo no recém instaurado governo o seu algoz, uma vez que logo estaria sob as amarras da censura que acontecia de forma constante e por vezes sistemática, alcançando tanto os representantes da mídia tradicional como os veículos de comunicação alternativos.

É praxe dos governos autoritários e ditatoriais investirem de imediato contra a liberdade de imprensa. Nessa saga, o Estado Militar pós 1964 tratou mais que depressa de ocupar e fechar todos os jornais e revistas nacionalistas e de esquerda que ainda tiveram suas redações destruídas e oficinas empasteladas (SOBRINHO, 2000, p. 9).

O jornal *A Última Hora* é apontado por Dantas (2014) como o único a não ter aderido ao Golpe. Mas logo outro veículo opunha-se ao Governo Militar, era o *Correio da Manhã*, que optara por criticar o regime e inclusive noticiar as manifestações populares como a passeata em protesto à morte de estudante Edson Luiz, após a invasão policial ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em março de 1968. O posicionamento do jornal fez com que o mesmo tivesse sua redação invadida em 13 de dezembro do mesmo ano (DANTAS, 2014), data em que foi editado o AI-5. No mesmo dia, *O Estado de São Paulo* teve suas máquinas paradas por ordens militares e seus exemplares apreendidos (KUSHNIR, 2015). O *Jornal do Brasil* manifestava-se de forma metafórica no dia seguinte em sua capa: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima de 38°C em Brasília. Mínima de 5°C nas Laranjeiras” (*Jornal do Brasil*, capa, 14/12/1968).

A vitória seria efusivamente festejada por toda a mídia. O título do editorial de *O Globo* de 2 de abril sintetiza a euforia: "Ressurge a democracia!". O texto começava dizendo que a nação "vive dias gloriosos" graças à intervenção dos militares. As duas principais revistas semanais, *O Cruzeiro* e *Manchete*, lançam edições extras, com textos grandiloquentes que exaltavam a vitória do movimento já então chamado de "revolução" (DANTAS, 2014, p. 8).

O regime negava a prática, mas os famosos bilhetinhos, entre outros documentos colecionados inclusive pela própria imprensa, a comprovam (SMITH, 2000). Prática que acontecia de forma dissimulada da população, já que o governo militar se preocupava em manter sua legitimidade.

A censura operada nos meios de comunicação é grave porque corrói a liberdade de expressão dos indivíduos e de uma nação. A história da imprensa no Brasil é marcada pela violação do direito de comunicação, fundamentalmente em períodos ditatoriais, entre os quais destacamos aqui o da ditadura militar (1964-1985). Como método de controle do que deveria ser ou não publicado diariamente foram instituídas práticas refinadas de censura pelo regime de 1964. Smith (2000) destaca dois métodos: a autocensura, na qual bilhetes com os assuntos impubescíveis ou telefonemas eram feitos diariamente às redações; e a prévia, a qual apenas oito veículos foram submetidos, a saber os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *O Pasquim*, *O São Paulo*, *Opinião*, *Movimento* e a revista *Veja* (KUSHNIR, 2004 ; SMITH, 2000), que deveriam não só acatar os famosos bilhetes, mas também submeter seus produtos à vistoria de censores, que por tempos estiveram instalados dentro mesmo das redações, antes que fossem impressos e publicados.

Os principais veículos da grande imprensa eram comumente liberais no sentido clássico, em seu estilo e matéria, bem como em sua auto-definida identidade política de apoio ao *status quo*. Isso não apenas se refletia na linha editorial seguida em muitos assuntos, mas também era expressamente afirmado por representantes de todos os quatro jornais com circulação nacional, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* (SMITH, 2000, p. 53).

Curiosamente, um dos veículos que apoiara a derrubada do governo do presidente João Goulart e a ascensão dos militares ao poder, o jornal *O Estado de São Paulo*, logo se posicionaria contra a censura e a prática dos militares, inclusive em bilhetes de seu presidente à alta cúpula militar (SMITH, 2000). Segundo Gaspari (2002a), os jornais *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* deixaram, por ordem de seus proprietários, de obedecer a autocensura e passaram então a contar com agentes fixos em suas redações. Em posição oposta, de mãos dadas ao poder instituído, estava a *Folha da Tarde*, que não só apoiou o regime militar

como aceitou em sua redação agentes disfarçados que chegaram a utilizar, inclusive, carros com adesivos do jornal em operações (KUSHNIR, 2004).

O Estado de São Paulo (Imagem 11) teve censores em sua redação desde agosto de 1972 até janeiro de 1975, sendo o único representante da grande imprensa⁵⁵ escrita diária a ser submetido a censura prévia (AQUINO, 1999), tendo ao seu lado a revista *Veja* (1968) e jornais alternativos como o *Movimento* (1975-1981) e o *Pasquim* (1969-1988). Mas mesmo a censura prévia não funcionava da mesma forma para todos os veículos que a ela eram submetidos. Os jornais alternativos tiveram, a partir de 1973, que enviar suas edições para Brasília, para que lá fossem submetidas ao censor (KUSINSKI, 1991), processo este que dificultava a produção das edições deixando-as com “buracos” difíceis de serem preenchidos.

Imagem 11 - Jornal *O Estado de São Paulo* 16/09/1972 – Página censurada e publicada



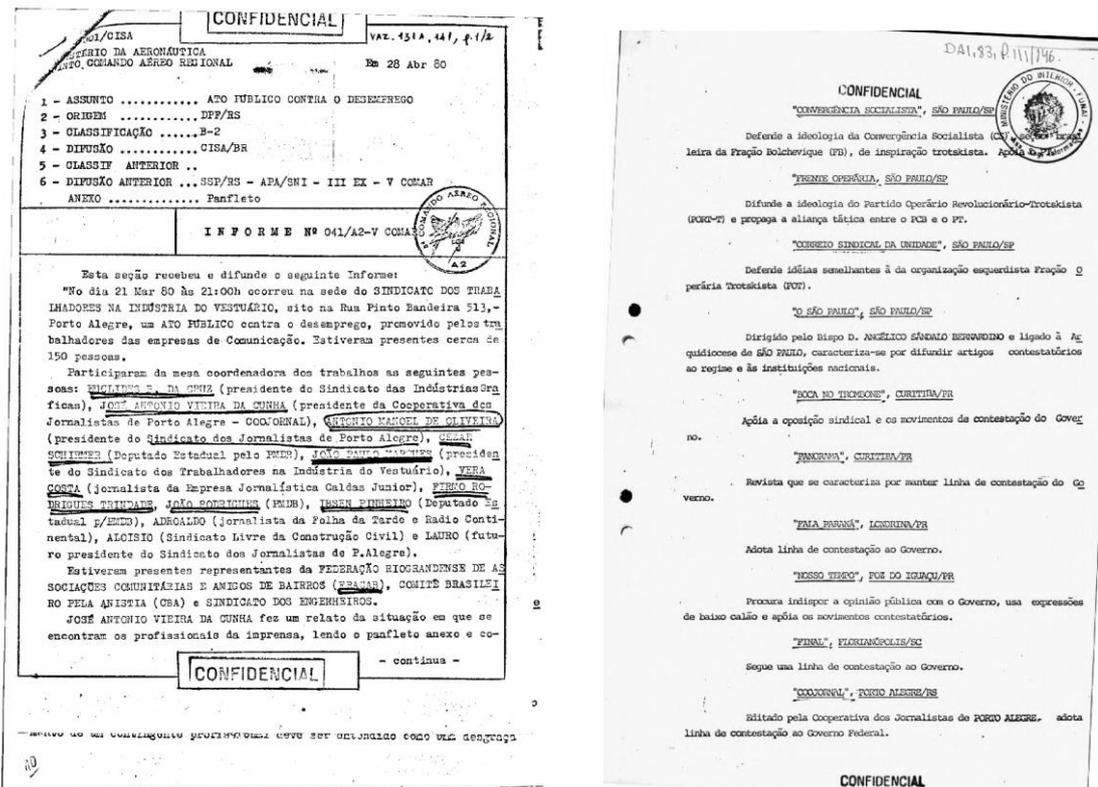
Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/paginas-censuradas/>. Acessado em 12/02/2016

Prática comum também era a pressão financeira, já que grande parte dos veículos contava com capital de propaganda governamental, e ainda os que não contavam com o governo tinham seus anunciantes ameaçados e induzidos a não mais anunciar nestes meios. Documento

⁵⁵ Aquino (1999) esclarece que toma por grande imprensa diária os jornais que tem circulação de forma ampla não só em seu local de origem, mas também em outros estados do país.

secreto aponta uma lista de publicações que não deveriam receber dinheiro por parte do governo, entre as quais está presente o jornal alternativo *Resistência*, fundado em 1978 pela Sociedade Paraense de Direitos Humanos, impresso até o ano de 1983 e hoje disponível em versão digital e o gaúcho *Coojornal* (1975-1982), entre outros (Imagem 12). Ocorreram ainda, com frequência, atentados às bancas de revistas que vendiam jornais críticos ao regime, fazendo que por medo desistissem de pôr tais jornais à disposição do público. Os veículos internacionais estavam, por sua vez, de certa forma livres da mordada imposta pelo regime militar, mas não das perseguições sofridas por seus correspondentes. Estes veículos foram amplamente monitorados pelos serviços de informações do governo e os documentos produzidos à época são testemunhos do *modus-operandi* e do posicionamento dos militares quanto aos mesmos.

Imagem 12 - Informe sobre delitos e atividades ilícitas com a linha editorial e posicionamento ideológico de veículos de comunicação entre os quais está o *Coojornal* - 18/04/1980



Fonte: Arquivo Nacional - Armazém Memória

Quando o Brasil passava por seu período mais cruel surgiam vozes que buscavam chamar a atenção para as arbitrariedades cometidas pelo regime militar e para os problemas sociais e econômicos pelos quais passava a população. Eram os jornais alternativos que se multiplicaram rapidamente, mas que, devido às perseguições sofridas entre as quais a pressão financeira, tinham em sua maioria um curto período de vida. Esta imprensa, preocupada na luta

contra as arbitrariedades cometidas pelo regime vigente, não se limitou a atuar no Brasil. Exilados buscavam através de jornais e redes de informações compartilhar e elucidar a comunidade internacional sobre o que de fato acontecia no Brasil.

Poucos foram os meios de comunicação que ousaram noticiar o confronto que acontecia no interior da Amazônia brasileira uma vez que, para isso, seria necessário enfrentar a censura imposta pelo regime militar ao tema (GASPARI, 2002b) e aos meios de comunicação no país (SMITH, 2000).

Enquanto a luta acontecia na floresta, as notícias sobre a mesma buscavam furar o bloqueio oficial e chegar aos meios de comunicação do Pará, do Brasil e do mundo, mas devido à censura prévia e a autocensura instauradas no país, poucos jornais publicaram matérias sobre a Guerrilha do Araguaia durante a década de 1970. Em 1972, o primeiro ano do conflito, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou de forma constante, mas dissimulada, o movimento de tropas na região do Araguaia. Em contraponto, a maior parte da imprensa calou-se, ou foi calada sobre o ocorrido. Representante da tradicional imprensa paulista este jornal ficou conhecido pelo fato de ter burlado a censura e publicado a primeira matéria sobre a Guerrilha com o título: “Em Xambioá a luta é contra guerrilheiros e atrasos” (OESP, 24/09/1972) (PORTELA, 1979), apresentando o movimento ao país e ao mundo, uma vez que uma matéria publicada no *Jornal da Tarde*, pertencente ao mesmo grupo, serviu de fonte para o jornal *The New York Times* abordar o tema, afirmando sua existência, quando esta vinha sendo negada oficialmente.

O Estado de São Paulo cita a mordaza à imprensa quando o assunto era a Guerrilha do Araguaia, ainda na década de 1970, em matéria que faz um retrospecto da chamada “revolução” e intitula-se: “Há 15 anos, a revolução. Pela democracia” (OESP, 31/03/1979, p.1 – suplemento especial). Dos fatos mais marcantes ano a ano, destaca: “1972 – Começa a repressão à Guerrilha no Araguaia, e a imprensa não pode noticiar. Está sob censura”. Já em 1974, traz: “Com a imprensa sob censura, Geisel assume prometendo a distensão. A Guerrilha do Araguaia é desbaratada pelo Exército e Aeronáutica”⁵⁶ (OESP, 31/03/1979, p.1 – suplemento especial).

Mesmo quando a censura se encarregou de proibir qualquer menção à Guerrilha na região do Araguaia em território brasileiro e negou-a por meios oficiais, estas acabaram por

⁵⁶*O Estado de São Paulo* apoiou o golpe militar em 1964, mas já em 1968 se posicionava de forma crítica ao regime sendo, junto ao *Jornal da Tarde*, dois representantes da grande imprensa submetidos à censura prévia pelos militares (AQUINO, 1999). Explica ainda Aquino que a mudança no posicionamento do veículo dá-se em virtude de sua postura considerada liberal. O jornal publicou também, durante o ano de 1972, diversas matérias sobre ações militares na região do Araguaia.

ecoar em jornais e rádios, que podemos considerar como tendo posicionamentos contra-hegemônicos, espalhados pelo país e também no exterior.

Levantamos, nesta pesquisa, um conjunto desses meios alternativos que, em revelia da postura da grande imprensa, fizeram-se lugares da memória deste conflito, os quais são a rádio *Tirana* (Albânia), jornais *Frente Brasileño de Informaciones* (1968-1973) (Chile), *Politique Hebdo* (1970-1978/1982) e *Liberación* (1973) (França), *A Classe Operária* (1925), *O Araguaia* (1974-1975), *Coojournal* (1975-1982) e *Resistência* (1978-1983) (Brasil).

2.2 - O Estado de São Paulo: furo, visão hegemônica e o governo militar

O Estado de São Paulo era o exemplo de meio conservador. Apesar de ter apoiado o golpe militar, a relação do jornal e de seus donos, sempre ligados à oligarquia paulista com o regime, ficaram estremecidas após a instauração da censura prévia. São conhecidos os telegramas enviados de parte da direção do jornal à representantes do governo reclamando da medida, porém, mesmo assim, a censura sobre o mesmo só fora revogada no ano do centenário do jornal, em 1975.

Os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo vinham, simultaneamente à conspiração que avançava nos quarteis, ampliando a cada dia o espaço para respaldo ao movimento. Alguns desses veículos, como no caso de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, além do notório *Tribuna da Imprensa*, participavam ativamente da conspiração. Alguns dirigentes de grandes empresas jornalísticas faziam questão de alardear a sua condição de conspiradores. Em entrevista que me concedeu em 2005, o jornalista Ruy Mesquita, diretor do Grupo Estado, afirmou, ao ser perguntado sobre o apoio dado por seus jornais ao golpe: "Não só apoiamos, como conspiramos" (DANTAS, 2014, p. 67).

O Estadão dá um “furo de reportagem” nos demais veículos e um passe na censura com a matéria intitulada “Em Xambioá a luta é contra a guerrilha e o atraso”, em 24 de setembro de 1972. Neste mesmo ano publica outras oito emissões relacionadas à Guerrilha do Araguaia. Já nos anos advindos não foram identificadas emissões que citem o conflito e, apenas em 1975, uma breve nota que cita como fonte a agência francesa AFP⁵⁷ informa que, segundo o guerrilheiro João Amazonas, o movimento teria controle sobre uma grande área no interior da floresta. Vale ressaltar que, à época, o movimento havia sido totalmente eliminado (GASPARI, 2002b).

⁵⁷ AFP é a sigla utilizada pela *Agence France Presse*, criada em 1835 por Charles Havas, é considerada a primeira agência internacional de notícias.

As operações de Ação Cívico e Social (ACISO)⁵⁸, sob encargo do Exército brasileiro, aconteceram com certa frequência durante o regime militar e foram, por várias vezes noticiadas, e tinham como suposto objetivo levar assistência básica às comunidades ou regiões que destas não dispunham. Infere-se então que este tipo de notícia era tolerado à época pelos militares, uma vez que falava de ações supostamente positivas empreendidas por esta instituição e que dissimulavam o real propósito dessas operações.

O atendimento das demandas dos camponeses era episódico e se caracterizava como uma atividade de “cobertura”, para justificar a presença de militares na região sem levantar muitas suspeitas, e que permitia às Forças Armadas estabelecerem um controle estrito junto aos moradores, já que todos os atendimentos eram registrados. Não há, junto à documentação do exército, as listas dos camponeses que receberam atendimento. Mas fica claro, no registro posterior da Operação Aciso, o objetivo de mapear os camponeses que tinham contato com os guerrilheiros (MECHIS E MALVES, 2015, p. 39).

O jornal, pelo menos desde o ano de 1969, acompanhava as operações do Exército em curso e, no dia 4 de dezembro de 1969, publica matéria sobre uma Operação de Ação Cívico e Social que acontecera no estado de Goiás. Dois anos depois, em 1971, noticia uma nova operação ACISO, desta vez às margens do rio Araguaia. Em seu livro “Guerra de Guerrilha no Brasil” Fernando Portela afirma que, inclusive, o governo já sabia dos planos que grupos teriam de implantar movimentos guerrilheiros na região de Goiás (PORTELA, 1986). Mas localização e o combate aos guerrilheiros do Araguaia só aconteceriam no ano seguinte, conforme é possível observar nas matérias publicadas neste ano.

O *OESP* veicula, no dia 22 de março de 1972, “Fab integra ACISO” (*OESP*, 22/03/1972, p. 46) (Imagem 13) onde, segundo o jornal e diferente das ações ACISO anteriores a esta, o Ministério da Aeronáutica passa a integrá-las, encontrando-se antes somente a cargo do Exército e Marinha. Informa ainda que a ação iria ocorrer nos estados de Goiás e Maranhão com objetivo de levar assistência à população e que nelas estavam envolvidos profissionais da saúde, como médicos e dentistas e além dos contingentes das forças armadas. Em 30 de agosto do mesmo ano, outra discreta notícia sobre as operações na região aparece no jornal sob a manchete “2ª auditoria arquiva IPM (sic)” (*OESP*, 30/08/1972, p. 8) (Imagem 14). O assunto viria misturado a outros mas declarando, de forma direta, o início de manobras militares na

⁵⁸ Segundo o Exército do Brasil as operações ACISO são um “Conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações militares das forças armadas, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes”. Disponível em: (<http://www.eb.mil.br/acoec-civico-sociais>). Mas na prática, durante o regime militar, funcionavam levantando informações, mapeando e camuflando ações que poderiam tornar-se problemáticas ao regime militar em curso no Brasil, a época.

região. O texto ia além do que se exaltava na manchete e, segundo este, a Manobra Papagaio, que era parte da Operação Araguaia, se desdobraria a partir do dia 18 de setembro em duas frentes, uma militar e outra cívico-social. Ambas teriam como objetivo comum a “doutrinação de moradores da região contra a hipotética ação de elementos subversivos” (OESP, 30/08/1972). Em 17 de setembro de 1972, o jornal mais uma vez discorre sobre o tema: “Manobras em Goiás começam amanhã” (OESP, 17/09/1972, p. 32) (Imagem 15), dando ênfase ao início das operações ACISO na região do Araguaia e com pequeno texto explicando o que é a ACISO e seu objetivo. Nesta, pela primeira vez, “admite-se a existência de um foco de guerrilha”.

Na importante matéria “Em Xambioá a luta é contra guerrilheiros e atrasos” (OESP, 24/09/1972, p. 27)⁵⁹ é apresentado pelo jornal um panorama da Guerrilha até aquele momento, em uma região onde as mazelas e a pobreza faziam-se constantes. A matéria cita as operações do Exército e ACISO, relatando a assistência prestada à população, obras feitas pelo Exército como a abertura de estradas e enaltecia, a partir do depoimento de um comerciante, o desenvolvimento que supostamente havia chegado ali com a ocupação das forças armadas. Fala ainda sobre situação de penúria na qual viviam os guerrilheiros⁶⁰, alguns dos quais tiveram seus nomes citados e foram descritos pelo jornalista. Importante para este estudo destacar que a publicação tratava os guerrilheiros por terroristas. Com isso é possível perceber que, mesmo buscando opor-se ao regime e noticiar o que por este estava proibido, *OESP* transparece em suas páginas um posicionamento consonante com o de seus pares, veículos da grande mídia imbuídos no sistema hegemônico dado e que a estes suportam. O texto da reportagem é do repórter Henrique Gonzaga Júnior, enviado especial do Estadão, porém sua assinatura não foi publicada. “A Direção do jornal assinou apenas do enviado especial para proteger Gonzaga” (MORAIS E SILVA, 2005, p. 285). O autor fora escolhido a dedo uma vez que já tinha experiência como setorista das Forças Armadas. Ainda assim, confessou temor mesmo chegando ao Araguaia com a desculpa de cobrir a operação ACISO, mas já informado da ação dos guerrilheiros na área. Foi acompanhado somente do motorista do jornal em uma Kombi sem identificação. Como o Exército não lhe fornecera informação alguma, o repórter as colheu com populares, comerciantes, e inclusive no meretrício, fazendo um apanhado da Guerrilha até aquele momento, mesmo tendo que manter-se distante da área onde ocorriam os combates (OESP, 24/09/1972, p.27).

⁵⁹ Já citada na anteriormente neste trabalho.

⁶⁰ Citada na obra intitulada “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”, de 2005, de autoria de Tais Moraes e Eumano Silva.

No mês seguinte ainda, a 01 de outubro de 1972, a matéria: “Breno Fortes, inspeciona ação contra a guerrilha” (*OESP*, 01/10/1972, p. 41) (Imagem 16) noticia a visita de Breno Fortes, chefe do Estado Maior do Exército à Xambioá, onde estaria acontecendo o combate à um foco de guerrilha, mas que este estaria praticamente liquidado. Destaca ainda que agora seria priorizado pelo governo o desenvolvimento da região para combater a pobreza e o abandono pelo qual a mesma passava. Entre as cidades contempladas pelos planos do governo estariam também São João do Araguaia, Conceição do Araguaia e Marabá, sendo estas aquinhoadas por novas rodovias de acesso (*OESP*, 01/10/1972, p. 41).

Já a publicação “Mello encerra visita”, de 03 de outubro de 1972 (03/10/1972, p. 15), traz um breve informe sobre a existência da Guerrilha e tem como suposto assunto principal a visita do general Souza Mello, comandante do II Exército ao extremo noroeste do Mato Grosso, região próxima ao Rio Araguaia, onde a “2ª Brigada Mista realiza manobra contra Guerrilha e operação ACISO”. Ainda no mês de outubro, no dia 7, o jornal informa que é aguardado pronunciamento oficial sobre as manobras militares que ocorrem em Xambioá e região do Araguaia. A única notícia oficial, segundo a matéria, é a de que “um sargento fora morto por guerrilheiros e de que acontece a operação ACISO na área”, extensão e motivos de manobras militares na região de Xambioá e Araguaia, norte de Goiás (*OESP*, 03/10/1972, p. 15).

No dia 10 do mês de novembro, a matéria intitulada “Goiás quer tropas em Xambioá”, informa sobre um pronunciamento no qual o governador de Goiás declara a importância de manter tropas na região para evitar a entrada de novos guerrilheiros e ressalta a importância da ACISO na área (*OESP*, 10/11/1972, p.10) (Imagem 19). Em 07 de dezembro de 1972, mais uma matéria cita a Guerrilha do Araguaia. A reportagem “Cai ação terrorista na América Latina” traça um suposto panorama dos movimentos guerrilheiros na América Latina e considera, neste momento, o movimento do Araguaia já como derrotado pelas forças armadas, assim como os demais do continente (*OESP*, 07/12/1972, p. 17) (Imagem 21).

Nos anos seguintes, no quais a censura foi mais intensa⁶¹ sobre o periódico, apenas registros referentes à conflitos agrários, recursos hídricos, navegabilidade do rio Araguaia e atrações turísticas foram encontradas quando buscada a palavra Araguaia no acervo digital do referido periódico. Em 05 de junho de 1975 (*OESP*, 05/06/1975, p. 17) (Imagem 22), foi possível localizar brevíssima nota, entremeada a uma matéria intitulada “Presos fazem iniciam greve de fome” com informação creditada à agência *France Presse* – AFP informando que,

⁶¹ É possível acompanhar a intensificação da atuação dos censores sobre *OESP* através do sítio de seu acervo digital, uma vez que este disponibiliza as páginas censuradas entre os anos de 1972 e 1975.

segundo o comandante João Lobo, haveria grande área sob posse das forças revolucionárias na região do Araguaia. Estas publicações nos permitem perceber o esforço deste jornal por divulgar fatos que lhes eram censurados, atuando de forma contestatória ao Regime Militar vigente no país, afrontando-o através do conteúdo veiculado e também de estratégias de resistência como a utilização de versos de poesia e receitas culinários onde estaria o material censurado. Mas ainda assim não apoiava a Guerrilha, apenas a divulgava, fato inferido a partir da utilização da nomenclatura “terroristas” utilizada em várias das matérias aqui citadas.

Imagem 13 - O Estado de São Paulo, 22/03/1972

A FAB integra Aciso

Da Sucursal de
BRASILIA

Com o envio, depois de amanhã, de uma missão de médicos, dentistas, assistentes sociais e praças ao interior de Goiás e Maranhão, para assistência médica e orientação cívica à população, o Ministério da Aeronáutica se integrará ao programa conhecido pela denominação de Aciso, até agora executado apenas pelo Exército e pela Marinha.

Durante cinco dias, a equipe percorrerá a capital goiana e outras localidades do Estado, como Bananal, Paraná, Peixes, Porto Nacional, Santa Isabel do Araguaia e Tocantinópolis, além de Carolina, no Maranhão. O percurso será feito por um avião C-47.

Aciso

O engajamento da Aeronáutica no Aciso está sendo interpretado como uma mudança de atitude na linha de conduta desse Ministério, que nunca exerceu essa atividade. Até há pouco, a orientação que prevalecia no setor se resumia aos serviços de busca, salvamento e recuperação, que serão mantidos. O atendimento social sistemático não era feito porque a Força Aérea Brasileira entendia que essa tarefa, pela própria natureza, devia ficar sob os cuidados exclusivos do Exército e da Marinha. E também porque considerava que os serviços eram uma ação social.

A iniciativa de integração à Aciso partiu da 3.ª Zona Aérea, com sede em Brasília, responsável pelas atividades aeronáuticas na capital da República, Estado de Goiás e Triângulo Mineiro.

A operação

Essa primeira operação terá a colaboração do Ministério da Saúde, que cedeu médicos e dentistas de seu quadro funcional e forneceu quantidades de vacinas. Os soldados que compõem o restante da equipe terão a incumbência de pintar escolas e ajudar em outros serviços de interesse coletivo.

Fonte: Acervo digital OESP

Imagem 14 - O Estado de São Paulo, 30/08/1972

2.ª Auditoria arquiva IPM

Das Sucursais, do Rio, Brasília e Recife e do Serviço Local

A 2.ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio, arquivou o IPM sobre atividades subversivas durante o governo Goulart, envolvendo o ex-ministro da Aeronáutica, Anísio Botelho; o ex-comandante da 3.ª Zona Aérea, brigadeiro Francisco Teixeira; e o coronel Rui Moreira Lima, ex-comandante da Base Aérea de Santa Cruz, e mais 34 pessoas.

O inquérito foi arquivado nos termos do parecer do promotor Afonso Carlos Agapito da Veiga, que considerou não terem os acusados infringido a Lei de Segurança Nacional ou o Código Penal Militar. De outro lado, o juiz dessa Auditoria liberou ontem o livro Entre a Noite e o Dia, de autoria do advogado Estanislau Fragozo Batista, que foi apreendido no Rio e em João Pessoa e fazia parte do processo.

ANTIGUERRILHA

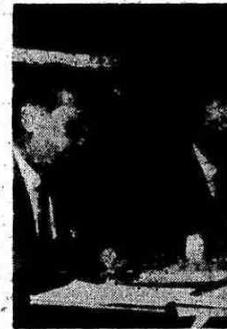
Tropas do Comando Militar do Planalto e da Polícia Militar de Goiás, com apoio aéreo da FAB, realizarão a partir de 18 de setembro a "Operação Araguaia — Manobra Papagaio" na área entre Xibó e Araguatins, ao Norte de Goiás. A manobra compreenderá a parte militar e a cívico-social, junto às populações locais. Ambas terão uma parte comum, que será a doutrinação dos moradores da região contra a hipotética ação de elementos subversivos.

No Recife, os estudantes João Damasceno de Lima Neto, Francisco Ferreira Dantas, Jurandir Bezerra de Oliveira e Lídia Dantas fugiram da Auditoria Militar quando o juiz se preparava para ler a sentença condenando-os a um ano de reclusão. São acusados de atividades subversivas.

Em São Paulo, a 2.ª Auditoria Militar iniciou ontem o julgamento de 54 indiciados em três IPMs contra a chamada Ala Vermelha do Partido Comunista. Respondem por vários assaltos e dois crimes de morte. Os principais acusados ou

estão mortos, como Devanir José de Carvalho e Aderbal Alves Coqueiro, ou banidos, como os irmãos de Devanir. De outro lado, o Centro Universitário de Pesquisas e Estudos Sociais, da Faculdade de Filosofia da USP, informou que o professor Koki Okabayashi foi preso pelos órgãos de segurança no dia 25 do corrente e está desaparecido.

SISAL C



A Guanabara terá, no início de cinco maiores hotéis brasileiros: o Rio Otton, Palace Hotel, 630 apartamentos e capacidade para 1.200 pessoas. O contrato de construção da obra foi assinado pelo Lynch Bezerra de Melo Junior e de Melo, do Grupo Otton, e o Dodsworth Martins, Wilbur Vigos e Renato Visco, da SISAL — Im Afonso S/A. O hotel, que tem o custo em US\$ 20 milhões (cerca de 100 bilhões), ocupará uma área construída de 100 mil m², com três frentes para Avenida Xavier de Silveira e Aires Sald e concluído no prazo de 30 meses.

Destinado a atender à dinâmica do empreendimento do Grupo Otton, o hotel contará com recursos no setor hoteleiro, entre eles: salas de convenções, com capacidade para 1.200 pessoas, com sistemas de som, iluminação simultânea, duas suítes com padrões de refinamento de

Fonte: Acervo digital OESP

Imagem 16 - O Estado de São Paulo, 01/10/1972

Breno Fortes inspeciona ação contra guerrilha

Da Sucursal de
BRASÍLIA

O chefe do Estado-Maior do Exército, general Breno Borges Fortes, viaja hoje até o norte de Goiás, onde vai inspecionar as operações realizadas pelas forças contigüas de Exército, Marinha e Aeronáutica para acabar com o movimento guerrilheiro que se instalou nas áreas rurais daquela região.

Informações chegadas a Brasília dão conta que o trabalho das Forças Armadas está praticamente concluído, tendo-se obtido êxito nas operações através de simples manobras de "cerco" em torno da área, do lado esquerdo do rio Araguaia, conhecida por Calano, foco da ação terrorista.

Em Brasília, a estratégia que se elabora para aquela região consiste agora em incluir entre as áreas prioritárias de desenvolvimento, a fim de que o abandono e a miséria senil da região não sirvam mais de campo favorável à atuação de grupos subversivos.

O general Breno Borges Fortes desembarcará hoje, em Xambioá, na margem direita do Araguaia. Daí, ele se deslocará por helicóptero ao povoado de São Geraldo, do outro lado do rio e em território do Pará, onde a 1.ª Brigada de Infantaria construiu seu quartel-general.

Amambá, ele termina a inspeção e retorna a Brasília. Também visitará, em Xambioá,

no final dos trabalhos da ação cívica e social que o Exército realizou nos últimos dez dias. Entre as providências que os órgãos governamentais estão planejando para alcançar rápido desenvolvimento no muni-

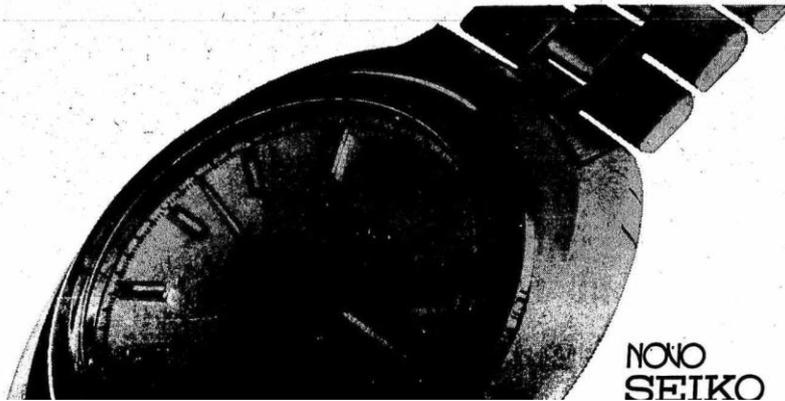
cipio goiano de Xambioá e nos municípios paranaenses de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e Marabá, situa-se a abertura de novas rodovias e o término de construção da usina de Lage, a 85 quilô-

metros de Xambioá, e à margem da Belém-Brasília. Ainda para Xambioá a Saneago (empresa do Estado de Goiás encarregada de obras de saneamento) já tem pronto um projeto de construção de siste-

ma de distribuição de águas e esgotos que poderá ser executado brevemente. Além disso, o Itara trabalha aceleradamente para abertura da rodovia São Geraldo-Marabá, com extensão de 120 quilômetros e

que estará concluída nos próximos dias. A estrada corta a selva paranaense do lado esquerdo dos rios Araguaia e Tocantina, região outrora dominada pelo foco guerrilheiro. Também o Departamento de Extra-

dos de Rodagem de Goiás (DER-GO) se prepara para remodelar a ligação de quase cem quilômetros Xambioá-Wanderlândia, esta última nas margens da rodovia Belém-Brasília.



Fonte: Acervo digital OESP

Imagem 17 - O Estado de São Paulo, 07/10/1972

Aguarda-se nota sobre Xambioá

Da Sucursal de
BRASÍLIA

As autoridades do Comando Militar do Planalto, da 11.ª Região Militar, ou mesmo o gabinete do ministro Orlando Geisel poderão divulgar nota oficial no início da próxima semana, sobre a extensão e os motivos das manobras militares na região de Xambioá e Araguaia, no Norte de Goiás.

A medida seria tomada em face das notícias contraditórias que circularam nas últimas semanas. Até o momento, as únicas informações oficiais, com exceção da notícia da morte de um sargento por um terrorista em fuga, dão conta das atividades desenvolvidas naqueles duas localidades pela Aciso — Ação Cívico-Social, com a prestação de assistência médico-hospitalar e assistencial sob todas as formas.

Fonte: Acervo digital OESP

Imagem 18 - O Estado de São Paulo, 03/10/1972

Mello encerra visita

O general Souza Mello regressou a São Paulo da viagem de 52 horas que empreendeu ao Estado de Mato Grosso, onde manteve contatos com os comandos e a tropa da 9.ª Região Militar. Percorrendo cerca de quatro mil quilômetros, o comandante do II Exército esteve na região de Santa Terezinha, no extremo Nordeste mato-grossense, próximo ao rio Araguaia, onde a 2.ª Brigada Mista realiza manobra contra guerrilha e operação Aciso. A jurisdição dessa unidade abrange mais de 220 mil quilômetros quadrados, ou seja, quase a área do Estado de São Paulo.

O general Souza Mello embarcou na última quinta-feira, acompanhado do comandante da 2.ª Divisão de Exército e de oficiais de seu Estado-Maior. Em Campo Grande, foi recebido com honras militares e, no mesmo dia, seguiu para Cuiabá, com o comandante da 9.ª Região Militar incorporado à comitiva. Pernoitou na capital de Mato Grosso, partindo na sexta-feira para a região de Santa Terezinha. Acompanharam-no o comandante da Polícia Militar e o secretário de Segurança Pública do Estado.

Fonte: Acervo digital OESP

Imagem 19: O Estado de São Paulo, 10/11/1972

Goiás quer tropas em Xambioá

Da Sucursal de BRASILIA

"O Exército terá que manter ao longo da Belém-Brasília um efetivo para evitar a entrada de subversivos na área" — declarou, em Brasília, o governador Leoncio Caiado, de Goiás, ao ressaltar a importância da Ação Cívico-Social que o Exército realiza em Xambioá, no norte do Estado, ao mesmo tempo em que combate guerrilheiros. Afirmou que o povo acredita na ação dos militares e a apoia, resultando daí completa integração. O governador não sabe se realmente um Batalhão de Infantaria da Selva será instalado em Xambioá, mas concorda que a região precisa ser melhor guarnecida.

Imagem 20: O Estado de São Paulo, 24/09/1972

DIÁRIO DE SÃO PAULO 24 DE SETEMBRO DE 1972

Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso

De cidade agitada

Enquanto as forças cívicas da Polícia Militar e Armada lutam, ao norte da margem esquerda do rio Araguaia, para de uma vez por todas, as forças de guerrilha, o Exército lutava, ao sul, em Xambioá, para de uma vez por todas, a situação de insegurança que se viveu durante anos e a população da área.

Uma comissão de paz e ordem, formada por representantes das forças armadas e da população, está trabalhando para a pacificação da região.

... (text continues) ...

O ESTATUTO DA IGUALDADE CONSAGROU JURIDICAMENTE A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA

Depois de ter recebido em São Paulo, dos mãos do Presidente Médici, o Diploma Nacional de Honra, a Fundação Brasileira de Estudos de História, Geografia e Sociologia, no dia 24 de setembro, na Assembleia Brasileira de Letras recebeu o título de sócio-correspondente e profere o seguinte discurso:

... (text continues) ...

Doutrinação durou seis anos

... (text continues) ...

ESTADO DE SÃO PAULO

Estabelece também no âmbito do Poder Judiciário a aplicação da Lei de Organização Judiciária e a estruturação dos órgãos do Poder Judiciário.

Imagem 21: O Estado de São Paulo, 07/12/1972

Imagem 22: O Estado de São Paulo, 06/05/1975

Cai ação terrorista na América Latina

BUENOS AIRES — As previsões de Ernesto "Che" Guevara de que uma série de conflitos na América Latina "destruiriam o imperialismo norte-americano para sempre" parecem hoje tão distantes como o dia em que ele foi morto a tiros pelo Exército boliviano, em 1967, segundo revela uma pesquisa da **Associated Press** — **AP** — sobre a situação atual dos movimentos guerrilheiros no Hemisfério.

Hoje, os adversários de ontem eliminam suas divergências — China, União Soviética e Estados Unidos se aproximam numa política de redução de tensões, que torna muito difícil a perspectiva de êxito dos movimentos guerrilheiros latino-americanos. "Até mesmo Cuba, que tem sido a fonte de apoio moral e material a esses movimentos, alterou seu comportamento e já negocia um acordo com os Estados Unidos para por fim aos sequestros aéreos, o qual poderá ampliar-se.

Segundo a pesquisa da agen-

cia, esta é a situação, país por país, dos movimentos guerrilheiros latino-americanos:

Bolivia — O presidente Hugo Banzer Suarez, erradicou, praticamente, os focos revolucionários. Em 1970, os "rangers" do Exército destruíram uma coluna guerrilheira de 70 homens, remanescente do Exército de Libertação Nacional, fundado por "Che". Oito guerrilheiros conseguiram sobreviver, refugiando-se no Chile.

Argentina — Com o regresso do ex-ditador Juan Domingo Perón, os atentados a bombas, quase diários, cessaram. Os grupos mais ativos são o Exército Revolucionário do Povo, trotskista; os Montoneros e as Forças Armadas Revolucionárias, ambos peronistas. Sabe-se que centenas de pessoas sob suspeita de que integram tais movimentos foram presas. Contudo, a polícia argentina não fornece dados estatísticos.

Ecuador — Desconhecem-se atividades guerrilheiras neste país.

Os estudantes secundários e universitários, que, tradicionalmente, se opõem ao governo estão tranquilos desde fevereiro, quando os militares assumiram o poder.

Colômbia — 10 anos depois de seu aparecimento, as guerrilhas não representam ameaça para o governo. Compõem-se do Exército de Libertação Nacional, castrista; o Exército Popular de Libertação, maoísta; e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, soviética. Segundo as autoridades colombianas, o total de guerrilheiros ascende a apenas 400 homens.

Uruguai — Numa ação combinada, o Exército e a polícia praticamente destruíram o movimento tupamaro, provavelmente o mais conhecido da América Latina. Seu líder, Raul Sendic, continua hospitalizado sem uma parte da mandíbula, despedaçada por uma bala durante um choque com as forças de segurança em setembro.

Venezuela — Os guerrilheiros intensificaram sua ação nas últimas semanas, mas não chegam a ameaçar diretamente o governo. Segundo o presidente Rafael Caldera, o governo conseguiu dividir os movimentos subversivos, mas os pequenos grupos que resistem às vezes realizam alguma ação para lembrar que ainda existem".

México — As atividades guerrilheiras parecem confinadas no montanhoso Estado de Guerrero. Lucio Cabanas, acusado de dirigir uma emboscada em agosto, provocando a morte de 19 soldados, recebeu uma promessa de anistia do governo e uma proposta para conversações.

Peru — Não existe no país um movimento de guerrilha organizado e o governo militar afirma que a situação é de absoluta tranquilidade.

Brasil — Depois de controlar totalmente o terrorismo urbano, o governo combate agora um novo movimento guerrilheiro, o qual afirma concentrar forças "numa distante região da selva amazônica". Numa boletim enviado em outubro a um correspondente estrangeiro, a organização diz chamar-se Comando de Forças Guerrilheiras Arguêla. Quase todos os terroristas conhecidos foram capturados ou mortos pelas autoridades. Há milhares de pessoas presas sob suspeita de que promoveram atividades subversivas.

China apóia debate do mar no Chile

NOVA YORK — A China anunciou terça-feira o seu apoio incondicional à realização de uma conferência internacional sobre direito do mar, no Chile, e denunciou, indiretamente, a União Soviética por se opor à soberania das 200 milhas marítimas reivindicada pela maioria dos países da América Latina.

A Venezuela também deu seu apoio à iniciativa de realizar a conferência em Santiago.

O delegado da China Comunista, na Comissão de Assuntos Políticos na Assembléia Geral, Chen Chu, defendeu "em princípio" a realização da conferência em 1974 e proclamou Santiago como a sede mais adequada, porque isso simbolizaria a "justa luta" dos povos latino-americanos, asiáticos e africanos na defesa de sua soberania nacional contra a "pilhagem dos seus re-

ursos marítimos pelas superpotências".

Chen advertiu, entretanto, que "uma ou duas superpotências" estariam tentando proteger o antigo regime do mar, "que serviu aos designs do imperialismo", diante da "indignação" da grande maioria dos países pequenos e médios em desenvolvimento.

O representante de Pequim lembrou, em seguida, que durante os debates sobre o tratado para a proscição das armas nucleares na América Latina — Tratado de Tlatelolco — "uma superpotência" declarou que esse documento infringia o direito internacional.

"Essa atitude, continuou, estava dirigida contra a jurisdição das 200 milhas reivindicada por vários países da América Latina, e constituía uma negação dos direitos dos Estados latino-americanos".

Fonte: Acervo O Estado de São Paulo

Presos iniciam greve de fome

Da Secursal do RIO e das Agências

Os presos políticos da Ilha Grande enviaram documentos aos deputados federais e senadores do Estado do Rio de Janeiro informando que iniciaram ontem uma greve de fome, depois de "negotiações" das outras formas de conseguir sua transferência para um presídio urbano, devendo manter-se nesta posição até que "lhes sejam canceladas as condições fundamentais e respeitadas sua dignidade". O documento está assinado por trinta e três detentos.

"Não aceitaremos as vicissitudes que tem sofrido na 'Ilha de Ilha' — afirmando brutalidade, falta de higiene, má alimentação, ausência de medicina e isolamento social e psicológico — e de humilhação às autoridades que ficaram desde há um ano para substituí-las as autoridades no período de férias renovadas, as vezes ilegítimas que passaram e desrespeitaram nas promessas de transferência quando o secretário de Justiça de Rio de Janeiro visitou a ilha em 23 de abril, dizendo que não havia nada de ruim. Assim sendo — exclamaram — não aceitamos mais esta prática vista que representa uma recrudescimento do tratamento polidepressivo a que vimos sendo submetidos, orientado tão somente para nossa destruição física e psicológica".

grajido até que chegam informações comunicando sua prisão em São Paulo, onde está também, sendo processado, promotor solicita sua presença a fim de ser interrogado, o vindo em seguida ser novamente removido para São Paulo.

LIVRAMENTO
O juiz Mário Moreira de Souza, da 1ª Auditoria de Execuções, está aguardando o resoluído das diligências em curso em todas as demais audiências militares de paz para decretar a liberdade de livramento condicional do estudante Otton Guimarães Fernandes Junior. Foi ele condenado a pena de anos e 6 meses de reclusão, após o subversivo e já cumprido delito de terrorismo. A defesa alega que "ele está capacitado ao convívio social e seu comportamento como interno do Instituto Penal Caudido Mendes foi exemplar".

GUERRILHA
A agência AFP informou ontem que em Paris o comandante João Lobo disse que guerrilheiros brasileiros, operando há três anos na região de Araguaia, controlam um território tão extenso quanto Franço, no sul do Estado de Pará. A informação acrescenta que as operações tiveram início em abril de 1972.

INDICADOR MÉDICO
F. 37.4950 e 33.3881

- ALERGIA**
Dr. Álvaro Costa - CRM 1387 - Cl. Alameda, 514, Casa - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Dr. José M. Seriani - CRM 1779 - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Dr. João de Deus - CRM 1779 - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Dr. Maria de Deus - CRM 349 - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Dr. Valdir de Deus - CRM 493 - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.

No Alto da Boa Vista toda a beleza de um GOMES DE ALMEIDA, FERNANDES

4 dormitórios (1 suite)
Vestib. e planta que quiser
1.530
Barrido, 627
o maior de
Verde S. Paulo

Visite o local

vendas **LOPES**

857 208.2011 - 24.7716 - 24.7077
24.6250 - 24.4812

- ENDOCRINOLOGIA**
Dr. Amália J. Mendes Faria - CRM 1410 - Dioceses Alameda, 514, Casa - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Dr. Al. Cicciatti - CRM 1411 - Dioceses Alameda, 514, Casa - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Dr. Carlos Costa - CRM 493 - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Dr. Tomazetti F. S. Almeida - CRM 493 - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
- ODONTOLOGIA**
Clínica Marília Filho - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.
Clínica Odontológica - Rua 15, 150 - Fones: 34.9222 - 16-16 horas.

2.3 - *The New York Times*: legitimação e negação do conflito na grande mídia

O jornal *The New York Times*, representante da grande mídia internacional e a serviço do capitalismo americano, publica, em 26 de setembro de 1972 (Imagem 23), a matéria “Brasil combate rebeldes na floresta⁶²”, tendo como fonte matéria no *Jornal da Tarde*⁶³, onde noticia ao mundo que uma Guerrilha acontecia no interior da “selva” Amazônica. Segundo o veículo, o governo relata que ocorriam apenas manobras militares na região. O jornal discorre ainda sobre a contenção dos grupos de guerrilha urbana e, comenta que, os poucos que restaram, buscaram como alternativa a sobrevivência em áreas remotas no interior do país.

As forças armadas brasileiras começaram uma operação combinada para expulsar as guerrilhas para fora da remota região da selva amazônica. Pelo menos um soldado teria sido morto nos confrontos entre os rebeldes e os cinco mil soldados, marinheiros e aeronautas. Informes de hoje, na imprensa censurada pelo governo diz que o exército não revelou quantas guerrilhas acredita que estejam operando na região central do estado de Goiás. Foi dito, no entanto, que em apenas uma semana o número de tropas nos arredores da cidade de Xambioá, as margens do rio Araguaia, teria aumentado de 200 para 5.000 (*TNYT*, 26/09/1972)⁶⁴.

A notícia, mesmo ocupando apenas uma coluna da página do jornal, conta com mapa do Brasil, possibilitando ao leitor estrangeiro a percepção do local exato onde estaria acontecendo o enfrentamento ao foco guerrilheiro. Sobre a zona esclarece que seria habitado por posseiros pobres que muitas vezes entravam em conflito com os grandes latifundiários, “terras remotas de um Brasil selvagem” e onde guerrilheiros haviam chegado cerca de seis anos antes, passando a dar assistência médica e social a população⁶⁵.

Sobre a atuação das Forças Armadas destaca o aumento no número de efetivos na região e a morte de um militar, comenta também sobre o caráter cívico e social das operações do Exército que levariam, segundo o jornal, medicamentos para as tropas e população local a fim de ter o apoio das mesmas, uma vez que vinham sendo assistidas pelos guerrilheiros, e por estes tinham empatia.

Informação de grande relevância para este estudo é a menção feita à censura pela qual os meios de comunicação estavam passando naquele momento, no Brasil, sobre o que relata: “Os detalhes publicados hoje no *Jornal da Tarde*, o qual tem estado sob censura governamental

⁶² Tradução do Autor, no original “Brasil *battling rebels in jungle*”

⁶³ A edição do *Jornal da Tarde* até o momento não foi localizada, mas infere-se ter conteúdo similar a publicada no principal jornal do grupo, *O Estado de São Paulo*, uma vez que os dois veículos pertencem ao mesmo grupo editorial e apenas um repórter teria ido à região da Guerrilha, à época.

⁶⁴ Tradução do autor, o texto original pode ser consultado através da Imagem 23.

⁶⁵ Interessante destacar que mesmo sendo considerado um jornal hegemônico e tendo este chamado em seu título os guerrilheiros de rebeldes, este relata inclusive as ações positivas do grupo guerrilheiro.

direta em um renovado confronto entre imprensa e estado, faz acreditar que as forças armadas se sentem seguras o bastante para divulgá-las" (TNYT, 26/09/1972).

Imagem 23: *The New York Times*, 26/09/1972

The New York Times
TUESDAY, SEPTEMBER 26, 1972

BRAZIL BATTLING REBELS IN JUNGLE

5,000 Troops Reported Sent to Remote Amazon Region

SAO PAULO, Brazil, Sept. 25 (AP)—Brazil's armed forces have begun a combined drive to flush guerrillas out of a remote Amazon jungle region. At least one soldier has been reported killed in clashes between the rebels and 5,000 army, air force and navy troops.

Reports today in the Government-censored press said the army had not revealed how many guerrillas were believed operating in the central state of Goiás.

It was said, however, that in just one week the number of troops in and around the town of Xambioá, on the banks of the Araguaia River, had increased from 200 to 5,000.

'Maneuvers' Reported

The Araguaia River stretches for hundreds of miles along the western border of Goiás, the state in which the federal capital of Brasília lies, about 700 miles north of this southern metropolis.

First reports on the concentration of troops last week said



The New York Times, Sept. 26, 1972
Area of anti-guerrilla drive is indicated by cross.

only that "maneuvers" were being carried out.

The details published today in *Jornal da Tarde*, which has been under direct government censorship in a renewed state-press clash, led to the belief that the armed forces felt secure enough to divulge them.

Earlier this year a similar anti-guerrilla drive was begun in the north-central state of Pará, also in the Amazon region, and there were unconfirmed reports of fighting between soldiers, guerrillas and settlers.

The Brazilian Government has virtually wiped out the urban guerrilla movement, which was at a peak here during the late nineteen-sixties. The few remaining guerrilla groups have apparently taken to the largely wild Brazilian backlands, where the Government presence is either minute or nonexistent.

Medical Supplies Sent

The guerrillas in Goiás, however, began performing services for the villagers there nearly six years ago, say the reports. To counter possible guerrilla gains, the military has airlifted more than two tons of medical supplies for townspeople and soldiers.

The region is largely inhabited by poor squatters who frequently have run-ins with the owners of sprawling ranches and who have little knowledge of any Government services available.

Imagem 24: *The New York Times*, 27/09/1972

Brazil Denies Military Drive Against Guerrillas in Jungle

RIO DE JANEIRO, Sept. 27 (UPI) — A Brazilian Army spokesman today denied reports of a large military operation against a guerrilla band in the jungles of the Amazon River basin.

The newspaper *Jornal da Tarde* of São Paulo reported this week that a joint army, air force and navy operation of 5,000 men was combing the jungle for a guerrilla band of 60 to 125 people.

The newspaper said clashes had occurred near the town of Xambioá, in the state of Goiás, with casualties on both sides.

The army spokesman said the reports were "exaggerated" and "confused two different facts."

He said that "some terrorist elements had fled from São Paulo and Rio de Janeiro to that area but were discovered last February."

"The army managed to contain their action to try to

arouse the population," the spokesman said.

He said the newspaper had also confused military maneuvers in that area with a hunt for terrorists.

"The maneuvers had nothing to do with subversive activities," he said. "There is no guerrilla warfare in Brazil."

The New York Times
Published: September 28, 1972
Copyright © The New York Times

Apesar de, na referida matéria, o *TNYT* citar de forma direta a luta armada, e ainda abordar a censura aos meios de comunicação que ocorria no país, apenas um dia depois muda seu posicionamento e desmente a existência da Guerrilha. O jornal publica, no dia 27 de setembro (Imagem 24), uma nova notícia, desta vez informando que um porta-voz do Exército brasileiro negou a existência de operações contra grupos guerrilheiros na região do Araguaia. Segundo este, uma publicação teria se excedido quanto as informações veiculadas e admite que apenas manobras militares estariam ocorrendo no local, supostos terroristas teriam sido também interceptados em oportunidade anterior.

Porta-voz do Exército Brasileiro negou hoje informações sobre uma grande operação militar contra a guerrilha acontecendo nas selvas da bacia do Rio Amazonas. O *Jornal da Tarde* de São Paulo, informou essa semana que uma articulação entre exército, aeronáutica e marinha com 5.000 homens estavam vasculhando a floresta em busca de um grupo guerrilheiro que teria entre 60 e 125 integrantes. O jornal disse que confrontos tem ocorrido perto da cidade de Xambioá, no estado de Goiás, com vítimas dos dois lados. O porta-voz do exército disse que os relatórios estavam "exagerando" e havia "confundido" dois fatos diferentes. Ele disse que "alguns elementos terroristas voaram de São Paulo e Rio de Janeiro para a área, mas foram descobertos no último mês de fevereiro (*TNYT*, 27/09/1972).

A partir destas publicações nos foi possível perceber que estes dois veículos, representantes da grande mídia nacional e internacional, trataram a Guerrilha do Araguaia de forma consonante. Apesar de terem noticiado o movimento, não dão a ele notoriedade, tampouco o tratam como um movimento de libertação, mas como uma insurgência de rebeldes comunistas que vem sendo combatida pelo Governo Brasileiro. O mapeamento e estudo destes objetos nos deram subterfúgios para traçarmos comparações entre o modo que estes a noticiaram e o modo como o movimento foi veiculado nos meios de informações ditos alternativos e de posicionamento contra-hegemônico.

2.4 – Mídia contra-hegemônica e seu papel de questionamento e subversão durante o Regime Militar

As mídias alternativas, que se colocavam de forma contra-hegemônica em âmbito internacional, nacional e regional, foram locais fundamentais de legitimação da Guerrilha do Araguaia, que poucos conheciam, e que passou décadas velada pelo Governo Brasileiro. Estas mídias procuravam vencer a censura imposta pelo Estado e divulgar informações sobre a resistência armada ao Regime Militar instaurado no país, que não tinha vez na imprensa

tradicional. Prática diferente dos meios de comunicação hegemônicos que, à serviço do grande capital, reproduziam um discurso já consagrado e instituído socialmente (MORAES, 2006).

A importância dos meios de comunicação como difusores de valores e opiniões é desvelada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937) quando, no início do século XX, discorre sobre os jornais burgueses a partir de um referencial marxista, atentando ao fato de que estes não dão voz ao operariado e que, apesar disto, conseguem sustentar-se a partir dos trabalhadores, para quem são vendidos seus exemplares.

Tudo o que se publica [na imprensa burguesa] é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação (GRAMSCI, 1919, p.1).

O conceito de hegemonia é compreendido, aqui, a partir da visão proposta por Gramsci, que a coloca como um processo constituído historicamente, capaz de sustentar-se através de bases consolidadas. Na obra *Cadernos do Cárcere* (2011), o filósofo trata, entre outras temas, da noção de hegemonia na sociedade contemporânea.

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) e precisamente na sociedade civil, nomeadamente, operam os intelectuais (GRAMSCI, 2011, p. 264).

Segundo Gramsci, a sociedade seria formada por dois “planos superestruturais” que seriam as sociedades civil (privada) e política (estado). Trata-se do domínio de um grupo sobre outro, uma força capaz de ultrapassar as fronteiras físicas dos países, como um poder alicerçado sobre bases intelectuais, de um sistema de valores e costumes instituídos por um grupo dominante que se sobrepõem sobre forças menores, fazendo com que estas estejam sobre constante influência. Uma relação que ensina ao sujeito oprimido que este é seu lugar e que o *status quo* não deve ser contestado. Assim, Gramsci argumenta:

Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1999, p. 399).

O poder hegemônico, que estava personificado no Regime Militar Brasileiro, era também representado pelas instituições detentoras do grande capital, nacionais e internacionais, que financiavam e eram financiadas por este Governo, bem como pela manutenção da miséria

e demais intempéries a que estava submetida grande parte da população brasileira e que eram denunciadas pelos meios que a ele se opunham.

A partir da compreensão de hegemonia, como algo que opera não só sobre as estruturas econômicas e políticas, mas também sobre a maneira de pensar, o filósofo aponta a influência que um grupo favorecido tem sobre outro menos favorecido, sendo o primeiro capaz muitas vezes de mudar os hábitos do outro. Tendo como referência o conceito de hegemonia, entende-se o que seria sua antítese, a contra-hegemonia.

Moraes nos traz o que seria a contra-hegemonia, a partir do conceito proposto por Gramsci:

A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas. (MORAES, 2010, p. 73).

Ao refletirmos sobre contra-hegemonia midiática percebemos que, os anos que se seguiram ao de 1968 foram, por uma série de motivos já elencados neste trabalho, muito férteis ao aparecimento de meios de comunicação que tinham como objetivo denunciar as arbitrariedades do Regime Militar e propor um país com liberdade e democracia.

Na região, o Grupo/Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia vem desenvolvendo estudos, há cinco anos, sobre essas formas de comunicação. Ao refletir sobre esses veículos em artigo sobre a imprensa sindical alternativa no período da ditadura militar, Amorim et all destaca:

A imprensa sindical alternativa na Amazônia desse período, embora incipiente, dando seus primeiros passos, tinha uma posição de enfrentamento ao denunciar as atrocidades do capitalismo internacional que avança na fronteira Norte do país pelas mãos dos ditadores de 1964. Um capitalismo concentrador que privilegiava latifundiários, políticos e grandes empresários em detrimento do aumento da desigualdade social (AMORIM et all, 2015, p. 1).

Portanto, o objetivo em comum de contestar e lutar contra o *status quo* representado pelo Governo Militar e pelo imperialismo foi o elemento comum entre o grande número de publicações alternativas que surgiram no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970 (KUSINSKI, 2003).

A história da mídia radical, como o próprio Gramsci só a duras penas descobriu em sua própria vida, é quase sempre uma história de sobrevivência e tensão perante a hostilidade veemente e às vezes mortal das autoridades. Inserir a mídia radical alternativa nesse contexto mais amplo do poder do

Estado, da hegemonia e da insubordinação é um passo necessário para entendê-la. (DOWNING, 2002, p. 54)

Como mídia alternativa, entendemos a imprensa contestatória que Downing, por sua vez, chama de mídia radical e define como sendo “a mídia - em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes - que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2002, p.21), mídia esta que advoga pelos direitos dos cidadãos e se contrapõe à grande imprensa, publicando o conteúdo que não teria lugar nos meios de comunicação hegemônicos.

À revelia de todas as dificuldades, estes meios de comunicação procuravam vencer a censura imposta pelo Estado para divulgar informações sobre os movimentos de resistência ao regime em curso, dentre eles a Guerrilha do Araguaia. Os meios de comunicação aqui estudados estiveram preocupados em legitimar a luta por direitos dos brasileiros, também em tornar visível a existência do conflito entre guerrilheiros e militares no interior da floresta amazônica, que era assunto proibido pela censura.

Segundo Peruzzo, “a comunicação alternativa se baliza por uma proposição diferente: pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos em comparação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora” (PERUZZO, 2009, p.132). A autora, ao destacar a imprensa alternativa do período da ditadura informa que a mesma se diferenciava pelo foco que dava ao seu conteúdo e pelo seu processo de produção, uma vez que funcionava em grande parte das vezes de forma clandestina, com poucos recursos financeiros e sob forte vigilância dos órgãos de segurança do governo militar. Bernardo Kucinski, por sua vez em “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa” fala sobre o modo como o poder instituído tratava estes jornais:

O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia. Em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela ideologia da guerra fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos (KUSINSKI, 2003, p. 14).

Sendo os objetos desta pesquisa meios de comunicação alternativos, buscamos perceber a comunicação e seu papel político e social, que aqui desponta como forma de luta e resistência ao regime vigente, que despojara a sociedade do direito de manifestar-se de forma livre. Para isso tomamos como norteadores alguns princípios teóricos. Vera França, ao conceituar o termo comunicação, afirma:

Em suma a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos e interlocutores, realizados através de uma materialidade simbólica da produção de discursos e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos (FRANÇA, 2001, p. 14).

A comunicação aqui aparece relacionada não só a história, como também com o seu contexto social, o qual influencia seu desenvolvimento, para o que Morin (2003) convencionou chamar de pensamento complexo, e para o qual estabeleceu a primeira formulação científica, apresentando-o como um paradigma integrador. Segundo o autor, este deveria se construir como uma forma global de perceber e compreender a realidade física e social, na qual o todo e as partes devem ser compreendidos de forma integrada, destacando que um fato sempre está ligado a seu contexto, a um dado tempo ou realidade e, somente quando relacionado a estes, poderá ser compreendido em sua plenitude. Nesse sentido, afirma Morin:

Ora, o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar (MORIN, 2003, p. 15).

Os Estudos Culturais, por sua vez, a compreendem também como um processo coletivo. A comunicação é considerada por Raymond Williams como sempre relacionada ao seu contexto sócio-cultural, um fenômeno da modernidade. Uma vez que nesta época, as instituições de comunicação passam a ocupar destaque na sociedade, vemos ainda estes meios de comunicação como lugares da memória. Tal qual proposto por Pierre Nora, com um local, material ou não no qual está depositada a memória, e que para assim ser considerado precisa ter algo que o transcende, significados que se desdobram e extravasam o que pode ser observado em sua superfície. Estes lugares são, segundo o autor, passíveis de ressignificações sendo a percepção que se tem deles relacionadas à percepção individual que, quando compartilhada, faz-se coletiva e logo comunicacional.

3 - PERCURSO METODOLÓGICO: A BUSCA PELA GUERRILHA DO ARAGUAIA NA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA

No dia 31 de março de 2014⁶⁶, sob a lei de número 7.802, foi instituída a Comissão Estadual da Verdade e Memória, no Pará. Um seminário aberto ao público, tendo como tema a ditadura militar na região amazônica, deu início a seus trabalhos e realizou-se entre os dias 1 e 3 de abril, do mesmo ano, na cidade de Belém. O particular interesse por assuntos referentes a este período levou-nos a acompanhar o evento, e o ensejo em colaborar com os trabalhos da Comissão fez-nos buscar um de seus membros a fim de solicitar participação nas reuniões de trabalho que dar-se-iam à partir daquele momento. Por incompatibilidade de horários, não nos foi possível estar presente nestes encontros. Ainda assim, o contato foi mantido e, ao acompanhar o trabalho do pesquisador Paulo Fonteles Filho, chegou ao nosso conhecimento a publicação do semanário francês *Politique Hebdo* (1970-1978/1982), que abordava o movimento guerrilheiro que acontecera na região do Araguaia, sudeste do Pará.

Em paralelo, a proximidade com a academia e logo com o projeto Mídias Alternativas na Amazônia levou-nos a considerar a dita publicação, com informações sobre a Guerrilha do Araguaia, como um interessante objeto de pesquisa a ser estudado, uma vez que poucas foram as publicações que informaram sobre o conflito durante aquele conturbado período. A pesquisa sobre o semanário aguçou o interesse pelo assunto e pelo modo como era percebido e divulgado por este jornal. Logo partimos em busca de outros meios de comunicação que pudessem ter também publicado informações sobre o evento, não sem antes delimitarmos o período ao qual se debruçaria a pesquisa. Nesse contexto entendemos que a década de 1970 nos poderia ser a mais frutífera uma vez que, durante esses anos, além de acontecerem os enfrentamentos por parte do Exército ao foco guerrilheiro, foi também a época na qual o Brasil passou pela mais dura repressão e censura, instauradas pelo Regime Militar vigente, fato que fez com que pouco fosse explanado sobre o tema na imprensa brasileira.

Logo passamos a desenvolver, em paralelo, a busca por outros meios de comunicação que tivessem publicado notícias sobre a Guerrilha e, como alicerce para este estudo, uma revisão bibliográfica sobre meios de comunicação alternativos, a Guerrilha do Araguaia e assuntos afins, como a história do século XX e particularmente a do Brasil, de modo que pudessemos compreender como operavam estas mídias e ainda acercar-nos deste levante armado e do contexto histórico e social no qual esteve inserido.

⁶⁶ Data simbólica na qual foi deflagrado, no ano de 1964, o golpe militar no Brasil

O processo de localização de novos objetos, que junto ao semanário francês pudessem constituir o *corpus* desta dissertação, aconteceu inicialmente através da procura na internet, em buscadores simples, repositórios acadêmicos e institucionais. Neste percurso detectamos grande parte de nossos objetos de pesquisa, todos meios de comunicação alternativos e que publicaram matérias sobre a Guerrilha, no período demandado. Dentre estes o jornal francês *Libération* (1973), do qual mais tarde adquirimos um exemplar através de um site internacional de compras, junto a outros recortes de matérias sobre a ditadura militar brasileira, o *A Classe Operária* (1925), que pesquisamos no repositório digital da Fundação Maurício Grabois, o jornal gaúcho *Coojornal* (1976-1983), que teve a matéria sobre a Guerrilha publicada no livro “Coojornal, um jornal de jornalistas sob o regime militar”. O jornal *Resistência* (1978-1983) foi localizado na biblioteca do Museu da UFPa. A pesquisa bibliográfica levou-nos a ter conhecimento sobre a existência de *O Araguaia* (1974-1975), sobre os quais havia pouca informação disponível e, com o qual nos defrontamos (com uma cópia) sob posse da ex-guerrilheira Criméia Alice, que nos cedeu para que fosse reproduzido e aqui estudado. O dossiê Cisa, com as transcrições da rádio *Tirana*, foi por sua vez localizado durante viagem de campo, após comentários de um dos integrantes da Caravana do Araguaia sobre o mesmo.

A necessidade de conhecer o *locus* onde ocorreu o movimento guerrilheiro, bem como personagens que o protagonizaram de forma direta ou indireta, coincidiu com o evento e logo possibilitou-nos acompanhar a Caravana no Araguaia, uma iniciativa da Comissão da Verdade (do Pará), que deslocou-se até a região do Araguaia, mais precisamente às cidades de Marabá, Palestina do Pará e São Geraldo do Araguaia, entre os dias 14 a 19 de novembro de 2015, e que tinha como objetivo colher depoimentos de camponeses, indígenas, ex-mateiros e ex-soldados envolvidos no episódio. Tendo como objetivo primeiro acompanhar os trabalhos da Comissão e perceber a região, sua geografia, contexto social e reminiscências da Guerrilha, que ali se fazem presentes, acabamos também por participar efetivamente dos trabalhos, atuando como cinegrafista em uma das equipes responsáveis pela colheita de depoimentos. O esforço de estar ali presente foi ainda mais frutífero à pesquisa do que poderíamos ter imaginado uma vez que, através de conversa informal, tomamos conhecimento da existência do repositório Armazém Memória, e ainda que neste havia documentos relacionados a rádio *Tirana* que versavam sobre o movimento guerrilheiro.

O passo seguinte foi o de nos debruçarmos sobre o acervo deste repositório a fim de localizar a dita documentação que, por sua vez e para nossa surpresa, apesar de ter em sua capa a indicação de que conteria apenas a transcrição de uma única transmissão da emissora, em seu interior encontravam-se transcrições não só do monitoramento da rádio *Tirana*, mas também

de outras emissoras que haviam divulgado conteúdo considerado como subversivo, e/ou inadequado pelo Governo Militar Brasileiro. O levantamento e a análise deste material fizeram-nos saber que mais um jornal havia discorrido sobre a Guerrilha, o *Frente Brasileño de Informaciones* (1968-1973), produzido por brasileiros ligados ao *Comité de Denuncias de la Represion em Brasil*.

Aguçados por mais informações sobre este veículo, partimos à sua busca e localizamos, na plataforma virtual do Centro de Documentação e Memória da Universidade de São Paulo (Cedem/Unesp), registro sobre a existência de exemplares do *Frente Brasileño de Informaciones* em seu acervo físico, o que nos fez deslocar-nos à cidade de São Paulo, a fim de trabalhar neste fundo. Ao longo da pesquisa em muitas de suas edições foi possível identificar, inclusive, a de novembro de 1972, que havia sido reproduzida pela rádio albanesa tornando-se esta, de pronto, mais um de nossos objetos de pesquisa.

Aproveitamos este mesmo deslocamento para entrevistar duas pessoas que consideramos importantes no sentido de nos possibilitar apreender um outro olhar sobre a Guerrilha e a produção de jornais alternativos: as irmãs Criméia Alice de Almeida Smith e Amelinha Teles. A primeira foi guerrilheira no Araguaia e de lá saiu por estar grávida, ficando então encarregada de restabelecer a comunicação dos guerrilheiros com o Partido Comunista do Brasil, e a segunda esteve responsável pela produção do jornal *A Classe Operária*, junto com seu marido César Teles. Foram realizadas entrevistas abertas e registradas através de vídeos⁶⁷. A entrevista com Criméia Alice nos revelaria uma grata surpresa, já que a mesma possuía, junto à outros documentos sobre o conflito, cópias do jornal *O Araguaia* (1974-1975), as quais nos cedeu para que reproduzíssemos e que, por sua vez, se tornaram também objetos deste estudo.

Definimos então a metodologia a ser utilizada para o desvelo dos objetos aqui elencados, optando pela realização de uma análise qualitativa dos mesmos e utilizando, para isso, as técnicas de análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin (1977), que permitem ao pesquisador adaptá-las de acordo com o objeto pesquisado, a fim de alcançar para além do que o objeto denota a partir do estudo de seus significantes e significados. A análise de conteúdo utiliza-se da inferência de conhecimentos ou dedução lógica feita levando em consideração as causas ou antecedentes, e os efeitos ou consequências da mensagem, Bardin explicita que:

⁶⁷ As entrevistas foram decupadas e encontram-se disponíveis no Anexo deste trabalho.

A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (qualitativos ou não). O analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os documentos que pode descobrir ou suscitar. (BARDIN,1977, p. 38-39).

Desenvolvemos ainda ampla pesquisa documental em repositórios eletrônicos de diversas instituições, entre as quais destaca-se o *Armazém Memória*, por disponibilizar em um só sítio eletrônico o acesso à repositórios de várias instituições. Através destes documentos nos foi possível deslumbrar o discurso oficial do Governo sobre o comunismo, as organizações de esquerda, os conflitos agrários e também sobre os meios de comunicação que por este vinham sendo monitorados.

Após uma pré-análise do material levantado, passamos ao seu tratamento e sistematização, momento em que foram elaboradas planilhas específicas. No caso da rádio *Tirana* tornou-se necessário estudar todo o material de modo a ser possível elencar e selecionar as matérias que tratavam da Guerrilha do Araguaia, fato que nos permitiu ver que esta rádio replicava conteúdos de outros meios de comunicação. Relacionamos também, deste modo, as edições do jornal *Resistência* disponíveis no acervo do Museu da UFPa, a fim de percebermos quais destas tratavam da Guerrilha e nos serviriam à pesquisa. Por fim, elaboramos uma nova tabela já com os meios de informação selecionados para o estudo, contendo informações básicas acerca dos mesmos e do conteúdo neles pesquisado.

A análise de conteúdo que parte da descrição, tratamento e análise de um determinado corpus, busca “ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda” (MINAYO, 2006, p. 307 apud GOMES, 2008, p. 84).

Compreendemos que o pesquisador qualitativo deve ter consciência de seu envolvimento com o objeto estudado e saber manter o devido cuidado para que suas convicções prévias não se exacerbem sobre o estudo. Buscamos ainda fazer do percurso da pesquisa um caminho aberto, de modo a ser este suscetível às mudanças, em vias de abraçar objetos e possibilidades que se apresentassem em seu transcurso.

Por fim, partimos para a análise dos conteúdos dos objetos previamente selecionados a partir de inferências, tal qual proposto pelo método de pesquisa aqui pretendido. Este processo levou-nos não à conclusões, mas à considerações finais acerca deles, uma vez que entendemos a pesquisa como um processo livre, passível de atualizações e ressignificações.

3.1 - A rádio *Tirana*: em ondas curtas da Albânia para o Brasil

Tirana (Imagem 26) é não só o nome da rádio estatal albanesa, como também de sua capital, localizada no continente europeu, mais precisamente na Península Balcânica. A Albânia tornou-se comunista após a desocupação nazista que ocorreu ao fim da Segunda Guerra Mundial (1938-1945). Durante este período os focos de resistência se fortaleceram e, ao fim da guerra, os guerrilheiros comunistas chegaram ao poder sob o comando de Enver Hoxna, que passou a governar o país (MIRANDA, 1999). Neste período passa a chamar-se República Popular da Albânia e agrega uma estrela, símbolo do comunismo, à sua bandeira. A rádio *Tirana* iniciou suas transmissões em novembro de 1938 e foi a primeira a ser inaugurada naquele país. Ficou conhecida por oferecer programação em ondas curtas⁶⁸, direcionada à diversos países, entre as décadas de 1960 e 1980. Seu conteúdo continha propaganda Marxista-Lenista (ELSIE, 2010).

O dexista Wilson Rodrigues lembra que entre os anos 70 e 80: ‘Os programas da Rádio Tirana, e a Central de Moscou, eram temas para os comunistas apaixonados que diariamente se sentavam na porta da oficina ao entardecer. Às vezes eu parava o meu serviço para trocar umas ideias com eles [...]’.
(ARGOLO, 2011, p. 81)

Argolo (2011) aponta ainda que, em 1972, a *Tirana* utilizou a bandeira da Albânia, em sua QSL⁶⁹, com uma foice, uma arma e uma estrela símbolo do comunismo. Segundo Austin (2009), os investimentos chineses permitiram o crescimento nas transmissões direcionadas ao exterior durante a década de 1960, levando a *Tirana* a transmitir em mais de vinte línguas estrangeiras até a década de 1990.

A Albânia transmitiu mais programas em línguas estrangeiras do que qualquer outro país comunista, com exceção da União Soviética e China. A mesma mensagem polêmica irradiada a Europa, África, Ásia, América do Norte e América Latina e tão longe quanto a Nova Zelândia (AUSTIN, 2009, p. 175)⁷⁰.

O jornalista e escritor espanhol José Catalán Deus discorre sobre o período em que viveu na rádio *Tirana*. Esclarece que fazia parte do Partido Comunista Espanhol quando, em 1974, foi enviado à *Tirana* com sua esposa, ambos como convidados do governo albanês pra trabalhar na rádio. Ele, como encarregado das emissões em língua espanhola além de dar aulas de

⁶⁸ As transmissões em ondas curtas, que acontecem em comprimentos de ondas entre 10 e 100 metros, são eficientes formas de radiodifusão sonora em longas distâncias, acessíveis através de aparatos simples. Cf. OLIVER, 2003, p.10.

⁶⁹ Confirmações que o ouvinte recebia da rádio, com uma certificação que a teria escutado, que vinha com data, hora e frequência e era enviado via correio.

⁷⁰ Tradução nossa.

espanhol, e ela como supervisora de traduções. Relata ainda que o departamento de línguas estrangeiras era bem grande:

Havia indonésios, neozelandeses, brasileiros (como, por exemplo, Bernardo Joffily, único tradutor em português das obras de Ismail Kadaré), gente de toda a Europa. Acredito que umas três ou quatro dúzias de estrangeiros. Calculo que pelo menos uma centena de pessoas trabalhavam ali (DEUS, 2014)⁷¹.

A rádio *Tirana* transmitiu em ondas curtas para o Brasil por cerca de vinte anos. Para tanto, casais de brasileiros trabalharam na rádio. O primeiro deles teria chegado à *Tirana* no ano de 1968 e as transmissões em português se encerrado em 1990. Bernardo Joffily, jornalista brasileiro que viveu na Albânia de 1974 a 1979, estima que vinte e quatro casais ligados ao PCdoB tenham passado por lá neste período (MOURÃO, 2009). Joffily chegou à *Tirana* com sua esposa após receber do PCdoB, como tarefa, ir trabalhar na rádio de mesmo nome.

Tinha eu 23 anos de idade quando iniciei, em 1974 – com a mulher e a filha de oito meses –, uma temporada de cinco anos na Albânia, como radialista na transmissão de ondas curtas para o Brasil. Por aqui corriam os tempos do general Garrastazú Medici, e quero crer que a rádio teve seu mérito ao falar aos brasileiros de temas proibidos como a Guerrilha do Araguaia (JOFFILY, 2010)⁷².

Sobre a rotina na rádio relataram Bernardo e Olívia Joffily, em entrevista ao programa “Resistir é preciso”⁷³, uma produção da Empresa Brasileira de Comunicação. O casal lembra que diariamente traduzia, locutava, escrevia e fazia escuta à noite de várias rádios, entre as quais estavam a BBC, a Suécia, a Moscou e a Pekin. Parte do ano conseguiam escutar o Brasil e recebiam também notícias de pessoas que chegavam à Europa. No ano de 1974 eram dois programas de uma hora, divididos em uma parte mais curta e inicial, feita por eles sobre o Brasil e outra, que era internacional e sobre a Albânia. No que se refere ao Brasil era um comentário e uma notícia, sempre apresentados por um homem e uma mulher, dois casais de locutores nativos, que mudavam de tempos em tempos, sendo a parte internacional por eles traduzida⁷⁴.

⁷¹ Tradução nossa.

⁷² Relato na série “Resistir é preciso”. Ver Nota 15.

⁷³ Série em dez episódios sobre a imprensa brasileira, em seu percurso de resistência à ditadura militar. Uma produção em parceria da TV Brasil e do Instituto Wladimir Hergoz que foi ao ar a partir de março de 2014 pela TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=moEXdzGj39s>. Acessado em: 23/01/2016.

⁷⁴ Entrevista de Bernardo Joffily e Olívia Rangel Joffily ao programa “Resistir é preciso”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=moEXdzGj39s>. Acesso em 15/12/2015. Na ocasião, o casal relata que, em 1972, fora convocado a uma nova tarefa e esperava ser recrutado à luta armada no Araguaia. Mas para sua surpresa fora orientado para ir à Albânia, trabalhar na rádio *Tirana*.

É importante destacar que o noticiário da rádio *Tirana* é citado e comentado inúmeras vezes por Maurício Grabois⁷⁵, um dos líderes do Pcdob, a época, e um dos comandantes das Forças Guerrilheiras do Araguaia, em seu diário escrito enquanto esteve combatendo na selva, e que compreende o período de 30 de Abril de 1972 a 24 de Dezembro de 1974.

Em 1º de maio de 1972, Grabois registra em seu diário: “à noite ouvimos a rádio da Albânia, que nos relata as comemorações das festas dos trabalhadores naquele país e desmascara o governo dos generais” (GRABOIS, 1973, p.3). No dia 7 do mesmo mês, o comandante demonstra preocupação quanto ao silenciamento dos meios de comunicação sobre o conflito e questiona-se sobre o partido ter ou não conhecimento sobre o início dos combates. Já a primeira referência às notícias da Guerrilha do Araguaia na rádio *Tirana* acontece em 20/05/1972.

Ontem à noite a rádio *Tirana* deu uma breve notícia de nossa luta. Rompeu-se a cortina de silêncio que se estendia sobre os nossos combatentes. Temos impressão que a notícia não teria sido enviada pelo P⁷⁶, mas que se infiltrou através de uma agência telegráfica estrangeira (GRABOIS, 1973, p. 6).

Estes registros indicam que Grabois e os guerrilheiros acompanhavam com atenção as notícias divulgadas pela rádio *Tirana*. Mesmo isolados em meio à mata, o grupo de guerrilheiros contava com um importante elo com o mundo exterior - um aparelho de rádio. Este meio lhes permitia saber o que acontecia fora dali, bem como a repercussão que o movimento alcançara, inclusive internacionalmente, através de noticiários em emissoras transmitidas desde o alémar, entre elas as rádios *Pekin*, *Cuba* e *Tirana*⁷⁷.

Este documento nos permite evidenciar a importância dessas emissões para o movimento guerrilheiro. O noticiário da rádio *Tirana*, livre da censura brasileira, trazia assuntos que seriam proibidos à imprensa nacional e críticas ao regime instaurado no Brasil. Replicava conteúdo de outros veículos, entre eles de *A Classe Operária*, jornal oficial do PCdoB.

Artigos de *A Classe Operária* eram divulgados pela rádio *Tirana*, da Albânia, onde alguns comunistas brasileiros se refugiaram da repressão sofrida no Brasil. Por outro lado, as edições de *A Classe*, nos anos 70, traziam pequenos anúncios chamando os leitores a sintonizarem a rádio (MOURÃO, 2009, p. 4).

⁷⁵ Maurício Grabois foi um dos líderes do Partido Comunista do Brasil e também considerado Comandante-mor da Guerrilha do Araguaia, fazendo parte da Comissão Militar. Até hoje seus restos mortais estão desaparecidos.

⁷⁶ Em seu diário, Maurício Grabois se remete ao PCdoB utilizando a abreviação “P”.

⁷⁷ Maurício Grabois, em seu diário escrito enquanto esteve na floresta, remete-se em várias passagens às referidas rádios.

Essa era uma das estratégias do PCdoB: divulgar conteúdo através de outros meios de comunicação alternativos, incluindo emissoras de outros países como as rádios *Tirana* e *Pekin*, não ficando assim restrito ao público que tinha acesso à *A Classe Operária*, à época na clandestinidade (MOURÃO, 2009), e tampouco às amarras da censura, buscando ampliar seu público e poder de contestação.

O dossiê que nos permite o estudo (Imagem 26) das transmissões da rádio *Tirana* apresenta um total de cento e vinte e três transcrições, das quais vinte e quatro citam o movimento guerrilheiro do Araguaia. O cabeçalho, no canto superior esquerdo da página, mostra a origem do documento, que pertence ao Ministério da Aeronáutica, Comando Geral de Apoio, Comando da 3ª Zona Aérea, Divisão de Informação e Segurança. Abaixo estão elencados e numerados: 1 - Assunto: Transmissões radiofônicas do exterior para o Brasil; 2 - Difusão: CISA⁷⁸/BR; 3 - Difusão Ant: ++++⁷⁹; 4 - Anexos: Três dossiês de transmissões ouvidas do exterior. No canto superior direito da página estão dois carimbos, um circular confirmando a origem do documento e o segundo, sobre o primeiro, dando conta da data do mesmo, 12 de abril de 1973. Abaixo, na parte central, encontra-se a identificação “encaminhamento No. 032 /DIS-COMZAE⁸⁰ 3” e o seguinte dizer: “A DIS-3 recebeu de informante e encaminha para análise e providências de órgão, os relatos transmitidos pela Rádio Tirana, da República da Albânia, feitos especialmente para o Brasil, diariamente nos horários de 20:00 e 22:00 hs (Horário de Brasília)”. Na parte central, no alto e também embaixo da página destaca-se o carimbo CONFIDENCIAL. A página dois é datilografada, no topo, sublinhados estão COMZAE TRES –DIS.3, GRAVAÇÃO DA RÁDIO TIRANA (dia 1.ABR.73), seguido das informações “REPÚBLICA DA ALBÂNIA, que transmite diariamente para o Brasil às 20:00 e 22:00 hs, horário de Brasília, em ondas curtas de 31 e 42 metros”.

Cabe aqui ressaltar que, apesar de constar na capa do documento que este teria em seu anexo três dossiês de transcrições, parece que outros foram anexados à pasta. Após levantamento dos dados concluímos que o referido dossiê contém cento e treze transcrições, sendo a maioria delas da rádio *Tirana*, mas existem também das rádios *Havana*, *Pekin*, *Emissora Paz e Progresso* (URSS) e Rádio Chilena, voz da representação social da Albânia. Destas, as vinte e três que abordam a guerrilha do Araguaia, foram transmitidas pela *Tirana*.

A primeira, datada de 01 de Abril de 1973, apresenta-se como a mais completa do dossiê, o que nos possibilita conhecer sua estrutura. Nas demais datas apenas as notícias

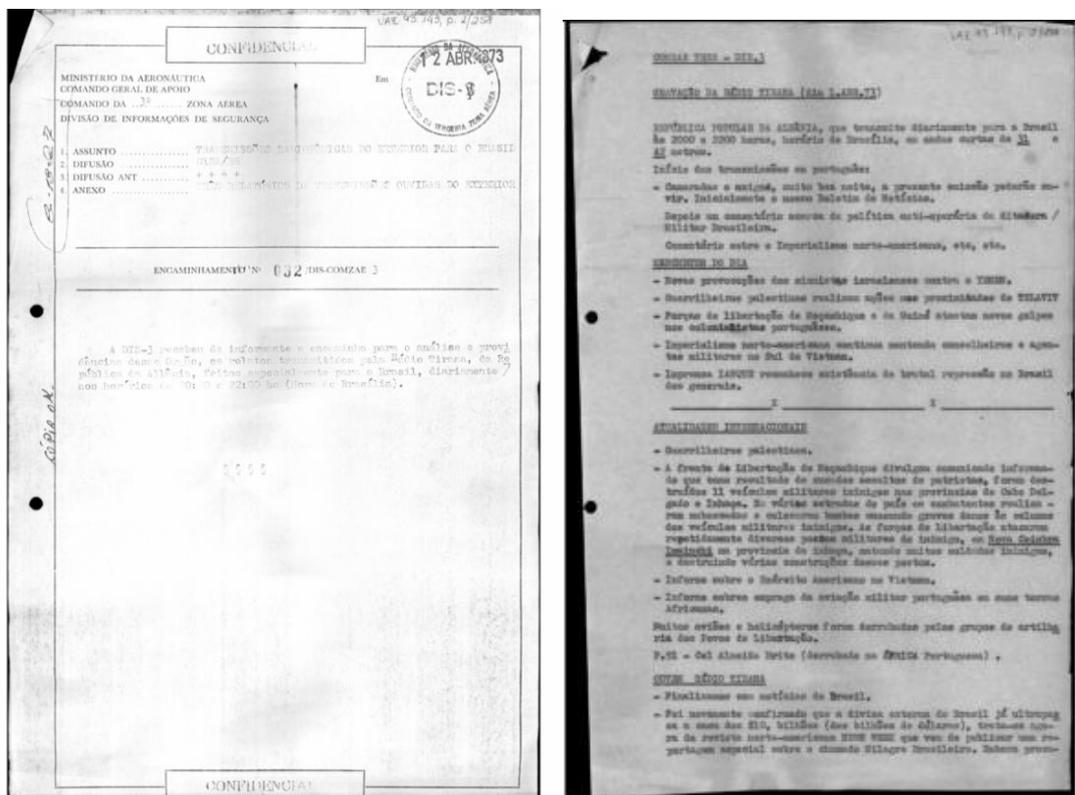
⁷⁸ Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.

⁷⁹ Reproduzido tal qual consta no referido dossiê.

⁸⁰ Divisão de Informação e Segurança, ligada ao Comando da 3ª Zona Aérea, Ministério da Aeronáutica.

relacionadas ao Brasil foram transcritas. Esta tem início com a saudação do locutor a seus ouvintes: “Camaradas e amigos, muito boa noite, a presente emissão poderão ouvir. Inicialmente o nosso Boletim de Notícias⁸¹”, e segue com as manchetes do dia e logo as atualidades internacionais. O bloco dedicado ao noticiário brasileiro, além de repercutir matéria de uma revista americana sobre o Brasil, dando ênfase aos problemas financeiros e crescimento da dívida externa do país, noticia também o primeiro ano da Guerrilha do Araguaia a partir de um Boletim da Frente Brasileira de Informações (FBI), publicado no Chile pelo Comitê Denúncias da Repressão Brasil e que tem o título “Camponeses lutam no Norte”.

Imagem 26: Capa e página 1 do Dossiê CISA de 12/04/1973



Fonte: Disponível em: Arquivo Nacional – 0173_04_12-BR_AN_BSB_VAZ_043_143 2.6799!

O locutor inicialmente apresenta o tema ao espectador, dizendo tratar-se de uma notícia de destaque no referido Boletim, passa a informar que este começa com um comentário do veículo e conclui com parte da proclamação das Forças Guerrilheiras do Araguaia, seguindo então para sua a leitura:

⁸¹ Rádio *Tirana*, 1973. Cf. Comando da 3ª Zona Aérea (COMZAE-3). Encaminhamento nº 032/ DIS-COMZAE-3. 12/04/1973 71. Acervo do CISA no AN.

Apesar da censura da Imprensa Brasileira, são cada vez mais frequentes as notícias sobre choques armados na região do Rio Araguaia, choques de camponeses revolucionários contra forças da ditadura na região, no norte do Brasil. Uma recente proclamação do Comando Guerrilheiro do Araguaia lançou completa luz sobre os acontecimentos até agora pouco conhecidos (Dossiê CISA, 1973, p. 2).

Vale perceber que os guerrilheiros são chamados, logo na introdução deste Boletim, de “camponeses revolucionários”, denominação que chama atenção ao posicionamento contra-hegemônico do veículo, uma vez que os apoiadores do *status quo* usavam o termo “terroristas” para se referir ao grupo. A censura à imprensa também aparece com destaque no início do texto.

O boletim da FBI parece narrar fatos da Guerrilha à partir da reportagem publicada, ainda em setembro de 1972, no jornal *O Estado de São Paulo*, citando o aumento do número de efetivos das Forças Armadas, na região. Pode-se inferir que as informações sobre o acontecimento eram vagas, dada a escolha do Boletim ter como fonte de informação uma matéria veiculada cerca de sete meses antes, pela imprensa brasileira. Mesmo os locutores da rádio, estando ligados aos PCdoB, não tinham conhecimento sobre o andamento do conflito. Também é ressaltado o apoio da população local aos “camponeses revolucionários”, bem como a proximidade do local do confronto à capital do país. O Boletim fala de uma rede de apoio e informação com a qual podiam contar os revolucionários. A morte do guerrilheiro Daniel e também baixas nas forças da repressão são citadas.

Em seguida, após o fim da leitura do boletim da FBI, o locutor introduz, lê e comenta matéria publicada na revista americana *Newsweek* que, segundo a *Tirana*, apesar de exaltar o chamado “milagre econômico”, criticava o Regime Militar Brasileiro. São citadas pela revista americana as violações de direitos humanos ocorridas no Brasil, com ênfase às torturas. A publicação aborda ainda a ferrenha repressão aos movimentos de oposição ao governo, entre eles o movimento estudantil. Coloca o Congresso Nacional brasileiro como subserviente e, por fim, afirma: “Como era de se prever, também a imprensa sentiu as mãos pesadas dos generais”. Diz ainda que certos redatores ouvem notícias pela primeira vez, quando recebem as ordens dos censores para não as publicar (Dossiê CISA, 1973, p.4). Após o que, o locutor anuncia o fim do noticiário.

A *Tirana* cita como fonte de trecho do boletim de 11 de abril de 1973, o jornal “*Lo Pensar*”, órgão do comitê central da Vanguarda Comunista da Argentina. Segundo a *Tirana* o periódico publicara, em data recente, uma matéria sobre a Guerrilha do Araguaia intitulada “Resistência armada no Brasil”, explicando seu surgimento e desenvolvimento, além de incluir um mapa da região e colocando-a como uma luta legítima do povo contra uma ditadura fascista.

O informe termina com a seguinte passagem: “...esta resistência armada pode ser um exemplo do caminho da luta revolucionária do povo brasileiro, o caminho para terminar com a obscura hora do fascismo que o povo irmão vem sofrendo” (Dossiê CISA, 1973, p.107-108). O trecho esclarece o posicionamento do citado veículo, uma vez que este critica, de forma contundente, o Governo brasileiro quando o identifica como um modelo ditatorial fascista.

O próximo boletim, de 15 de Abril de 1973, informa que cerca de cem mil pessoas trabalham com a derrubada de árvores na Amazônia e que metade destas estaria ligada à projetos de formação de pastagens, geridos pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. O locutor enumera as penúrias pelas quais passavam estes trabalhadores como o não recebimento de salários, pagamento em mantimentos, situações adversas na floresta, cobrança de preços abusivos em barracões, deixando claro que eram explorados pelos seus contratantes, detentores de poder e capital. Faz ainda críticas ao Governo por sua atuação em relação à Amazônia:

Esta pretensa integração por sua vez, tem como parte importante a entrega de concessões a grandes companhias, para exploração da madeira, ou para instalações de grandes fazendas de criação de gado, com a conseqüente intensificação da exploração e das arbitrariedades contra os trabalhadores (Dossiê CISA, 1973, p. 105-106).

Em seguida o locutor narra que os trabalhadores explorados podem contar com a ULDP, União Democrática pela Liberdade dos Povos, recém-criada organização que objetivava “unir e organizar todo o povo pobre desta vasta área, para lutar por seus direitos” (Dossiê CISA, 1973, p.106).

Em 18 de abril de 1973, o locutor anuncia que o *Jornal Classê*, órgão do Partido Comunista Marxista Leninista da Bélgica, publicara partes da proclamação da ULDP e relata os estados onde esta atuava. “O jornal dos extremistas belgas assinala em particular, que nestas regiões as terras pertencem a uma minoria, que com ajuda da polícia, arrebatava as terras aos camponeses pobres” (Dossiê CISA, 1973, p.100). Deste ponto o locutor segue discorrendo sobre as péssimas condições de trabalho e exploração às quais estavam submetidos os camponeses que habitavam a já citada região, que vinham sendo expulsos de suas terras, vendiam suas produções a preços baixos e muitas vezes sequer recebiam salários. A proclamação da ULDP, por sua vez, reivindicava melhorias de vida à população do interior do Brasil.

A transmissão datada de 27 de Abril de 1973 traz, além de outros assuntos, um artigo do jornal *Le Humanité Rouge*, órgão francês de estudos marxistas lenistas, publicado em alusão ao primeiro ano do movimento guerrilheiro do Araguaia. O locutor, mais uma vez, apresenta a

matéria “Brasil, um ano de luta armada contra a ditadura fascista”, e logo passa a leitura de um trecho: “O ano de 1972, foi marcado por um acontecimento capital, o início da luta armada no Estado do Pará. Os guerrilheiros por duas vezes fizeram frente valentemente a dez mil soldados fascistas, apoiados pela aviação, que tentavam cercá-los”. Elenca como vitórias da guerrilha a resistência aos ataques das Forças Armadas e a quebra do silenciamento imposto pelo Governo Militar ao assunto. “Aconselhada por seus patrões de Washington, a ditadura temia que o exemplo do Araguaia se propagasse por todo o Brasil” (Dossiê CISA, p.134), e o prestígio que pudesse alcançar junto ao povo brasileiro. Interessante observar que este mesmo artigo foi também replicado de forma ampliada em outra oportunidade pela rádio *Tirana*, mais precisamente em 11 de Maio de 1973.

O programa transmitido no dia 02 de Maio de 1973 repercute uma notícia da *Agência Nova China*, sobre a Guerrilha do Araguaia: “Os camponeses no estado do Pará prosseguem a luta de guerrilhas contra a cruel exploração, o saque e a perseguição política”. A matéria informa sobre o início dos combates em abril de 1972, localização e motivo do conflito, que teria sido explicitado em carta endereçada “a um deputado federal⁸²”. A agência chinesa cita o semanário britânico *Lex Américan* que, em sua edição de 17 de Novembro de 1972, publicou sobre o envio de cinco mil soldados à região do Araguaia, referindo-se ainda à proximidade da mesma da Capital Federal e do apoio popular ao movimento. O locutor interrompe a leitura e localiza o leitor novamente,

Continuando diz o despacho da Agência Nova China: Informações da *Associated Press*, com data de 1º de janeiro deste ano, procedente o Rio de Janeiro, dizia que os militares brasileiros admitiram em outubro passado, que ao vasculharem a selva, em busca das guerrilhas, as tropas foram atacadas pelos guerrilheiros na cidade de Marabá. A informação aduzia que um folheto fora enviado por correio ao Rio de Janeiro, dava conta que os militares não conseguiram eliminar os guerrilheiros e assinalava que os fatos no sul do Pará não são isolados, mas, faz parte de um protesto de generalização e radicalização de lutas no campo, com as guerrilhas gozando de apoio cada vez maior da população (Dossiê CISA, 1973, p. 96).

Nos primeiros dias do mês de maio de 1973, a rádio *Tirana* informa aos seus ouvintes que irá transmitir, em duas partes, trechos de uma reportagem atribuída ao jornalista Osmar Luiz, sobre os “Os Guerrilheiros do Araguaia”, feita para a Agência Brasileira de Notícias⁸³. A

⁸² O comunicado fora feito para ser amplamente divulgado como propaganda da Guerrilha. Não possuía destinatário certo.

⁸³ A Agência Brasileira de Notícias foi criada pelo Partido Comunista do Brasil para difundir propaganda relacionada ao partido para meios de comunicação no Brasil e exterior, bem como receber informações vindas do exterior, repassar dossiês aos dirigentes do partido e publicar o que fosse de seu interesse. O aparelho onde

primeira parte da matéria foi veiculada no dia 02 de Maio de 1973. O locutor informa que o repórter relata como fez o contato com os guerrilheiros e chegou à floresta, mas não narra estes fatos. Esta matéria traça um panorama da vida dos guerrilheiros na selva, as perdas para ambos os lados durante os combates, abordando também assuntos polêmicos como a tortura sofrida por camponeses que colaboravam ou negociavam com os guerrilheiros, e o fato do exército oferecer recompensas aos populares por sua captura.

Mineirão⁸⁴ citou o caso da prisão de padres e freiras em Palestina, que eu já sabia. Disse que em Araguaçu, um barqueiro conhecido por Bahiano, foi amarrado numa árvore em praça pública e espancado durante dois dias sob acusação de ter negociado com subversivos. A resistência ocorreu em grande parte em consequência de tudo isto (Dossiê CISA, 1973, p.130).

Abusos de autoridade e casos de conivência do poder público com desmandos cometidos pelos detentores do grande capital são citados destacando-se que, após a abertura da Rodovia Transamazônica, os conflitos agrários aumentaram na região, sendo comum a prática da grilagem de terras e expulsão de antigos moradores de suas casas. Percebe-se que, nestas circunstâncias, os guerrilheiros aparecem também como populares que haviam migrado à região anteriormente, e que muitos dos que ali tinham ido “viver” optaram pelo local uma vez que não podiam morar nas cidades, pois eram perseguidos pela repressão. “Para livrar o país da ditadura militar, conquistar a liberdade e assegurar condições para que a nação escolha livremente o seu governo” (Dossiê CISA, 1973, p.131).

Após a entrevista com Osvaldão, o repórter discorre que, ao chegar outro grupo, encontrara uma conhecida, de nome Helenira⁸⁵, a qual lhe relata as perseguições que sofreu e as mortes de amigos próximos pelas mãos do governo, e que por isso fora para a mata. Fala sobre a prisão de uma companheira, que reagira à cadeia e de outra que teria a cabeça à prêmio.

A segunda parte da matéria, do dia 03 de Maio de 1973, inicia com o relato do convite de Osvaldão ao repórter para que ele fosse conhecer um médico. Partem na suposta manhã seguinte, acompanhados por camponeses da região que discursavam sobre as mazelas e explorações sofridas pelos trabalhadores: grilagem, pragas, doenças, os baixos preços pagos pelos atravessadores, o alto custo dos produtos, tudo isso contribuía para o ingresso na luta

funcionava a agência foi estourado pela repressão em 28/12/1972. Fonte: Entrevista de César Teles, Amelinha Teles e Criméia de Almeida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cLUViNNKVKk>.

⁸⁴ Estava referindo-se a Oswaldo Orlando da Costa, conhecido por Osvaldão. Um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia.

⁸⁵ Helenira Resende de Souza Nazareth, conhecida como Fátima, fora executada, segundo o arquivo do Major Curió, em 29 de Setembro de 1972. O dossiê Arroyo aponta a mesma data de morte. Outros pesquisadores apontam que Helenira morreu neste mesmo mês, cerca de oito meses antes de esta matéria ser veiculada.

armada. “O jeito é a gente sumir e lutar. Gritar contra isto é bom. Mas o grito não vai muito longe. Tiro sim. Seu zumbido chega até em Brasília. E lá vem o general correndo, distribuir o remedinho para os pobres” (Dossiê CISA, 1973, p.124). Relata ainda a história de um moço de nome Quelé, que fora baleado em combate, amarrado ao lombo de um cavalo e levado assim para a cidade de Xambioá, deixando um rastro de sangue em seu caminho. Logo o repórter descreve o encontro com o médico, suas características físicas e psicológicas. Identificado como Dr. João Carlos⁸⁶, gaúcho de São Leopoldo, conta que fora para o interior seguindo aspirações da juventude, mas que fora perseguido pelo regime e decidira migrar para a região do Araguaia. Coloca ainda que muitos outros profissionais e estudantes se deslocaram para a região à unir-se aos camponeses. Sobre o fato de serem chamados de “terroristas”, o entrevistado responde: “Os verdadeiros terroristas no Brasil usam quepes e galões. Os militares instalaram o regime de terror policial como nunca houve na história do país. Ao chamar de terroristas todos que lutam contra a ditadura, querem enganar e confundir o povo” (Dossiê CISA, 1973, p.127). Em 05 de maio de 1973 a rádio divulga, tendo como fonte “Agências internacionais”, problemas sociais brasileiros, entre os quais epidemias, perda de poder aquisitivo, mortes, saúde precária; e no ensejo cita a ULDP que era, segundo a notícia, defendida pelas forças do Araguaia.

Em 09 de Maio de 1973 a transmissão inicia com um factual - a informação sobre a morte de crianças por falta de assistência médica - no que segue é citada a proclamação da UDLP que denuncia à situação de penúria pela qual passavam os mais necessitados e, em seu término, enaltece a luta guerrilheira do Araguaia. “Se tal exemplo se propaga pelo Brasil, todo o governo dos militares será derrubado. O povo brasileiro poderá conquistar dias melhores, solucionando os seus graves problemas, inclusive o da saúde” (Dossiê CISA, 1973, p.66). Esta transmissão inicia com uma questão social e em seu curso chega à Guerrilha, através da ULDP, e fecha a transmissão enaltecendo mais uma vez o movimento, engrandecendo-o e colocando-o como uma solução aos problemas do país.

Por sua vez, a transmissão de 11/05/1975 (Dossiê CISA, 1973, p.28), narra a matéria veiculada pelo Jornal *Humanité Rouge*, órgão oficial do partido comunista Lenista Francês, sob o seguinte título: “Brasil, um ano de luta armada contra a ditadura fascista”. Os locutores seguem a mesma lógica da matéria replicada da FBI, quando primeiro comentam o título e a origem das matérias e logo passam a leitura das mesmas. A matéria comemora o primeiro ano de resistência dos guerrilheiros do Araguaia às tropas a mando da ditadura em vigor no país.

⁸⁶ João Carlos Haas Sobrinho foi morto em 30/09/1972. (Fonte: Relação de Guerrilheiros do PCdoB no Araguaia). Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/multimedia/araguaia/quadro-comparativo-final-registro%20de%20mortes.pdf>.

Os guerrilheiros do Araguaia teriam enfrentado dez mil soldados e logrado outro grande êxito, que seria o de furar o bloqueio militar e ter notícias sobre o conflito veiculadas pelas imprensas nacional e internacional.

Advertidos e aconselhados por seus patrões de Washington, os generais brasileiros temiam, acima de tudo que o exemplo do Araguaia se propagasse em todo o Brasil. Mas jornalistas honestos difundiram por todo o país o desencadeamento da luta armada... Hoje a luta dos guerrilheiros do Araguaia é conhecida em todo o Brasil e goza de um prestígio cada vez maior entre o povo (Dossiê CISA, 1973, p. 28).

Este boletim comenta o início das lutas armadas no período correto, mas afirma que os camponeses adentraram a mata após os ataques do Exército. Hoje se sabe que estes não eram simples camponeses e sim guerrilheiros treinados para implementar um movimento de guerrilha naquela região. A publicação fala ainda sobre a luta no Araguaia como um movimento a ser tido como exemplo, e afirma ainda: “Ela mostra ao povo brasileiro o único caminho que lhe permitirá a conquista da liberdade e da independência” (Dossiê CISA, 1973, p.28). A matéria segue com críticas à ditadura militar e logo retorna à temática da Guerrilha, narrando fatos que hoje é sabido não condizem com a realidade da Guerrilha à época. “Os guerrilheiros do Araguaia souberam mobilizar a população de toda a região. Eles procuram o apoio consciente da massa da população da região e de todo o povo brasileiro. E já obtiveram sucesso nesse sentido” (Dossiê CISA, 1973, p.29).

Já à página de número 57 se encontra a transmissão, datada de 25 de Maio de 1973, que se inicia citando o temor da ditadura ante

a consolidação e ampliação da resistência popular, particularmente da luta armada do Araguaia, ponta de lança das lutas brasileiras, pela liberdade, a democracia e a independência nacional. O fato da luta armada do Araguaia já ter completado um ano de resistência, no abril último, lançam os generais no desespero, pois eles têm consciência de que isto é sinal eloquente de que os guerrilheiros contam com o apoio maciço das amplas massas populares da região (Dossiê CISA, 1973, p. 57).

O fracasso das duas primeiras campanhas militares é comentado e logo é anunciada uma nova Operação para a região e algumas das estratégias adotadas, como o amplo cerco ao local, que permitia o controle a zona do conflito, além da construção de infra-estrutura que facilitasse o trabalho das tropas, entre as quais estavam a abertura de novas estradas, aeroportos e de uma Base Militar na região de Aragarças, fronteira com o Mato Grosso, além de cinco Batalhões de Infantaria das Selvas, e de outro quartel e moradias para os oficiais na cidade de Marabá. A censura à guerrilha é citada e comentada:

Como se sabe, de início, a ditadura tentou fazer uma cortina de silêncio em torno da luta. Mas depois, como a notícia chegasse ao conhecimento de todo o povo brasileiro e do mundo, o Governo foi obrigado a liberar algumas matérias para a imprensa, especialmente algumas reportagens do jornal *O Estado de São Paulo*, do jornal *A Tarde* de São Paulo e do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro. Mas agora, tendo em vista o crescente apoio e simpatia do povo brasileiro pelos guerrilheiros, a ditadura ordenou novamente a criação da cortina de silêncio em torno da questão, conforme despacho divulgado recentemente pela própria agência noticiosa norte americana, *Associated Press* (Dossiê CISA, 1973, p. 57).

A informação do envio de novas tropas a região é atribuída a rádio *Tupi*⁸⁷. A matéria cita ainda o aumento da influência da ULDP na região e que, segundo a imprensa internacional, os guerrilheiros teriam ido ao encontro da população de Marabá para explicitar os motivos da luta. Notícia ainda a morte de quatro soldados que teriam sido atingidos por guerrilheiros. Esta matéria enaltece também as supostas conquistas dos guerrilheiros e supervaloriza os fatos.

Entre os assuntos noticiados pela rádio Tirana, em 29 de maio de 1973, está uma manifestação por melhores condições de trabalho no interior do Pará, (Dossiê CISA, 1973, p.78) são citados ainda casos de trabalho escravo em fazendas e a dura situação de mineradores e pescadores, explorados e/ou expulsos de duas terras pelos grandes proprietários. Mais uma vez, vemos após um panorama das mazelas que assolam o trabalhador amazônico, a citação aos propósitos da ULDP:

Por isto, é que naquela região, sofrida e abandonada, onde o povo vive oprimido e explorado, surgiu recentemente a União Pela Liberdade e Direitos do Povo, atuando principalmente nos estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, objetivando unir, e organizar toda a população para lutar pela liberdade pelos seus direitos, e pelo progresso interior (Dossiê CISA, 1973, p. 80).

A rádio informa ainda que a ULDP está crescendo e se fortalecendo, fato que pode ser visto como uma realidade criada por este meio uma vez que, neste período, a guerrilha estaria em declínio. O veículo especula ainda sobre o suposto aceite que o programa teria da população menos favorecida, e dos que “querem o progresso da região e o progresso de toda a nação” (Dossiê CISA, 1973, p.80).

A transmissão de 31 de maio de 1973, por sua vez, cita a Guerrilha do Araguaia a partir do jornal oficial do Partido Comunista Lenista Australiano, *Vander*, que publicara uma nota sobre o movimento guerrilheiro do Pará. Seguindo os modelos anteriores, a matéria é apresentada e logo lida. Sob o título “Luta armada no Brasil”, a publicação trata sobre a luta

⁸⁷ Emissora brasileira de rádio, representante da mídia tradicional, inaugurada em 25 de setembro de 1935, fazendo parte do grupo dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

armada de camponeses no sul do Pará, que começara, segundo a mesma, em outubro de 1972, e cita as tentativas de repressão ordenadas pelo governo (Dossiê CISA, 1973, p.21). Esta nota sobre o movimento guerrilheiro tem a particularidade de falar sobre a luta contra a “exploração e perseguição política”, citando também a “carta a um deputado federal” que foi escrita pelos guerrilheiros e através da qual justificam e explicam os motivos pelos quais optaram pela luta armada. O jornal australiano cita a repressão à guerrilha a partir de uma publicação britânica, de 17 de novembro de 1972. Mais uma vez aparece referência ao apoio que os insurgentes teriam da população local, e agora, segundo nota da agência *Associated Press*, cita que o Exército fora atacado na selva pelos guerrilheiros. Enaltecem ainda que “os acontecimentos no sul do Pará, não são obras isoladas. Eles são parte de um movimento generalizado e de radicalização das lutas no campo. As guerrilhas contam com o apoio crescente da população” (Dossiê CISA, 1973, p.22). Na mesma data, após outras notícias sobre a situação política, econômica e militar brasileiras, está mais uma replicação de matéria publicada pela Frente Brasileira de Informação, desta vez editado na Bélgica. Segundo o locutor, traz notícias sobre a criação de cinco novos batalhões de infantaria na Amazônia. “Preocupada com o desenvolvimento da frente guerrilheira do Araguaia, que não cessou suas atividades há um ano, a ditadura militar decidiu criar cinco novos batalhões de infantaria da Selva, em Marabá, Imperatriz, Altamira, Itaituba e Humaitá”.

O boletim de 02/06/1973 (p.91), direcionado aos ouvintes do Brasil, inicia falando sobre a repercussão da condenação de um policial envolvido em homicídios, nas agências de notícias internacionais. A pequena nota fala ainda que integrantes de esquadrões da morte seguem impunes e são acobertados pelo regime.

A nota seguinte informa sobre um jornal que vinha sendo há pouco tempo publicado no Chile. Inferimos que, segundo os locutores, buscava mostrar o combate à ditadura militar no Brasil e que dera, em seu primeiro número, voz à luta no Araguaia. “O artigo faz um balanço dos fatos desde a resistência armada na região do Araguaia, explica as razões do início das guerrilhas e mostra os fracassos das operações que a ditadura empreendeu para aniquilar os combatentes da selva” (Dossiê CISA, 1973, p.91). Vale destacar que este mesmo boletim da FBI já fora divulgado em outra oportunidade pela rádio *Tirana*.

A transcrição de 03/06/1973 (Dossiê CISA, 1973, p.93) menciona o PCdoB que, desta vez, na figura de seu Comitê Central saúda guerrilheiros e camponeses em decorrência do primeiro ano de resistência no Araguaia, através do jornal *A Classe Operária*, onde as palavras do Comitê se encontram grifadas neste relatório. Após introduzir ao leitor quem seriam os

autores da mensagem e seu conteúdo, o locutor passa a narrar a matéria veiculada no jornal oficial do PCdoB,

Depois de assinalar a importância da luta guerrilheira, o fracasso das operações empreendidas pela ditadura para liquidar os combatentes das selvas, a confiança na do país, a mensagem do comitê central do Partido Comunista do Brasil diz ainda: sabemos que o embate será árduo e prolongado. Para vencer, o povo precisa fazer ingentes esforços e antes de mais nada, unir suas fileiras (Dossiê CISA, 1973, p. 93).

Os locutores seguem reproduzindo a mensagem de *A Classe Operária*, que após incentivar e elencar modos diversos de resistir à ditadura, entre os quais então greves, manifestações, atos públicos e até a luta armada, logo cita novamente a guerrilha: “O exemplo dos combatentes do Araguaia vai chegando a toda parte e há de vir o dia que nos mais distantes rincões do Brasil outros grupos guerrilheiros surgirão” (Dossiê CISA, 1973, p. 93).

Em 02 de julho de 1973 o boletim da rádio inicia denunciando o regime, e logo dá destaque à resistência armada no Araguaia, citando a ULDP e suas ações em prol da população menos favorecida e contra o latifúndio. O locutor reproduz ainda a mensagem do Comitê Central do PCdoB que comemora o primeiro ano da resistência armada no Araguaia. No dia 4 do mesmo mês, o boletim dedicado ao Brasil, entre outros assuntos, ocupa-se em fazer críticas à central de medicamentos e programas de saúde da ditadura, direcionado ao abastecimento das Forças Armadas para distribuição no Araguaia, afirmando que o mesmo tinha como propósito afastar a população dos guerrilheiros que ali estavam.

O boletim de 08 de julho de 1973 fala da Guerrilha enaltecendo a atuação das mulheres no confronto do Araguaia e chamando-as de “Intrépidas Combatentes Pela Liberdade”, e colocando-as como exemplos às mulheres da região. Nesta edição é citado ainda o jornal *A Classe Operária*. No dia seguinte, 09 de julho de 1973 – a rádio *Tirana* informa que irá reproduzir o artigo de João Amazonas, publicado em *A Classe Operária*, que destaca a resistência armada na luta contra a ditadura e coloca a Guerrilha como resposta à política repressiva e social adotada pelo Governo Brasileiro. Ressalta ainda que é tarefa de todos livrar o povo da ditadura militar em curso. Enaltece o primeiro ano de resistência e luta dos guerrilheiros do Araguaia e cita a publicação da Carta a um deputado federal, carta esta que não tinha um destinatário certo, mas sim o objetivo de divulgar os fatos ocorridos e a realidade social da região onde ocorria a Guerrilha. Em 10 de julho do mesmo ano, a *Tirana* comenta que fora feita, por parte do governo brasileiro, denúncia contra quarenta e um elementos acusados de atividades subversivas, entre os quais foram citados Mauricio Grabois, Pedro Ferraz, João Amazonas, Ângelo Arroio; e os já presos no Araguaia, Jose V. Netto e Valquíria Costa.

A transmissão, datada de 20 de Julho de 1973 (Dossiê CISA, 1973, p. 226), inicia informando que a imprensa italiana citou protestos no Brasil, ocorridos em decorrência de torturas à quatro pessoas na região do Araguaia e que o fato estaria ligado à conflitos entre companhias agropecuárias e posseiros. Em seguida, o locutor passa a citar uma reportagem sobre o Brasil, da revista francesa *Le Expansion*. A matéria, que inferimos ter um tom crítico, fala sobre incentivos fiscais à empresas em detrimento de medidas de cunho social como a reforma agrária e ainda dá ênfase à baixa renda per capita e ao alto número de desempregos.

Ainda nesta data, no que parece ser um novo bloco, tem início uma longa matéria que começa citando uma epidemia de gripe no Estado do Pará, e logo uma série de problemas sociais que atingiam a população brasileira, como o aumento no número de casos de câncer, invasão de roedores em vários pontos do país, alto índice de verminose na população rural do estado de São Paulo, e ainda outras mazelas como a falta de atendimento hospitalar básico à população, a alta taxa de mortalidade infantil, o desemprego e a perda do poder aquisitivo. A invasão do capital estrangeiro e o incentivo dado aos grandes proprietários são também duramente criticados. O posicionamento do veículo mostra-se, neste momento, bastante claro, na medida em que estas situações aparecem detalhadas nesta emissão. Logo os locutores citam a Proclamação da ULDP, “O Movimento Popular ‘União pela Liberdade pelos Direitos dos Povos’”, e afirmam que esta, feita “em defesa do povo” (Dossiê CISA, 1973, p.226) traça um panorama da realidade do povo brasileiro que vive no interior do país. Passam então a reproduzir o dito programa que trata, de forma detalhada, sobre doenças que atingem a população rural, a falta de atendimento médico adequado e sobre o descaso do Governo Militar com a situação. Não é possível perceber onde termina a citação da ULDP e, a princípio, se o restante do conteúdo foi produzido ou não pelos locutores da rádio. Após análise comparativa, constatamos que o trecho final não foi apenas retirado da proclamação da ULDP e replicado, e assim inferimos que o mesmo foi produzido pelos próprios locutores. Após discorrerem sobre os problemas que acometiam o país, o final do texto aponta uma saída para aquela situação, como vemos a seguir, e faz uma alusão à Guerrilha que acontecia na região do rio Araguaia:

No entanto essa situação não pode durar muito. O povo brasileiro vem se revoltando no Norte do País, há mais de um ano, os patriotas e democratas em armas, mostram que somente lutando ele poderá conseguir tornar realidade seus direitos e aspirações. Se o exemplo do Araguaia se propaga por todo o Brasil, o regime dos militares será derrubado e então, o povo brasileiro conhecerá dias melhores e verá a solução de seus graves problemas como o da saúde (Dossiê CISA, 1973, p. 226).

Através desta passagem podemos observar que, após apresentarem uma infinidade de problemas que acometiam a população do país, citar a Promulgação da ULDP, atentar ao descaso do Governo para com a situação, e dizer de forma clara que o cenário não poderia continuar tal qual estava, inferimos que os locutores da rádio instigam seus ouvintes a participarem da referida luta, exaltando mais uma vez os valores dos guerrilheiros como patriotas. Citavam a Guerrilha como uma revolta popular que deveria servir como exemplo e a luta armada como único meio de pôr fim ao regime ditatorial instaurado no país, o que refletiria, segundo eles, em melhorias à vida da população.

A 22 de Julho de 1973 (Dossiê CISA, 1973, p.174) os locutores abordam a exploração sofrida por trabalhadores urbanos e rurais, fazendo uma análise de seus ganhos e do desfavorecimento salarial sofrido pelos trabalhadores do campo, fundamentada em informações do Censo de 1970. São salientados os problemas pelos quais passam estes trabalhadores, chamando o texto a atenção ao baixo preço pagos pelos produtos agrícolas e silvestres, a baixa renda *per capita*, ao revigoreamento dos trabalhos escravo e semi-escravo e à expropriação de terras, que estariam crescendo no país. A proclamação intitulada: “Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior”, produzida pelos guerrilheiros do Araguaia, é citada e louvada.

Vigorosa denúncia da situação em que vivem as massas do campo foi feita pela União Pela Liberdade, Pelos Direitos do Povo, movimento que atua nos estados do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, e que lançou no ano passado a sua proclamação... Esse documento assinalava que nada é mais difícil, mais duro, mais sofrido, que a vida dos milhões de brasileiros pobres do interior do país (Dossiê CISA, 1973, p. 174).

O texto segue, o locutor concorda e mais uma vez ratifica que a realidade dos trabalhadores exposta na Proclamação coincide com a dos brasileiros de várias regiões do país, que são explorados de forma corrente, ou não encontram meios de subsistência. Neste ponto podemos entender esta emissão como uma legitimação da primeira. A miséria se mostra através rádio. O texto fala ainda do como a exploração do trabalhador rural, sua miséria e as expropriações, muitas delas feitas de forma irregular e violenta, aumentaram durante o período do governo ditatorial mas, em contraponto, destaca que também houve o aumento da resistência camponesa:

E o exemplo mais marcante de luta contra a miséria e opressão, foi dado pelos camponeses da Região do Araguaia, que juntamente com patriotas vindos das cidades, constituíram as forças guerrilheiras, resistindo desde abril do ano passado às tentativas da ditadura para liquidá-los. Em sua resistência, os guerrilheiros do Araguaia levaram a mensagem de confiança em si mesmos à milhões de camponeses. Combatentes do sul do Pará, constituíram o embrião do novo tipo de movimento camponês, armado, no Brasil, indicando o único caminho para tornar realidade as aspirações de uma vida digna dos camponeses e de todo o povo brasileiro. (Dossiê CISA, 1973, p. 174).

A 28 de Junho de 1973 (Dossiê CISA, 1973, p.186) o narrador inicia a locução comunicando que um despacho da agência de notícias albanesa *Atas* informa sobre a continuação da luta de camponeses e compatriotas na região do Araguaia contra a exploração a qual são submetidos, e logo passa a narrar o informe: “a luta armada dos camponeses do Araguaia se amplia cada vez mais, apesar das severas medidas de repressão desencadeada pelo governo fascista de Brasília”. Os locutores seguem agora a partir de informe da agência francesa *Frans Press*, que anunciava grandes perdas sofridas pelas forças governamentais em decorrência da ação dos “patriotas”, que inclusive teriam aumentado suas ações, fato este que, hoje se sabe, não corresponder aos acontecimentos. Sabe-se que, depois da chegada dos militares à região, os guerrilheiros adentraram na mata e passaram a esconder-se das Forças Armadas e agir por meio de emboscadas. Outro fato interessante citado e logo observado nesta transcrição é de que a agência francesa teria informado um mês atrás que “dando conta de que os guerrilheiros do Araguaia tinham penetrado dentro da cidade de Marabá, onde teriam realizado comício relâmpago explicando à população os motivos de sua luta” (Dossiê CISA, 1973, p.186). Mais uma vez o locutor fala sobre a chama acesa da luta, da luta armada como um caminho único a ser tomado naquele momento. A criação da ULDP é também citada como uma prova do aumento dos movimentos de resistência à ditadura, e vai mais longe, citando que “sobre influência direta ou indireta da luta armada do sul do Pará, ou como consequência da situação criada nas regiões vizinhas, depois do início da luta guerrilheira, várias tem sido as lutas populares nas proximidades do sul do Pará. Desde setembro do ano passado, por exemplo, mais de um milhão de xavantes, armados, encontram-se em pé de guerra, no Mato-Grosso, lutando contra os fazendeiros que tentavam tomar suas terras” (Dossiê CISA, 1973, p.187). Os guerrilheiros mais uma vez são tidos como exemplos de conduta. A UDLP é também citada como exemplo de atitude que pode contribuir à melhoria de vida no interior do país, através da união da população e da busca por direitos. “As massas populares do resto do país podem apoiar de todas as maneiras a heroica resistência armada que se trava no sul do Pará e as lutas camponesas que ocorrem em todo o Brasil” (Dossiê CISA, 1973, p.188).

A partir da análise do referido dossiê é possível observar o papel da Rádio *Tirana* e também a estrutura dos boletins de notícias que eram emitidos pelos locutores e direcionados ao público brasileiro. Estes refletem o processo de produção de conteúdo desta rádio, que estava alicerçado em notícias divulgadas por outros meios de comunicação e que chegavam até seus

locutores, na Albânia. Apesar de estes serem ligados ao PCdoB, como citou Joffily⁸⁸, o contato com o partido não era constante, na maior parte do tempo em que lá estiveram.

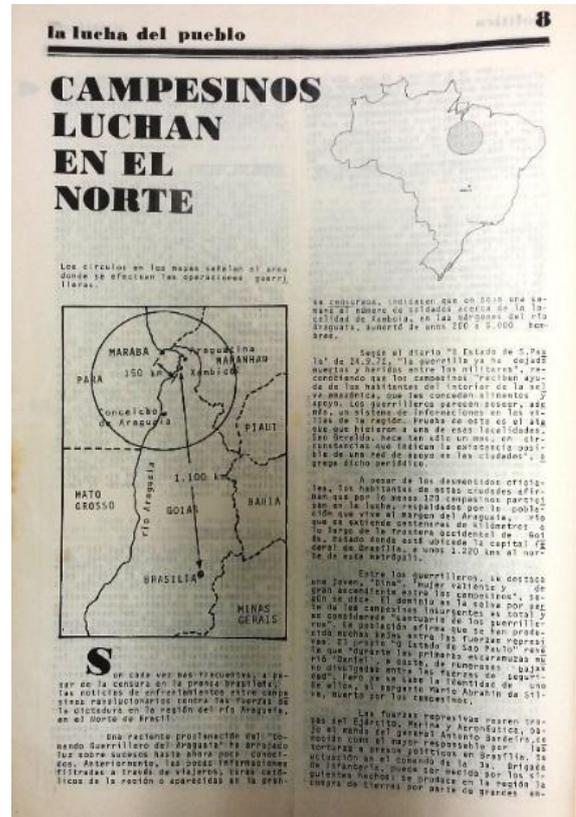
3.2 – Frente Brasileño de Informaciones: em rede com o compromisso de quebrar o bloqueio da censura

Jornal ligado ao Comitê de Denúncias de la Represion en Brasil publica, em novembro de 1972, matéria de três páginas sobre o movimento guerrilheiro na região do Araguaia (Imagem 27). O destaque à matéria é dado no canto superior direito da capa do jornal, através da chamada “*Las guerrillas campesinas*”. A matéria, que se inicia na página 8, traz ao lado de seu título “*Campesinos Luchan en el norte*”, um mapa do Brasil simplificado, com a região da Guerrilha demarcada por um círculo escuro. Abaixo do título um outro mapa, este mais detalhado, mostra a região de forma ampliada, com a definição das fronteiras dos Estados brasileiros, os nomes de suas capitais e também o das cidades onde acontecia o confronto, este mais uma vez demarcado por um círculo, desta vez claro, e anunciado por legenda acima do mesmo. O mapa destaca ainda, com uma seta, a distância da região afeta pela guerrilha da Capital Federal Brasileira, com a indicação da distância de 1.100km entre as duas localidades.

O texto inicia falando que, mesmo com a forte censura por parte do Governo Militar à imprensa brasileira, são cada vez mais recorrentes as notícias sobre o enfrentamento entre camponeses revolucionários e as forças do governo, na região do Rio Araguaia, norte do País, e que uma proclamação recente dos guerrilheiros vinha a esclarecer os fatos sobre o movimento, até então obscuros. E logo o aumento de efetivos na região de Xambioá que teria, segundo a imprensa brasileira, aumentado de 200 para cerca de 5.000 efetivos. No parágrafo seguinte cita a matéria de *O Estado de São Paulo*, de 24/09/1972, informando, a partir deste, que o movimento havia vitimado militares, que contava com o apoio da população e mantinha ainda um sistema de informações na região. Logo aparece a informação de que, apesar de negado oficialmente, segundo camponeses, existe cerca de 120 guerrilheiros na área que contam com o amplo apoio da população. O parágrafo seguinte cita a integração dos insurgentes com a floresta e com os moradores destacando a influência e coragem da guerrilheira Dina. Atribui mais uma vez, à população, a informação sobre baixas no Exército, mas a única vítima identificada seria o soldado Mário Abraham, citando ainda a morte do guerrilheiro Daniel como única baixa entre os revolucionários.

⁸⁸ Em entrevista ao programa “Resistir é Preciso”. Ver Nota 16.

Imagem 27: Jornal *Frente Brasileiro de Informaciones*. Novembro de 1972. Chile.



Acervo: Asmob/UNESP

A publicação segue comentando que Marinha, Aeronáutica e Exército estão envolvidas nos combates aos guerrilheiros, e ainda que as operações estariam sob encargo do general Antonio Bandeira, “conhecido como o maior responsável pelas torturas à presos políticos em Brasília” (Frente Brasileiro de Informaciones, 1972, p.8) e ainda por utilizar suas tropas na expulsão de posseiros da região, atendendo à pedidos de grandes proprietários, muitos destes internacionais, que se instalaram na área.

Relata ainda a violência instaurada contra camponeses que vinham sendo presos e interrogados sob tortura, em especial pelo Cenimar, órgão ligado à Marinha e que estava encarregado dos mais terríveis presídios: “No Araguaia, depois de interrogados, os camponeses são encurralados em buracos, cobertos por arame farpados e sob a mira de metralhadoras”.

Em seguida anuncia que irá reproduzir um comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia que estava a circular clandestinamente no Brasil. Ao final deste, vê-se um box, ao pé da página com o título: Represion em Marabá Alcanza la Iglesia, com informações de um documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 21 de outubro, no qual os mesmos declaram apoio aos bispos de Marabá e Abaetetuba: “O bispo e o clero de Marabá já não

acreditam mais na possibilidade de um diálogo sincero com as autoridades militares da região, nem confiam nas soluções ou explicações que podem oferecer quando lhe fazem um apelo a sanidade” (Frente Brasileño de Informaciones, 1972, p.11). O jornal segue comentando o motivo da declaração que, segundo a reportagem, seriam os conflitos entre o clero e os agentes da repressão que haviam passado a ocupar a região de Marabá, entre as quais estava a necessidade de que fossem retirados dois religiosos franceses da região e ainda uma congregação de religiosas de São Domingos do Araguaia. Narra que, devido as ações de enfrentamento a guerrilha

o bispo Avelar Cardoso declarou que foi obrigado, tendo uma arma apontada para si, a dirigir um veículo da igreja, cheio de soldados armados com metralhadoras, devendo levá-los até um pequeno povoado de sua paróquia para que os soldados interrogassem a sacerdotes locais sobre sua possível conexão com os guerrilheiros. Complementou o bispo dizendo que um tenente deferiu golpes e chutou um cura de São domingos e ameaçou o sacerdote Francês Humbert Rielland porque encontrou em seu poder um jornal francês (Frente Brasileño de Informaciones, 1972, p.11).

Ao pé do box está a informação de que esta notícia havia sido publicada no jornal *Clarín*, de Buenos Aires, em 22 de outubro de 1972, através de informações da agência *Associates Press*, do dia 21 do mesmo mês.

3.3. *Politique Hebdo*: “um jornal a esquerda da esquerda”

Fundado em 1970 pelo escritor Edgar Blanc, conhecido como Paul Noirot, após sua saída do partido comunista de seu país, o *Politique Hebdo* era espaço aberto para assuntos excluídos dos grandes veículos, entre os quais se destacam matérias ligadas à conflitos e direitos humanos, ecologia, feminismo, dentre outros. Do periódico extrai-se uma reportagem, intitulada “Le programme des pauvres”, veiculada na edição de nº 65, de 25 de janeiro de 1973. Trata-se de uma emissão pouca conhecida, de três páginas, ilustrada com fotos sem legendas.

A estrutura da emissão pode ser dividida em duas partes, sendo a primeira composta pela parte textual e a segunda pela imagética. A seção textual da reportagem estrutura-se em três partes: logo no centro da primeira página impressa, um “carimbo” escrito *document*, o que alude prova ou registro oficial. O texto de apresentação, que inicia a primeira parte, deixa claro se tratar de um assunto de grande importância e exclusivo relacionado ao Brasil, “uma revelação”, e relaciona a emissão à outra matéria veiculada em 1970 e que seria também, segundo o editor, muito importante. Esta se tratava de uma entrevista feita com Joaquim Câmara

Ferreira, companheiro de Marighela e realizada três semanas após sua morte, ele que era líder de um dos movimentos de resistência à ditadura militar no Brasil.

Imagem 28: O *Politique Hebdo*, ed. 65, 1973



Fonte: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>

Esta informação mostra que o jornal *Politique Hebdo* acompanhava com proximidade a insurgência do movimento de combate armado no Brasil, e lhe dava destaque. A matéria em questão ocupou três páginas do jornal. O veículo oferece uma visão contra-hegemônica do país e seu “desenvolvimento”, mostrando aos leitores um Brasil mais próximo da realidade de conflitos e pobreza que atingia grande parte de sua população, e que não poderia ser deslumbrada através da propaganda oficial desenvolvimentista do regime militar.

Nós publicamos hoje, em exclusividade, trechos extensos de um outro documento, não menos importante da resistência interna brasileira: o programa dos guerrilheiros da União pela Liberdade e pelos Direitos das Pessoas (*Politique Hebdo*, ed. 65, 1973).

Depois de breve introdutória, situando o leitor acerca da importância do material e sua exclusividade, a segunda parte da matéria faz um retrospecto dos acontecimentos relacionados à Guerrilha nos últimos meses, para que o leitor entenda seu contexto. O jornal informa sobre as manobras militares que aconteceram no mês de abril e outubro do ano anterior nas quais estariam envolvidas, além da Polícia Militar do Pará, as três Forças Armadas, totalizando cinco

mil homens. Em setembro do mesmo ano a ação se intensificara e contava agora com vinte mil homens que seriam, segundo o diário, uma duplicação da chamada “Ação Cívica e Social” (ACISO) e que levaria, consoante o governo, segurança e cuidados básicos à população. A matéria conta com a transcrição de uma entrevista do general Souza Mello, Comandante da 2ª Armada (baseada em São Paulo), que foi publicada em 13 de novembro pelo jornal *Correio Popular*. “O que se passa na Amazônia, representa um desafio ao qual militares e compatriotas devem responder... Como o combate que apela a grande concentração de tropas não é possível, a guerra de guerrilha pode levar a formas complexas, com possíveis operações em todas as direções” (*Politique Hebdo*, ed. 65, 1973).

Imagem 29: O *Politique Hebdo*, ed. 65, 1973



Fonte: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>

A seguir o jornal questiona a possível efetividade das ações, “Não se pode reconhecer tão claramente o desenvolvimento e a eficácia do combate realizado pelos revolucionários contra a qual as forças militares tão importantes permanecem impotentes” (*Politique Hebdo*, ed. 65, 1973). Através da análise e interpretação deste trecho é possível perceber que o veículo não teria informações atualizadas e concretas sobre os combates que aconteciam na selva amazônica, uma vez que especula sobre sua efetividade. É possível também observar o

descrédito imputado às forças governamentais, citadas como impotentes frente aos guerrilheiros.

O texto apresenta ainda o emissor do documento, a UDLP - União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo/ULDP, que pretende realizar tanto a luta política como a armada. Em seguida lança e difunde ao interior do país uma proclamação que tornou conhecida de milhões de brasileiros oprimidos, as reivindicações dos “guerrilheiros do Pará” (*Politique Hebdo*, ed. 65,1973). A ULDP foi um movimento criado pelos guerrilheiros em 1972, após o primeiro ataque das Forças Armadas e a partir de conversas com camponeses, “o que resultou num programa de vinte e sete pontos, uma espécie de agenda comum, unitária e de luta” (FONTELES, 2013, p. 57).

No trecho que segue é possível deslumbrar o posicionamento crítico da publicação que, ao falar sobre o documento, expressa as necessidades e anseios dos camponeses. Alerta ao leitor que, a partir da leitura desta matéria, terá claro que o Brasil real não é o que é divulgado nas propagandas governamentais.

Este é o documento que acaba de chegar a Europa, e do qual nos publicamos o essencial. Nós veremos com a leitura dos “27 pontos” da ULDP, sobre quais bases extremamente concretas e detalhadas, o movimento de resistência mobiliza o campesinato. Nós veremos também que um abismo separa a propaganda oficial sobre o alegado “milagre econômico” do que conhecemos do Brasil e da Realidade Brasileira – notadamente aquela do mundo real – que é retratada no texto (*Politique Hebdo*, ed. 65,1973).

A partir das reivindicações da ULDP, observa-se que o jornal francês contribuiu para a disseminação dos ideais de luta democrática e resistência no Brasil, através da publicação deste documento redigido em plena floresta amazônica (FONTELES, 2013). A emissão (com texto e imagem) expõe a existência de um movimento guerrilheiro na região, até então desconhecido pela imprensa internacional, incentivando assim o ideal do guerrilheiro romântico (STUDART, 2006). Vai além, dando também voz aos camponeses, deixando explícito aos leitores internacionais que estes moradores seguiam à margem da sociedade, uma vez que não estavam sendo beneficiados pelo modelo desenvolvimentista adotado pelo Governo Militar.

Esta mídia, desvinculada dos interesses do grande capital, buscava disseminar alternativas de resistência ao modelo de desenvolvimento proposto pela economia capitalista, gerador de desigualdades e miséria. Em âmbito internacional, o alternativo ampliou os canais de comunicação da sociedade para um assunto proibido pela censura brasileira e por nações que financiavam as ditaduras militares na América Latina.

A emissão “Programa dos Pobres”, veiculada no semanário, informa aos leitores de jornais franceses, pela primeira vez, sobre a Guerrilha que acontecia na Amazônia, ao sul do

Pará. A matéria tem caráter crítico, anti-imperialista, indo de encontro ao discurso tradicional proferido pelo governo brasileiro e alinhado ao capitalismo. A emissão não mostra imagens que possam ser identificadas como sendo do Araguaia, não há guerrilheiros ou militares. As fotos mostram apenas o que foi identificado como camponeses, que partilham da aparência cansada e das marcas do tempo. Seriam os pobres a quem se destinaria o programa que intitula a emissão, de resistência ao modelo de desenvolvimento proposto pela economia capitalista, gerador de desigualdades e miséria. Em âmbito internacional, o alternativo ampliou os canais de comunicação da sociedade para um assunto proibido pela censura brasileira e por nações que financiavam as ditaduras militares na América Latina.

3.4 – *Liberación*: a imprensa ativista e apartidária francesa

Fundado em 1973 por Jean Paul Sartre, posicionava-se à extrema esquerda francesa e versava pela independência jornalística. O *Libération* publica, em 5 de abril de 1974, uma página inteira dedicada ao Brasil (Imagem 30). Nesta matéria, “Les Luttes paysannes: le front de l’Araguaia pour la liberté et pour les droits du peuple”, que ocupa aproximadamente um terço da página, inicia fazendo um retrospecto da Guerrilha do Araguaia (Imagem 31). Fala que o movimento popular apareceu em dezembro de 1972 no sul do Pará e em várias regiões do Mato Grosso, Maranhão e Goiás.

Logo cita a União pela Liberdade e Direito do povo (ULDP) e discorre o documento por esta publicado que apontava como seu objetivo a defesa da população pobre e o progresso do interior. Comenta que “o documento versa sobre as difíceis condições de vida e o estado de abandono que estes se encontram e apresenta a suas reivindicações imediatas, conclamando à luta contra os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil” (*Libération*, 1974, p.5). O sub-tópico seguinte chama “As forças camponesas” e afirma que a ULDP tinha como base de apoio as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Informa sobre a chegada do Exército na região, em 12 de abril de 1972, sobre escusa dada pela corporação de estar em busca de contrabandistas e, também, pelas medidas arbitrárias tomadas pela corporação contra os habitantes de São João do Araguaia, como interrogatórios, torturas e metralhagem por helicóptero. Por esta razão, segundo o jornal a população resolveu resistir à mão armada o que teria originado as Forças Guerrilheiras do Araguaia, formadas por camponeses e intelectuais fugidos da repressão nas cidades.

Imagem 30: Jornal *Liberación*. Página dedicada ao Brasil. 05/04/1974



Fonte: Acervo da autora.

Narra alguns pontos do Comunicado Número 1 das Forças e informa que o mesmo saíra cerca de um mês depois do início dos combates. Outra chamada em caixa alta pergunta: Quem são eles? E abre o assunto contando que no ano de 1973 havia chegado até o jornal uma entrevista feita com os guerrilheiros em plena floresta. O repórter conta os percalços que passara para encontrar o líder guerrilheiro, evitando topar ao inimigo até chegar ao “Mineirão” (Oswaldo da Costa), que havia estudado na Escola Técnica do Rio de Janeiro e sido campeão de boxe. Informa ainda que era um ótimo atirador e que tinha, assim como outro comandante da guerrilha, a cabeça posta à prêmio. Depois o repórter seguiu, segundo a publicação, ao encontro de Helenira Machado, conhecida líder estudantil do Movimento Estudantil Paulista, e ainda conhecera João Carlos Haas Sobrinho, médico que também havia sido líder do movimento estudantil, que esclarece estar ali por falta de opção.

Imagem 31: Jornal *Liberati3n*. Mat3ria sobre a Guerrilha do Araguaia. 05/04/1974

Fonte: Acervo da autora.

3.5 – A Classe Oper3ria: 3rg3o central do Partido Comunista do Brasil

O jornal *A Classe Oper3ria* (Imagem 32) foi fundado em 1925, pelo Partido Comunista Brasileiro, sendo considerado 3rg3o oficial do Comit3 Central do Partido. Seguindo as premissas da imprensa lenista, “de acordo com L3nin, cabia aos jornais comunistas educar as massas, organizar a classe oper3ria e propagar a linha ideol3gica do partido – atividades resumidas por ele como ‘propaganda e agita33o’. Era isso o que procurava fazer *A Oper3ria*” (MOUR3O, 2007, p.5). Quando da cis3o do partido, em 1962, o jornal passa ao “novo” partido e segue sendo publicado, em grande parte do tempo de forma clandestina. Amelinha Teles, que estava 3 frente da confec33o e distribui33o do mesmo, junto ao seu marido C3sar Teles, durante a ditadura militar, discorre sobre o processo de produ33o e distribui33o do jornal, bem como sobre as dificuldades do trabalho na imprensa clandestina:

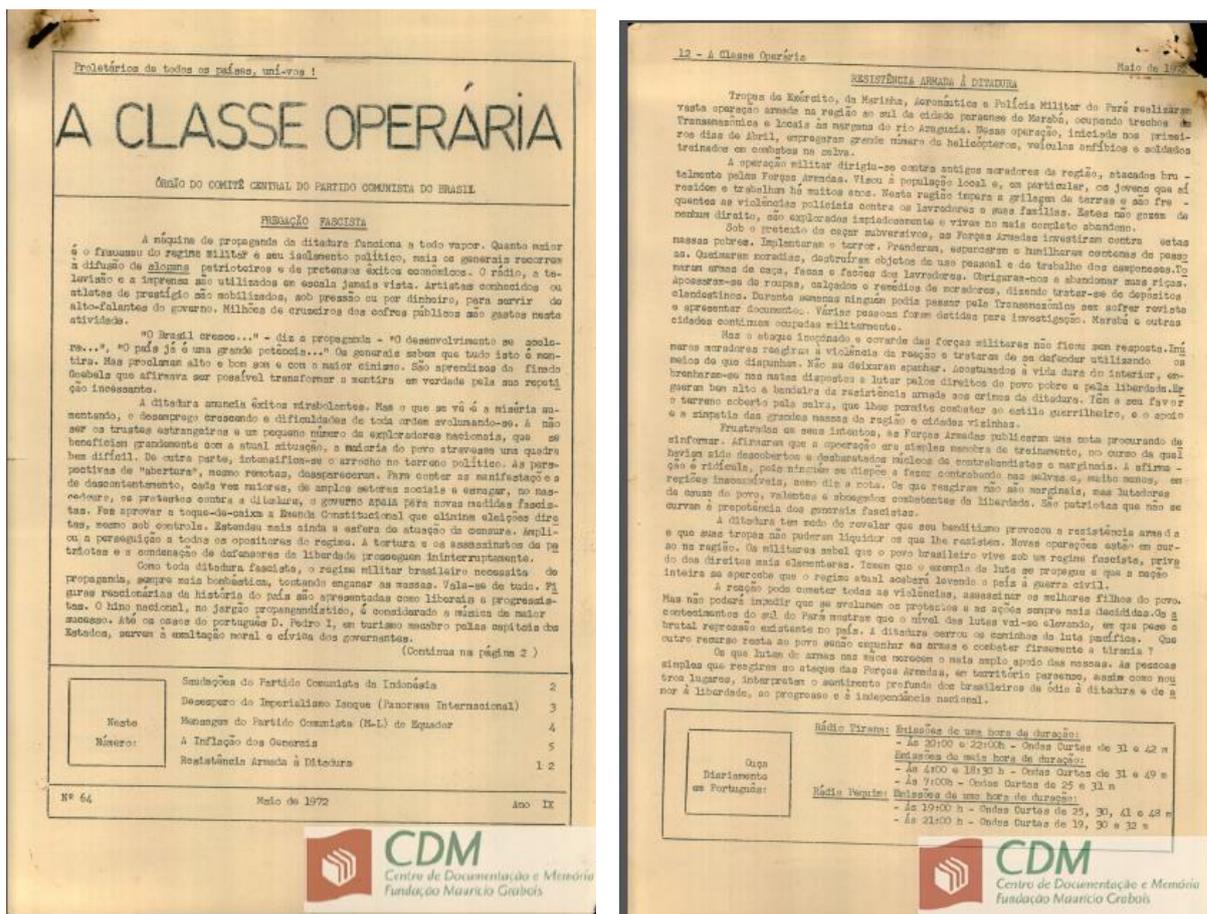
nós ficamos principalmente com a imprensa porque não tinha ninguém pra fazer imprensa, a imprensa é um trabalho muito difícil pra fazer na clandestinidade, muito ruim de fazer, ninguém se adapta, hoje eu entendo porque eu fiquei na imprensa, é porque era o trabalho mais difícil que tinha, é um trabalho que você fica dentro de casa, tudo tem que ser fechado, porque você não pode deixar que faça barulho e o vizinho ouça, você tem que trabalhar com o rádio relativamente alto, você fica cheirando aquela tinta o tempo, todo porque é tudo vedado para não sair o som, então não entra oxigênio, você tinha que datilografar tudo... revisar todo o material, ver se estava de acordo com o material original que vinha normalmente... tudo dobradinho, enroladinho em papel manteiga, papel fininho, os principais textos eram escritos por outros dirigentes eles te davam tudo enroladinho para a repressão não saber, você punha um texto de várias laudas dentro do bolso, depois você ia datilografar. Pra pegar o noticiário do Brasil você tinha que ler todos os jornais, mesmo censurados, você tinha que ouvir rádio Tirana, rádio Havana, Rádio Moscou, rádio Pekin, BBC de Londres, guardar alguns dados na cabeça porque você não podia escrever por questões de segurança, então a gente fazia todos aqueles jornais da forma mais rudimentar, mais artesanal. A gente imprimia 1500 exemplares da classe operaria, 5 ou 6 folhas frente e verso mais ou menos, depois fazia pacotinhos de dez exemplares, bem feitinho pra todo mundo achar que era outra coisa que a gente estava levando, em sacolinha de feira, porque esses jornais que a gente fazia aqui em São Paulo e no Rio eram reproduzidos lá no nordeste. Aqui era o centro, o núcleo que era ligado ao Comitê Central que classificava e colecionava as informações (Amelinha Teles, 2016)⁸⁹.

A matéria “Resistência Armada à Ditadura” inicia informando ao leitor sobre as operações realizadas pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) no início do mês de abril, na região de Marabá, sul do Pará, e que estas contaram com helicópteros e veículos anfíbios. Comenta que o ataque, direcionado à antigos habitantes da área, deu-se de forma violenta. Afirma que a região era afetada por conflitos agrários e que a violência policial era recorrente ali. No parágrafo seguinte narra como teria ocorrido a ação das Forças Armadas e as arbitrariedades por estas cometidas:

Sob o pretexto de caçar subversivos, as Forças Armadas investiram contra estas massas pobres. Implantaram o terror. Prenderam, espancaram e humilharam centenas de pessoas. Queimaram moradias, destruíram objetos de uso pessoal e de trabalho dos camponeses. Tomaram suas armas de caça, facas e fações dos lavradores. Apossaram-se de roupas, calçados e remédios de moradores, dizendo tratar-se de depósitos clandestinos. Durante semanas ninguém podia passar pela Transamazônica sem sofrer revista e apresentar documentos. Várias pessoas foram detidas para investigação, Marabá e outras cidades continuam ocupadas militarmente. (*A Classe Operária*, 1972, p. 12).

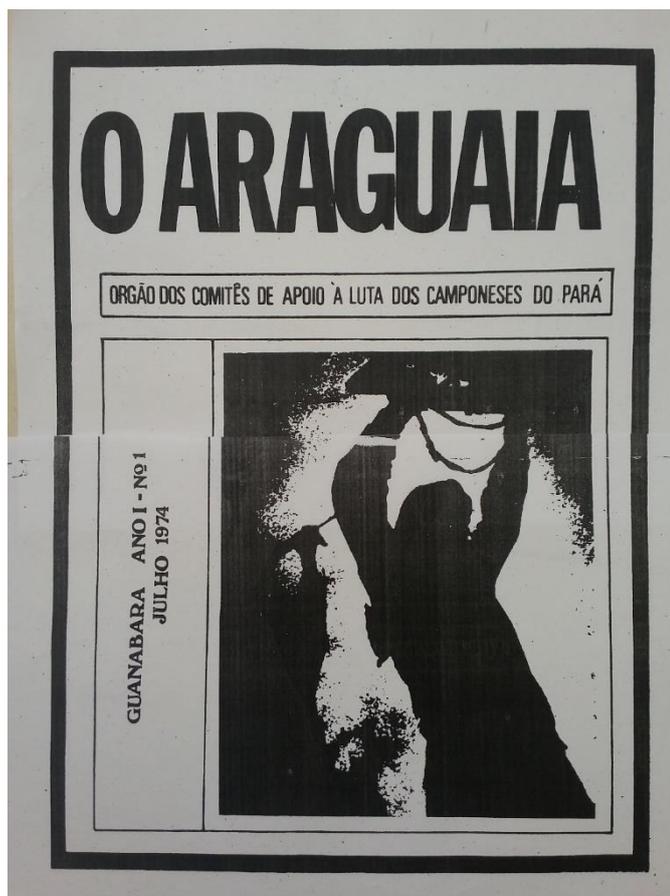
⁸⁹ Excerto da entrevista de Amelinha Teles à autora, cuja decupagem completa pode ser encontrada em anexo nesta dissertação.

Imagem 32: A Classe Operária, abril, 1972.



Fonte: Centro de Documentação e Memória – Fundação Maurício Grabois.

O parágrafo seguinte, por sua vez, versa sobre a reação dos moradores ao ataque dos militares. Estes, segundo o jornal, teriam mostrado resistência ao ataque das tropas, uma vez que estariam dispostos a lutar sobre seus direitos e ainda fazer frente ao Regime. Registra ainda que eles "...têm a seu favor o terreno coberto pela selva, que lhes permite combater ao estilo guerrilheiro, e o apoio das grandes massas da região e cidades vizinhas". A seguir discorre sobre informação divulgada pelo Exército afirmando que sua presença no Araguaia seria devido à manobras de treinamento e que durante as mesmas haviam sido encontrados "contrabandistas e marginais". O jornal refuta essa nota alegando que não existem contrabandistas na mata e afirma que a reação às Forças Armadas se deu por "lutadores das causas do povo, valentes e abnegados combatentes da liberdade. São patriotas que não se deixam curvar à prepotência dos generais fascistas" (*A Classe Operária*, 05/1972). O trecho seguinte aponta a luta como uma resposta ao Regime Militar em curso no país, sendo este fascista e havendo, através de seus atos arbitrários, destituído a população de seus direitos fundamentais. Fala ainda sobre o temor que o governo tinha em relação à propagação de notícias sobre a resistência que acontecia naquela região.

Imagem 34: Jornal *O Araguaia*. Julho 1974

Fonte: Acervo Asmob – Unesp

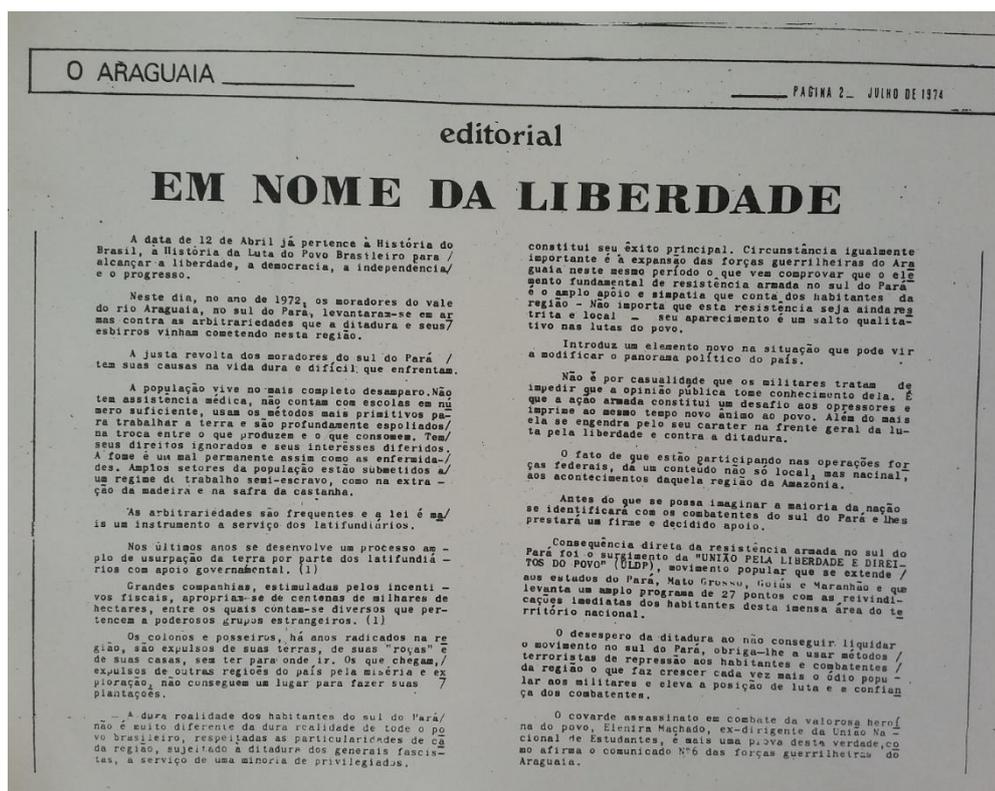
O jornal trazia em suas edições informações sobre o movimento guerrilheiro e comunicados por este proclamados, como os manifestos da ULDP e das FORGAS, Forças Guerrilheiras do Araguaia, bem como matérias supostamente feitas com os guerrilheiros. Buscava ainda angariar fundos para suportar o movimento através de campanha neste proferida. Trazia também críticas ao Governo Militar e denúncias contra a repressão por ele instaurada. Entre o material divulgado na primeira edição estavam a “Carta a um deputado Federal” (07/1972), primeiro documento divulgado pelos guerrilheiros e também o comunicado de número 8 das Forças Guerrilheiras, que informava sobre a última campanha do Exército na região⁹⁰. O Editorial da primeira edição de *O Araguaia* (Imagem 35) inicia-se com o enaltecimento do movimento guerrilheiro, colocando-o como uma luta legítima, em resposta às duras condições de vida enfrentadas pela população da região e elenca as dificuldades vividas por ela como a situação de fome e enfermidades a qual estavam sujeitos, uma vez que lhes fazia

⁹⁰ Os comunicados das Forças Guerrilheiras estão disponíveis no livro: *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. Vários autores, 2005.

falta assistência médica, educação e eram, em grande parte das vezes, explorados pelos grandes proprietários

A data de 12 de Abril já pertence à História da Luta do Povo Brasileiro para alcançar a liberdade, democracia, a independência e o progresso. Nesta data, no ano de 1972, os moradores do vale do rio Araguaia, no sul do Pará, levantaram-se em armas contra as arbitrariedades que a ditadura e seus esbirros vinham cometendo nesta região (O Araguaia, 1974, p. 2).

Imagem 35: Editorial do *O Araguaia*. Julho de 1974.



Fonte: Acervo Asmob – Unesp

Ressalta o crescimento da grilagem de terras na área, com a conivência do poder público, e a expulsão dos colonos com a chegada de grandes empresas devido à política fascista, instaurada pelo Governo Militar. Coloca entre os logros do movimento guerrilheiro sua resistência aos ataques militares, sua expansão, a empatia que a população local tinha por ele e ainda o fato de servir de exemplo à outras ações de resistência ao Regime por meio da luta armada.

Destaca a preocupação do Governo Militar em evitar que a guerrilha seja noticiada, uma vez que poderia estimular o aparecimento de movimentos similares e que esta “se engendra pelo seu caráter na frente geral da luta pela liberdade e contra a ditadura” (*O Araguaia*, 1974, p. 2). Informa ainda sobre o caráter nacional que ganhara a Guerrilha, uma vez que vinha sendo combatida por tropas da união.

No parágrafo seguinte afirma que o povo brasileiro logo irá reconhecer e apoiar o movimento guerrilheiro e relata que a ULDP, que se estendia pelos estados do Pará, Goiás, Maranhão e Mato Grosso, teria surgido inspirada na resistência que se dava por parte dos guerrilheiros e ainda teria desenvolvido um programa de vinte e sete pontos, com relatos e reivindicações da população daquela região.

Na sequência reporta a dificuldade sentida pelo Governo no enfrentamento ao grupo e afirma que, por esta razão, o governo decidira adotar métodos de combate à terroristas para debelar o movimento e que estes atingiram também a população local. Aponta ainda ao assassinato da guerrilheira Elenira Machado, que fora dirigente da União Nacional do Estudantes, como um exemplo do *modus operandi* de combate aos insurgentes.

O editorial esclarece ainda que o jornal busca romper o silêncio que a ditadura impôs sobre a Guerrilha e expor seu propósito com clareza. Fala que a iniciativa partiu de um grupo de patriotas da Guanabara que decidira colaborar com a causa guerrilheira. E que seria necessário a organização de grupos de apoio aos guerrilheiros do Pará de modo a enfrentar a ditadura. Encerra afirmando que a resistência armada no vale do rio Araguaia representa a mais elevada expressão de luta do povo brasileiro contra a ditadura militar fascista e conclama “Todo o apoio à resistência armada do sul do Pará”.

3.7 – Coojournal: “um jornal de jornalistas”

O *Coojournal* surge como boletim da Cooperativa⁹¹ dos Jornalistas de Porto Alegre, “a” Coojournal⁹² que, por sua vez, tem origem em reuniões informais de jornalistas que acabaram por organizar-se em vias de “enfrentar o problema do restrito mercado de trabalho e perseguir o sonho do jornal próprio” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, p.14), uma vez que “na imprensa local, predominava o oficialismo e tudo o que ele significava: censura interna, postura acrítica, autoritarismo nas relações de trabalho, frustração” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, p.14). Sobre a *Coojournal* esclarece Kusinski: “Fundada a cooperativa, com o propósito inicial de prestar serviços jornalísticos, mas com objetivo último de produzir o seu próprio jornal” (KUSINSKI, 2003, p.273). Bones et all esclarecem que a cooperativa passa a editar seus boletins após um grupo de vinte e dois jornalistas ter se desligado

⁹¹ A cooperativa foi criada em 27 de agosto de 1974, em Porto Alegre. No ano seguinte passou a editar seu boletim, que circulava nas redações e universidades gaúchas e tinha tiragem de 3.500 exemplares (KUSINSKY, 2003).

⁹² Quando se fala “a” *Coojournal*, refere-se a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, já “o” *Coojournal* é o jornal que foi editado mensalmente pela cooperativa entre os anos de 1976 e 1983, oriundo do boletim de mesmo nome.

do jornal *Folha da Manhã* (1969-1980), de Porto Alegre, em retaliação à demissão do jornalista Caco Barcellos, então estagiário, por ter denunciado a violência policial dentro dos presídios da capital. Cerca de um ano depois da criação do boletim, este transmutou-se em um jornal de periodicidade mensal, a venda em bancas de revistas de Porto Alegre e logo de várias cidades do Brasil (KUSINSKI, 2003).

Fruto de um sistema cooperativo, o capital inicial fora juntado a partir de cotas pagas pelos próprios jornalistas. Era como diziam “um jornal de jornalistas para jornalistas”. Chegou a publicar 40.000 exemplares ao mês. O jornal se distinguia dos demais alternativos por publicar anúncios em suas páginas, contando assim com receita publicitária e ainda executar, a partir da cooperativa, serviços à terceiros e também contar com uma agência de notícias, que comercializava conteúdo a outros veículos de comunicação (KUSINSKI, 2003).

Operação Araguaia

A matéria intitulada Operação Araguaia (Imagem 36) foi publicada na edição de número 30 do *Coojornal*, em julho de 1978. O texto de abertura inicia questionando o leitor sobre a possível existência de uma guerrilha no interior do Pará, cita a censura que havia sobre o tema e a matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, como sendo a única a ter divulgado o conflito. Afirma ainda que mesmo, naquele momento (1978), quatro anos após o fim do conflito, o assunto não era comentado oficialmente. Que um oficial haveria dito ao repórter de uma revista que o contingente que estivera na região era semelhante em número ao que integrou a FEB, quando da Segunda Guerra Mundial. Refere-se ainda ao pronunciamento do presidente Ernesto Geisel, que teria sido o único a citar o fato, mas não como uma Guerrilha e sim como uma ação terrorista que já havia sido debelada. Fala ainda sobre processos instaurados na Justiça Militar e sobre uma guerrilheira sobrevivente que informara sobre a duração do conflito como tendo sido de dois anos.

Há guerrilha no interior do Pará? No último trimestre de 1972, esta foi uma pergunta que circulou por todo o país. A imprensa sob censura não pode esclarecer nada – saiu uma única reportagem em *O Estado de S. Paulo*. Nos anos seguintes as informações foram esparças. (*Coojornal*, 07/1978, p. 22)

Imagem 36: *Coojournal*, julho, 1978

Fonte: BONES et all. *Coojournal*, um jornal de jornalistas sob o regime militar, 2011, p. 22

A reportagem estava organizada por tópicos. O primeiro deles: “Dez anos para preparar o caminho” informava o leitor sobre o posicionamento estratégico da região, sobre a ocorrência de uma Operação Carajás com duração de cinco dias naquela região, ainda no ano de 1970, nos cerca de 5.000 homens do Exército que teriam perseguido falsos guerrilheiros e ainda comemorado a vitória da corporação. Logo passa a falar sobre a chegada dos guerrilheiros reais, um grupo de cerca de dez pessoas que teria chegado ao sudeste dos estados do Pará e Maranhão e norte de Goiás pelos rios e caminhos da região e que alguns destes teriam comprados terras, trabalhado como vendedores ambulantes e até montado uma farmácia. Deste grupo foram identificados, pela publicação, os nomes Arroio, Maurício Grabois, Elza Monerat, Paulo Rodrigues, João Carlos Haas Sobrinho, Osvaldo Orlando Costa e Paulo Rodrigues⁹³. Ao lado de cada nome constam informações sobre as atividades que exerciam, e/ou o local de origem. Informa ainda, ao leitor sobre as riquezas da região, citando a castanha do Pará. Em seguida aborda os grandes projetos de agropecuária desenvolvidos pela Sudam, ainda na segunda metade da década de 1960, e também a abertura da Transamazônica, já nos anos 1970.

⁹³ Sabemos hoje que todos os citados na reportagem estiveram na região do Araguaia participando da Guerrilha. Destes só conseguiram escapar com vida Elza Monerat, que era responsável por levar novos militantes à região e Ângelo Arroio, que seria mais tarde assassinado no desmonte de um aparelho do PCdoB na região da Lapa, em São Paulo.

O segundo tópico relata o motivo que teria levado os guerrilheiros à região, bem como o porquê da escolha. Segundo a publicação o motivo seria cooptar e preparar os camponeses para uma insurreição popular em vias de derrubar o regime instituído, e sobre a escolha da região coloca que seria um local de grande circulação, pouco vigiada pela ditadura, onde a população tinha costume de estar armada. Relata ainda sobre o “mito” que Oswaldão se tornara na região, sobre a posse por ele adquirida, sobre os três destacamentos que se formaram - Gameleira, Apinajés e Caiano - o número de participantes destes e o local onde estariam sediados. Cita a formação dos destacamentos, a chegada discreta dos militantes e os nomes de José Genoíno e João Amazonas (estes não elencados anteriormente, junto ao nome dos outros participantes do movimento apresentados em lista). “Iam a macumba, batizavam criança” este tópico fala da chegada de outros guerrilheiros, Antonio Ribas, Flávio, Amauri, Sueli, Maria Dina, Lourival, Sueli e outros. Cita a integração destes com a comunidade e da rotina que tinham, bem como das dificuldades, como a malária que assolou a todos. Relata que pela noite escutavam rádio, inclusive a rádio *Tirana*, e que em meados de 1971, espalhados em uma área de cerca de sessenta quilômetros, teriam iniciado a preparação para o enfrentamento (conhecimento da mata, treinamento de fuga, tiro, emboscadas) e ainda a estocagem de víveres, munições, material de primeiros socorros e produtos afins, como pilhas. No mesmo período teria sido elaborado a proclamação da ULDP, com vinte e sete pontos que versavam sobre as dificuldades e a exploração sofrida pela população local, bem como alternativas para que pudesse melhorar de vida.

“Em abril o exército chegou” é citada a efervescência que se pusera sobre a região com a construção da Rodovia Transamazônica e a desapropriação das terras à sua margem, o que gerou mudanças e conflitos na área. A chegada das Forças Armadas, informa, ocorrera em abril de 1972. Os guerrilheiros, ao perceberem a presença do Exército na região, adentraram à mata para proteger-se. Nos parágrafos seguintes reproduz trechos da reportagem publicada em *O Estado de São Paulo*, em 24 de setembro de 1972 que trata sobre abertura de estradas com agilidade, dos oficiais presentes na região e do modo como eram chamados os guerrilheiros, que para o Exército eram terroristas, e do buraco onde vários destes foram mantidos quando presos.

A reportagem traz ainda a entrevista do padre Humberto, um francês alocado em Marabá que fora confundido com um guerrilheiro e que para ser solto precisara da anuência do bispo de Marabá. Destaca ainda que o contingente das Forças Armadas na região chegaria a 20.000 homens, das variadas corporações e que havia muitas barreiras na estrada entre Marabá e a Palestina, onde todos eram revisados e precisavam de autorização para ali circular. Informa

também que, no último trimestre de 1973, cerca de duzentos camponeses foram presos. Segundo a matéria, José Genoíno, um dos primeiros detidos, teria avistado os corpos de alguns companheiros enquanto esteve no cárcere.

Imagem 37: Revista Veja – 21/11/1979



The image shows the cover of the magazine 'cooJORNAL' and a newspaper clipping from 'Veja' magazine. The magazine cover features a portrait of Zélia Leal and the title 'cooJORNAL'. The newspaper clipping is from 'Veja' magazine, dated 21-11-79, and is titled 'Dupla suspeição' (Double Suspicion). The article discusses the case of the SNI (Serviço Nacional de Informações) against the 'Coojornal gaúcho' (Rio Grande do Sul Co-journal). The article mentions that in August of that year, a person identified themselves as a member of the SNI and contacted the 'Coojornal' office, asking if they were interested in a military document. The document was a copy of a request for information from the SNI to the 6th Division of the Army, dated November 1978. The document mentioned financial support for the 'Coojornal' from the Tupamaros. The article also mentions that the SNI is suspicious of the 'Coojornal' and that the Tupamaros are providing financial support to the journal. The article is signed 'Repr. Organ.' and dated '21-11-79'.

cooJORNAL
Rua Comendador Góes, 172
Telefones: (51) 211-1111 e (51) 211-1112
TELEX: 1801180 - 30 300 Porto Alegre RS Brasil

Nome: Zélia Barbrowski Leal
Departamento: Jornalismo
Matrícula: 170
Porto Alegre: 24-01-79

Zélia: entrevista com Tupamaros.

IMPRENSA

Dupla suspeição

O Caso do SNI contra o Coojornal gaúcho

Em meados de agosto deste ano, uma pessoa não identificada ligou para a redação do *Coojornal*, órgão da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, e fez a consulta: "Vocês se interessam por um documento militar que fala de vocês?" A resposta foi positiva e, duas semanas depois, chegou pelo correio a cópia xerox de um documento, o Pedido de Buscas 015-82/79 — rotulado como "Confidencial" pelo Ministério do Exército —, remetido pela agência do SNI na capital gaúcha às unidades da 6.ª Divisão do Exército. Publicado pelo *Coojornal* em sua edição de novembro, o documento refere-se a um suposto "auxílio financeiro dos Tupamaros ao *Coojornal*".

O pedido de buscas do SNI levou o presidente da cooperativa de 314 jornalistas gaúchos, José Antônio Vieira da Cunha, a desembarcar em Brasília, na terça-feira da semana passada, em busca de informações do Palácio do Planalto. "Se o *Coojornal* tem a consciência tranquila, nada tem a temer", disse-lhe o ministro Saíd Farhat, da Comunicação Social.

"É PARANÓIA" — Em seu pedido de busca, o SNI sustenta que, em junho de 1978, houve uma suspeita reunião entre "o subversivo brasileiro João Quartim", membros da organização subversiva uruguaia MLN-Tupamaros e a jornalista Zélia Leal, correspondente do *Coojornal* em Paris. O SNI entende que dessa reunião resultou um acordo: os Tupamaros fornecem dinheiro ao jornal que por sua vez melhora a imagem dos Tupamaros e picra a do governo uruguaio. O editor do *Coojornal*, Elmar Bones, confirma o encontro. "Mas era apenas para uma entrevista com os Tupamaros", esclarece. O SNI, enquanto isso, presume também que o advogado francês Jean-Louis Weil esteve no Brasil, em dezembro de 1978, representando os Tupamaros, para concretizar o "acordo de Paris" com o mensário gaúcho.

Na verdade, Weil representava vários organismos jurídicos internacionais e tentou informar-se sobre o sequestro de quatro cidadãos uruguaio em Porto Alegre. Na semana passada, de volta à cidade, ele reagiu indignado à denúncia. "Isso é coisa de paranóia, a que não se deve rebaixar, respondendo", afirmou Weil. Nesse episódio, o mensário gaúcho fica sob a suspeição de ser financiado pelos Tupamaros e o SNI sob a suspeição de paranóia. O esclarecimento depende da apresentação de provas pelo SNI: se forem convincentes, ele deve colocar o jornal sob os rigores da lei; e, se não existirem, deve punir os funcionários responsáveis por suspeitas estapafúrdias, ou melhorar o sistema de sigilo de suas comunicações.

Repr. Organ.
Veja
21-11-79

Fonte: <http://www.documentosrevelados.com.br/geral/memorias-da-ditadura-nos-recortes-dos-jornais-e-revistas-da-epoca/>

O jornal cita também depoimento de Elza Monerat à Justiça Militar onde relata que o movimento era liderado pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia, a qual tinha uma comissão militar organizada, que teria também produzido o manifesto de ULDP e um jornal, o *O*

*Araguaia*⁹⁴. Fala da duração do conflito e do ataque acontecido no dia de Natal (1973), que mais tarde ficaria conhecido como o “chafurdo de Natal”, ocasião em que Maurício Gravois e mais de vinte pessoas teriam sido assassinadas. É dada voz aos índios suruíim, que relatam que o Exército lhes incitava contra os terroristas, levando fotos dos mesmos e afirmando que estes eram muito perigosos.

O encerramento dá-se após breve relato sobre a Chacina da Lapa, quando Ângelo Arroio foi assassinado e logo informa que, segundo o Comandante do Batalhão da Região, as operações de combate aos terroristas estariam encerradas desde janeiro de 1975.

Uma vez que publicava matérias que denunciavam abusos de poder e corrupção, o jornal esteve sob monitoramento dos órgãos de segurança desde os primeiros meses, quando era ainda somente um boletim. Foi amplamente perseguido pelo Regime Militar (Imagens 37 e 38) de forma financeira (empresas eram intimadas a deixar de anunciar no veículo), perseguições a seus integrantes, muitos acabaram por vezes presos⁹⁵, e mesmo através de atentados à bancas de revista que o revendiam.

3.8 - Resistência: a voz da Sociedade Paraense de Direitos Humanos

O jornal *Resistência* tem sua primeira edição publicada em março de 1978, com tiragem de dois mil exemplares e é a voz oficial da Sociedade Paraense de Direitos Humanos, criada cerca de sete meses antes do jornal, em 08 de agosto de 1977, segundo documento publicado na edição de número 1 do *Resistência*.

Surgiu a partir da união de um grupo em torno de uma causa comum que seria prestar assistência à posseiros presos após o assassinato de um fazendeiro americano, no interior do Pará e que, resignados no presídio São José, encontravam-se sem condições de arcar com suas necessidades básicas e menos com os custos de um advogado para defendê-los (*Resistência* nº1, 02.1978). Nesta edição, de forma clara na segunda página do jornal, estão elencados os pilares que movem a Sociedade, bem como suas preocupações e objetivos.

⁹⁴ Este depoimento não coincide com o que inferimos sobre este jornal, uma vez que a publicação foi feita no Estado da Guanabara já quando o confronto estava por ser dizimado.

⁹⁵ Para mais informações sobre o *Coojornal* ver: *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, Kusinski, 2003.

Imagem 38: Edição do Resistência, de maio de 1978.



Fonte: Arquivo Nacional. Armazém Memória.
Imagem 39: Relatório Comando Aéreo Regional. Maio 1978.

VAZ 1894.202.p.1/4
24 MAI 78 12189

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
1º COMANDO AEREO REGIONAL
2ª SEÇÃO

em 19 MAI 78

1 - ASSUNTO: SOCIEDADE PARANENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS JORNAL "RESISTÊNCIA".
2 - ORDEM: A2/COMAR-I
3 - DIFUSÃO: CISA/BR - CISA/RJ
4 - DIFUSÃO ANTERIOR: + + +

NUMERAÇÃO
M Aer P N I
INFORMAÇÃO Nº 042/12/COMAR-I

1 - No dia 5 do corrente, a Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) efetivou uma reunião em sua sede, localizada em uma dependência de Igreja de N S Aparecida, com a presença de 15 pessoas aproximadamente, sob a presidência de **PAULO CESAR FORTES DE LIMA**, ex-militante da APML do E.

2 - O enfoque principal da reunião foi a divulgação do nº 2 do jornal "RESISTÊNCIA" (cópia xerografada em anexo), órgão noticioso da SPDDH, com uma tiragem de 3.000 exemplares a serem colocados à venda não somente nas bancas de jornais, como também nas cidades do interior do Estado, ao preço de R\$ 5,00

3 - O nº 2 de "RESISTÊNCIA", como igualmente os anteriores, aborda assuntos relacionados de fortes críticas ao regime, ao governo e autoridades constituídas, velho conhecido desse tipo de imprensa.

4 - Destaca-se todavia nesse número, os seguintes tópicos:

- Classificação do Diretor do Centro Sócio-Econômico da UFPA - **ADRIAL MEIRA MATOS**, como "facista".
- Paralelismo entre o Reitor da UFPA e o Reitor **ARACY BAIRETO** da UFPA.
- Perfil negativo do candidato a governador do Estado - Deputado **ALACID NUNES**, assinado pelo jornalista **LUIZ MAKLOUF CAVALHO**.
- Entrevista de **LEVY HALL DE NOVA**, quando declara: "eu havia sido membro do Partido Comunista".
- Comentários sobre os problemas de terras, evidenciando novamente o caso "FAZENDA CAPAZ".

... continua ...

VAZ 1894.202.p.2/4
24 MAI 78 12189

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Continuação de a) INFORMAÇÃO Nº 042/12/COMAR-I, de 19 MAI 78)

- Críticas à COBEH, Órgão do Governo Municipal no trato dos problemas das baixadas de Belém.

5 - Sabe-se que além da publicação de "RESISTÊNCIA", superlotados de artigos "contestatórios e negativistas", a SPDDH programa a efetivação de uma Assembleia Geral, visando montar um esquema, para a realização de uma SEMANA sobre Anistia Ampla e Irrestrita, possivelmente com início no dia 26 MAI 78.

ooo OOO ooo

Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assunto sigiloso e não o manter em absoluto sigilo, será punida de acordo com o Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

Fonte: Arquivo Nacional - Armazém Memória

O *Resistência* posicionou-se como um jornal contra-hegemônico, preocupado com problemas que atingem a população menos favorecida da região amazônica, como a falta de condições básicas de sobrevivência. Crítico ao Governo Militar, aos desmandos e ao abuso de poder instituído, a postura dos políticos e grandes proprietários que exploravam a população do interior e das cidades. Mostra-se atento aos conflitos agrários que despontavam, contrário a invasão do capital estrangeiro e das multinacionais na Amazônia, e como o seu próprio nome diz, alinhado à resistência ao regime ditatorial em curso. A linha editorial do jornal levou-o a ser alvo de relatórios militares (Imagens 40), à época sigilosos, como pode ser constatado através de documentos oriundos do Primeiro Comando Aéreo Regional, Segunda Seção, subordinado ao Ministério da Aeronáutica, e que discorrem sobre uma reunião da SPDDH que teve como pauta a divulgação e venda da segunda edição do jornal. O documento informa que foram impressos três mil exemplares e que estes seriam vendidos, em bancas da capital e do interior do estado do Pará, a Cr\$ 5,00.

Após imprimir na capa de sua quinta edição o horror da tortura pela qual passaram Paulo e sua esposa Hecilda Fontelles, grávida na ocasião, em diversos órgãos da repressão nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília, e também de outras vítimas da ditadura, o *Resistência* teve apreendidos quatro mil e quinhentos exemplares dos cinco mil impressos na ocasião (*Resistência*, nº 7), segundo edição seguinte do jornal (Imagens 41 e 42).

Imagem 40: Paulo Roberto Ferreira assina um documento na Polícia Federal, depois de uma invasão à gráfica do *Resistência*.



Acervo: SDDH/Foto: Leila Jinkings

Imagem 41: Passeata em apoio ao jornal, 1980.



Acervo:SDDH /Fotos: Miguel Chikaoka

A perseguição ao jornal continuou no decorrer do Regime. No mês de outubro de 1978, um documento de caráter sigiloso e em papel timbrado da companhia Vale do Rio Doce (Imagem 43) lista o jornal como uma publicação que não deveria receber publicidade de órgãos governamentais, segundo recomendação do Serviço Nacional de Informação. A “pressão” aos anunciantes levava os jornais a enfrentarem dificuldades de manter-se financeiramente, e até a fecharem suas portas. Era mais uma forma de calar a oposição e desmobilizá-la empreendida com frequência pelo governo militar (SMITH, 2003). A manobra parece ter sido efetiva, uma vez que o jornal, após a edição de número 9, deixou de ser publicado de forma regular e no editorial da edição especial de agosto de 1978 informa à seus leitores que deixará de ser

publicado mensalmente para que pudesse passar por reestruturação financeira e que buscava voltar à regularidade a partir do ano seguinte. Neste ano saíram algumas edições extras, entre elas a já citada, que pedia a regulamentação do curso de psicologia (*Resistência* 08.1979). Outras edições especiais foram publicadas neste mesmo ano, por vezes mais de uma por mês, como em agosto de 1979. O jornal voltou a circular regularmente em 1980 e seguiu sendo impresso até 1983, passando anos depois para o suporte digital.

Imagem 42: Informe sobre “Publicidade de órgãos governamentais na imprensa contestatória Serviço Nacional de Informação

CONFIDENCIAL

FL. 1 / 2

Companhia
Vale do Rio
Posição
Assessoria de Segurança e Informações

INFORME Nº 13/031/78-ASI/CVRD

Data : 09 out 78
Assunto : PUBLICIDADE DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NA IMPRENSA
CONTESTATÓRIA
Origem : AC/SNI
Referência : (X)
Difusão : ASCOP - CONTROLADAS e COLIGADAS

Para conhecimento e providências de V. Sa. estamos difundindo uma relação, oriunda do SNI, dos órgãos de imprensa (jornais e revistas), cuja linha de atuação recomenda não sejam colocados anúncios de propaganda de órgãos vinculados ao Governo Federal:

"A NOTÍCIA"	- MARAUS/AM
"A TRIBUNA"	- PORTO VELHO/RO
"O JORNAL"	- RIO BRANCO/AC
"O EXPRESSO"	- BELÉM/PA
"RESISTÊNCIA"	- BELÉM/PA
"O PROGRESSO"	- IMPERATRIZ/MA
"O RUMO"	- SÃO LUÍZ/MA
"NUTIRÃO"	- FORTALEZA/CE
"O NORTE"	- JOÃO PESSOA/PB
"DESAFIO"	- MACEIÓ/AL
"A VOZ DO JORNALISTA"	- MACEIÓ/AL
"JORNAL DE SERGIPE"	- ARACAJU/SE
"POSIÇÃO"	- VITÓRIA/ES
"TRIBUNA DA IMPRENSA"	- RIO DE JANEIRO/RJ
"LAMPÃO DA ESQUINA"	- RIO DE JANEIRO/RJ
"REPÓRTER"	- RIO DE JANEIRO/RJ

Todos e qualquer pessoa que tenha conhecimento de assunto sob este sigilo, fica automaticamente responsável pela manutenção ou sua divulgação. Art. 12 - Decreto nº 79.098/77 (Programa de Proteção de Informações de Segurança)

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional – Armazém Memória

A Guerrilha do Araguaia é abordada pela primeira vez na edição de número 5, do *Resistência*, recolhida de circulação por ter denunciado a tortura como prática usual do Regime, como já citado anteriormente. Dá-se a partir da republicação na íntegra de matéria veiculada pelo jornal *Movimento*, alternativo de circulação nacional, em julho de 1978 (*Resistência*, julho de 1978), que por sua vez republica e desdobra a matéria do também alternativo *Coojornal*,

de julho do mesmo ano. Vale destacar que o *Movimento* dá crédito ao *Coojornal* na abertura de sua matéria como sendo, além de sua fonte, o primeiro a noticiar a Guerrilha depois de a mesma ser silenciada por longo período. A edição em questão do *Resistência* até o momento não foi localizada, mas a matéria do *Movimento* está disponível online através do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em sua nona edição, (Ed.09/02/1979), a Guerrilha é mancheteada na capa do jornal, em um box à direita (Imagem 44). Na matéria “Pai da estudante desaparecida na guerrilha: a culpa é dos generais”, o periódico apresenta ao leitor o longo percurso da família de Jana em busca de informações sobre seu paradeiro. A emissão ocupa duas páginas, a maior parte delas preenchida com a entrevista feita com o Dr. Girão, o pai da estudante, um médico cearense morador de Petrópolis que passara por Belém no mês anterior em busca de informações sobre o paradeiro de sua filha, segundo o texto que abre a matéria. Além da entrevista outros elementos foram utilizados, entre eles um box com informações sobre Jana, com o título: “Quem é Jana?”, além de quatro fotografias, sendo duas delas na primeira página da matéria. No alto, à direita, uma 3x4 da desaparecida e, outra em maior tamanho e um pouco abaixo da primeira, mostra o Dr. Girão sentado atrás de uma mesa. Na página seguinte estão as outras fotos, desta vez aparecem de meio corpo, no alto, o médico e uma irmã de Jana, ao pé da página está a última imagem, uma 3x4 de Jana, a desaparecida posicionada no canto inferior direito da página.

Através da entrevista concedida pelo Dr. Girão sabemos que ele veio à Belém em busca de informações sobre sua filha desaparecida, já que as buscava pelas mais diversas vias, no Brasil e no exterior. Nesta passagem encontrou representantes das Forças Armadas que garantiram nada saber sobre ela. Afirma dar entrevista ao recém-criado jornal na esperança de que alguém lhe dê informações sobre ela. A Guerrilha é citada de forma direta bem como o grande contingente de militares que estaria envolvido em seu enfrentamento. O jornal afirma que o entrevistado tem conhecimentos interessantes sobre o conflito.

Nesta mesma edição, também anunciados na capa e publicados na contracapa, os chamados Poemas da Guerrilha do Araguaia, (Imagem 45) que o editor afirma ter recebido quando trabalhava na redação de um grande jornal, em 1976 (*Resistência*, ed.9 de 02.1979) e, sobre os quais, afirma serem impublicáveis anos antes. Os Poemas teriam sido levados pelo Dr. Mourão e, após o contato com Maclouf, publicados. São atribuídos a Libério de Campos, pseudônimo com significado intrínseco.

3.9 - Análise do conteúdo levantado

Os meios de comunicação aqui estudados, estando ligados ou não à instituições e partidos políticos, revelaram fatos que vinham sendo negados pela História Oficial do Brasil, como a própria existência da Guerrilha em território brasileiro, além das arbitrariedades cometidas na região do Araguaia, como as torturas à populares, expulsão de suas terras e maus tratos aos prisioneiros do conflito, permitindo o conhecimento de um conteúdo crítico ao regime, censurado pelo governo militar. Segundo Karl Marx, a censura produz um efeito desmoralizador. O vício da hipocrisia é inseparável dela e, além disso, é desse vício que surgem seus outros defeitos, pois inclusive sua capacidade de virtude básica perde-se através do revoltante vício da passividade, mesmo se visto esteticamente. (MARX, 2006, p. 64).

A Rádio *Tirana*, localizada na Albânia comunista, aparece como replicadora do conteúdo de diversos outros veículos de comunicação. Sobre as publicações replicadas e/ou comentadas pela emissora e transcritas no *corpus* desta pesquisa, destacamos que as mesmas são na maior parte publicações contra-hegemônicas e ligadas à instituições ou partidos de esquerda ou ds defesa dos Direitos Humanos, tais como o *Boletim da Frente Brasilense de Informaciones*, o jornal *Lo Pensar* (órgão do Comitê Central da Vanguarda Comunista da Argentina), *A Classe Operária* (órgão central do Partido Comunista do Brasil), jornal *Le Humanité Rouge* (órgão francês de estudos marxistas leninistas), o jornal *Classê* (órgão central do Partido Comunista Marxista Lenista da Bélgica) e *Agência Nova China*. Estas apresentam posicionamento crítico, consonante sobre o Regime Militar Brasileiro e com constância fazem denúncias ao seu *modus operandi*, pormenorizando alguns dos horrores ocorridos na região do Araguaia.

A *Tirana* mantinha ligação com o Partido Comunista do Brasil, tendo tido militantes destes como seus locutores. Esta ligação é confirmada através das páginas do jornal *A Classe Operária* que, em suas edições anuncia a rádio, estimulando seus leitores a escutarem a mesma. Apesar desta rádio veicular, na maior parte das vezes notícias que tinham como fonte outros veículos ou organizações consideradas de esquerda, replicava também conteúdo de meios de comunicação da grande imprensa que tivessem publicado matérias críticas ao Regime Militar Brasileiro, como no caso da revista americana Newsweek e a da brasileira Rádio Tupi. A Guerrilha do Araguaia aparece nos boletins da *Tirana* de duas formas: como tema principal da matéria ou atrelada a outro assunto. Neste caso, acontece após serem apontados os graves problemas enfrentados pela população brasileira, uma possível maneira de aproximar o fato do ouvinte. Questões sociais e/ou a solução para elas são explicitadas através da Proclamação da

ULDP, um dos documentos de propaganda da Guerrilha, que elencava as necessidades e maus presságios vividos pelos trabalhadores do interior do Brasil. O primeiro ano da luta é registrado em diversas publicações, suas vitórias são exaltadas e sua importância como elemento de reorganização social do país ratificada a cada boletim que a cita. De fato, como elo comum nestes boletins, percebemos a compreensão da luta guerrilheira como uma luta legítima, que buscava resgatar os direitos de cidadãos que viviam à margem da sociedade, ou que eram perseguidos pelo Regime Militar vigente. Este veículo foi de grande importância, tanto para a divulgação de notícias sobre a Guerrilha, como para informar aos guerrilheiros o que acontecia para além da floresta, fazendo possível que as informações sobre o movimento e assuntos a ele afins, cruzassem fronteiras em instantes e alcançassem inclusive o público brasileiro, que vivia sob às amarras da censura.

O jornal francês *Politique Hedbo* traz em sua matéria “*Le programm des pauvres*” duas particularidades: primeiro alerta claramente ao seu leitor que traria um conteúdo diferenciado, que mostraria o “Brasil real”, ao invés do que era retratado pela propaganda oficial do Governo. As demais publicações o fazem de forma sutil, discorrendo sobre os problemas que afetavam a população da região do Araguaia e por vezes citando de forma global a situação do país. O outro excerto, que mais chama a atenção, é a citação a uma matéria publicada em 13 de novembro de 1972 pelo jornal *Correio Popular* (1927), de São Paulo, com a transcrição de uma entrevista do general Souza Mello, comandante da 2ª Armada (baseada em São Paulo) e que fala sobre a necessidade da utilização de técnicas de guerrilha na Amazonia. Esta é a única citação feita a um outro meio de comunicação da grande imprensa que não *O Estado de São Paulo*, para versar sobre o movimento guerrilheiro. Em comum com as demais está seu posicionamento claramente contestatório, destacando a pobreza da região desde o título da matéria e a publicação do programa dos vinte e sete pontos da União Pela Liberdade e Democracia dos Povos, para revelar a seu leitor a real situação que acometia a população menos favorecida, vítima do grande capital e da exploração por parte do capitalismo internacional.

Ao analisarmos o *Coojornal*, tal qual o mesmo afirma, percebemos que realmente, mesmo cinco anos após o fim dos enfrentamentos na região do Araguaia, havia poucas informações sobre o assunto, uma vez que o veículo utiliza ainda para compor sua matéria, trechos da reportagem veiculado no jornal *O Estado de São Paulo*, que fora publicada ainda em 1972. Ainda que o jornal a chame como uma grande reportagem, poucas são as novidades. Talvez o maior logro do veículo seja o de trazer de volta a Guerrilha as páginas da imprensa. A entrevista de um padre francês, que fora confundido com um guerrilheiro, é o diferencial da matéria que, além disto, cita o depoimento, ao Tribunal do exército, de Elza Monerat, que esteve

integrada ao grupo. Este jornal, mesmo considerado uma mídia contra-hegemônica, não deixou de utilizar-se de informações publicadas por um veículo considerado como sendo da grande imprensa.

O jornal *A Classe Operária*, por estar ligado ao Partido Comunista do Brasil, adota um posicionamento mais eloquente sobre a ação dos guerrilheiros na região do Araguaia. “Resistência Armada à Ditadura” (*A Classe Operária*, 1972, p. 12) aqui analisada, apesar de informar sobre combate na região cerca de um mês após os mesmos terem iniciado, fala de um levante popular, não citando o partido e tratando os guerrilheiros como simples camponeses da região. Fato que pode ser inferido a partir do seguinte exceto que descreve a ação da Forças Armadas no que foi a primeira operação de busca e combate aos “terroristas”: “Apossaram-se de roupas, calçados e remédios de moradores, dizendo tratar-se de depósitos clandestinos” (*A Classe Operária*, 1972, p. 12). Ora, sabe-se que os moradores daquela área contavam com poucos recursos e que remédios eram raros por ali. Logo fica claro que realmente buscavam dissimular a atuação dos militantes do Partido na região e que, decerto, parte do material destruído fazia mesmo parte dos víveres acumulados pelos guerrilheiros a fim de sobreviverem enquanto a Guerrilha estivesse em curso. Segundo Downing (2002), em estados de exceção, como o que imperava durante o período ditatorial brasileiro, mesmo as mídias alternativas estando atreladas à partidos políticos podem, ainda assim, serem vistas como radicais e alternativas, uma vez que estão fazendo papel reivindicador e contestador, dando espaço à conteúdos suprimidos pela grande mídia.

No parágrafo que versa sobre a reação dos “moradores” ao embate do Exército, nos chama a atenção o fato de o jornal dizer que estes seriam favorecidos pelo terreno que lhes daria condição de um combate ao estilo guerrilheiro, sendo esta a primeira referência, mesmo que indireta, a possibilidade de uma guerrilha naquela região, e ainda que poderiam contar com as massas do local e região adjacentes, o que nos surpreende e faz notar o enaltecimento da situação por parte do veículo, uma vez que aquela era uma região pouco habitada, sendo os povoados distantes uns dos outros. O jornal sempre que possível enaltece a atuação patriótica daqueles, seriam “moradores ou camponeses”, e que haviam se levantado em armas para enfrentar as arbitrariedades cometidas pelas Forças Armadas na região.

A Classe Operária foi um dos poucos veículos a tratar do tema ainda na década de 70. Certamente, não foi o único. Mas sua postura difere das demais publicações sobre o Araguaia por ser a versão oficial do partido, que ainda hoje relembra a guerrilha como um episódio vitorioso da história do PCdoB” (Mourão, 2007, p. 3).

A publicação sempre que possível ressalta as características do Regime Militar Brasileiro como um governo autoritário, fascista e arbitrário, que deve ser combatido e que a opção naquele momento seria o enfrentamento através da luta armada. Ao pé da página analisada está a propaganda da rádio *Tirana*, estimulando o leitor a sintonizar a emissora, anunciando ainda a hora e a frequência na qual poderia ser alcançada.

Este fato corrobora com a hipótese aqui levantada de que os meios de comunicação estudados compartilhavam conteúdos a partir de redes de informações, estas organizadas por partidos políticos como a Agência Brasileira de Notícias ou entidades civis como o Comitê de Denúncias da Repressão no Brasil.

Os meios aqui estudados replicavam uns aos outros, fosse por convicção ideológica ou necessidade de informações, como no caso já citado do *Coojornal* que replica conteúdo do *O Estado de São Paulo* seis anos após a publicação do mesmo, uma vez que em razão da censura sabia-se muito pouco acerca de certos assuntos que afrontavam a ideologia defendida pelo regime militar. Mourão aponta que, segundo o jornalista Carlos Azevedo, eram enviadas mensagens codificadas à Paris e, de lá, o material chegava à outros países da Europa – onde muitos brasileiros estavam exilados na época – e nas redações dos grandes jornais. (MOURÃO, 2007, p.3).

O Araguaia, por sua vez, é citado na matéria “Operação Araguaia” do *Coojornal*, através de depoimento de Elza Monerat, que atribui a produção aos guerrilheiros do Araguaia, fato este que inferimos não ser real, uma vez que o próprio jornal traz a Guanabara como local de publicação e ainda a data de sua primeira edição como sendo julho de 1974, momento este em que o movimento guerrilheiro já estava desorganizada e poucos militantes restavam vivos vagando pela floresta. Amelinha Teles, por sua vez, relata que viu o jornal após ter saído da prisão, em 1974, e que teria conhecido os responsáveis pela publicação, que seriam estudantes de jornalismo e também um médico, todos cariocas, que buscavam dar apoio ao movimento guerrilheiro. Afirma ainda que, quando da sua publicação, o Comitê Central do partido havia sido massacrado pela repressão, estando os que eram responsáveis pela imprensa todos mortos, entre eles Carlos Nicolau Daniele e Lincoln Cordeiro Oest (Amelinha Teles, 2016). O editorial deste jornal versa sobre a atitude corajosa e patriota dos guerrilheiros, e coloca-as como um exemplo a ser seguindo, conclama também o apoio a todos que se dispusessem a lutar contra a ditadura militar. Fala também sobre os problemas que ocorrem na região, entre os quais estão a grilagem de terras, a expulsão dos colonos, a miséria e a falta de assistência social a qual está submetida aquela população.

O *Frente Brasileiro de Informaciones*, por sua vez preocupa-se em localizar o leitor, informando-o de forma clara e através de mapas a localização do foco guerrilheiro. Este replica também informações do jornal *O Estado de São Paulo*, e acrescenta novas informações sobre o conflito creditando-as à população, destaca a proximidade da região a capital federal, e o apoio da população aos insurgentes. Cita a morte do guerrilheiro Daniel e várias baixas nas forças repressivas. Essa informação pode ser tida como romantizada, uma vez que exaltava um êxito, por parte dos guerrilheiros, maior do que o real. Percebemos a preocupação do veículo em divulgar as atrocidades pelas quais passava a população local, uma vez que descreve com minúcia o *modus operandi* do sistema repressor, que estava pautado na tortura física, psicológica e no cárcere de prisioneiros. Destacamos que estes fatos, tal qual narrados pelo Frente, são confirmados hoje pelos camponeses que depõem a Comissão Estadual da Verdade. Além disso preocupa-se em relatar também a questão agrária, a expansão do grande capital na região, e os conflitos sociais por este causados, posicionando-se contra o imperialismo que ali se enraizara. Estas características que lhe conferem o caráter de uma mídia alternativa, uma vez que publicava conteúdo diferenciado e comprometido com causas sociais e que não poderiam ser encontradas nos grandes meios, como a violência que acometeu também parte do clero das cidades onde ocorreu o conflito, fato este pouco divulgado mesmo nos outros meios alternativos aqui estudados. Levanta-se ainda contra o Estado Brasileiro ao chamar um General de torturador e denunciar sua conivência com os latifundiários da região.

Resistência tem um diferencial em seu conteúdo quando, logo na capa, traz a chamada: “Pai de estudante desaparecida na guerrilha: responsabilizo os Generais”. É o único entre os analisados que imputa a culpa pelo desaparecimento ao Governo brasileiro. A matéria tem como fio condutor a busca de um pai por sua filha, que havia ido ao Araguaia e que, no seu percurso em busca da mesma, concedera entrevista ao veículo buscando informações sobre a filha, problematizando a causa da busca e do desaparecimento de cidadãos, que segundo informações poderiam ter estado na região do Araguaia⁹⁶.

A matéria publicada no jornal *Libération*, informa que chegou até o veículo matéria sobre a região do Araguaia, mas não dá nome ao repórter. Pela estrutura da narrativa e conteúdo nela apresentado, inferimos tratar-se da matéria feita pelo suposto repórter Osvaldo Luís⁹⁷ que

⁹⁶ No ano seguinte ao desta publicação ocorreu a primeira Caravana da Anistia, composta por parentes de desaparecidos e militantes dos direitos humanos que partiu à região do Araguaia, em busca de informações sobre a existência da guerrilha e o destino que teriam tido os que dela participaram.

⁹⁷ Questionada sobre este repórter, Amelinha Teles discorre: “esse Osvaldo acho que ele nem existia, porque quem fazia essas matérias era o comitê central, né, tinha gente do comitê central lá dentro da guerrilha, Mauricio Grabois era do comitê central, o próprio Zé Alberto Bronca era do Comitê Central, o Ângelo Arroio me parece que era

teria estado na região. As entrevistas apresentadas nesta matéria têm conteúdo semelhante à do também francês *Politique Hebdo*.

O estudo dos objetos aqui proposto nos possibilitaram perceber que estes meios, através de suas páginas, contestavam o Governo Militar e militavam pelo resgate à cidadania e aos Direitos Humanos que vinham sendo cerceados aos brasileiros (KUSINKI, 1999). Questões relevantes sobre os mesmos, além de identificarmos entre eles pontos em comum e pontos dissonantes quanto ao conteúdo publicado, bem como percebermos sua origem, e posicionamento quanto a Guerrilha do Araguaia. O fato mais relevante aqui, em comum a estas mídias, é seu caráter contra-hegemônico. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico (MORAES, 2010, p.73).

A postura contra-hegemônica destes veículos pode ser observada de forma clara em suas emissões, uma vez que afrontam a versão oficial do governo brasileiro, sempre dando destaque ao fato deste negar a existência de guerrilheiro na região.

Percebemos, que em parte dos meios analisados, mais precisamente nos publicados até meados da década de 1970, o movimento guerrilheiro é dito como um movimento popular, que surgira por iniciativa própria dos camponeses da região, sem que seja citada a sua ligação com o PCdoB, e tendo acontecido em resposta ao ataque das Forças Armadas à região. Já as publicações do final da década de 1970, como é caso do *Coojornal*, relacionam a Guerrilha ao PCdoB, identificando inclusive alguns de seus líderes como guerrilheiros, e afirma que estes chegaram à região antes mesmo do Exército, ainda na década de 1960 e vinham se preparando para a luta armada, para uma guerra de guerrilhas tal qual acabou por ocorrer ali,

Nas matérias analisadas são comumente destacados os fatos de a Guerrilha ser negada oficialmente, e de que qualquer informação sobre o assunto fora, como discorreu Gaspari, censurada pelo Governo Brasileiro, uma vez que este temia o fato de que a mesma viesse a servir de exemplo à outros insurgentes e corroborasse com o alastro de novos movimentos similares em todo o território nacional. Para além dos combates é destacada também, por esses veículos, a situação de abandono e pobreza vivida pelos camponeses da região.

Nesse sentido localizamos os mesmos como mídias contra-hegemônicas que contribuíram para furar o cerco da censura implantada pelas mãos do Regime Militar Brasileiro,

também do Comitê central, então tinha gente do comitê central que mandava de lá pra cá e assim inventavam um nome e punham uma matéria como se um repórter estivesse” (Teles, Maria Amélia de Almeida, 2016)

onde é possível perceber seu caráter crítico-emancipador e reivindicatório, de ser expressão dos movimentos populares e de servir como voz ao povo que quer ser ouvido (PERUZZO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos empenhamos, nesta pesquisa, em levantar e analisar meios de comunicação alternativos que noticiaram a Guerrilha do Araguaia, durante a década de 1970. Consideramos que o estudo foi frutífero uma vez que, partindo de um único objeto inicial, o jornal *Politique Hebdo*, chegamos ao encontro de vários outros, dos quais alguns ainda não haviam sido estudados e que, assim como o primeiro, se haviam ocupado de noticiar a Guerrilha enquanto esta vinha sendo negada pelo Governo Militar Brasileiro.

Pensamos ter sido acertada a escolha do período uma vez que, hoje, estes jornais e transcrições nos permitem deslumbrar a realidade dos atingidos pela Guerrilha, a partir de registros contemporâneos aos fatos deflagrados sendo, por este motivo, objetos empíricos relevantes, uma vez que possibilitam o resgate da memória do conflito através de seu estudo e compartilhamento no meio acadêmico. Percebemos ainda que a pesquisa pode e deve ainda ser continuada, uma vez que detectamos a existência de outros meios de comunicação contra-hegemônicos, acessíveis através de repositórios físicos e virtuais, que versam sobre a Guerrilha do Araguaia e, ou que se posicionam de forma a fazer parte da resistência ao Regime Militar Brasileiro e a luta pela cidadania. Sendo assim vemos estes meios como lugares da memória da guerrilha, uma vez que preservaram a imagem da mesma como um movimento de resistência à ditadura militar brasileira (1964-1985). que vinha sendo censurado pelo governo brasileiro e que teve sua existência negada oficialmente até a década de 1990.

A fim de que pudéssemos perceber com maior clareza o posicionamento dos meios de comunicação alternativos aqui estudados, aprofundamos a pesquisa estudando a Guerrilha também em veículos da mídia tradicional. Este exercício nos deu subterfúgios para que fosse feita a comparação e a diferenciação do conteúdo apresentado pelos dois grupos. Enquanto os representantes da grande imprensa buscavam apenas noticiar o conflito, os veículos de posicionamento contra-hegemônico o tratavam como uma luta legítima, travada com os mais nobres fins, entre os quais estava a luta pelos direitos básicos dos cidadãos, que haviam sido cerceados de forma arbitrária pelo Governo Militar.

Entre os logros desta pesquisa destacamos o mapeamento destes meios de comunicação alternativos que, mesmo estando alocados em continentes e países distintos, ainda assim apresentam seus conteúdos de forma semelhante. Cabe destacar também o desvelamento do funcionamento da Agência Brasileira de Notícias, através de pesquisa em jornais e entrevista com Maria Amélia Teles, que esteve por anos trabalhando junto aos líderes do PCdoB, tanto na produção do jornal do partido, *A Classe Operária*, como na Agência Brasileira de Notícias,

sobre a qual encontramos raríssimas informações a respeito. Através de entrevista com Amélia Teles (Maria Amelia de Almeida Teles), pudemos compreender e desvelar informações sobre o processo de produção do jornal “*A Classe Operária*”, bem como sobre a Agência Brasileira de Notícias, sobre a qual encontramos muito pouco dito a respeito. Esta, criada pelo Partido Comunista do Brasil a fim de distribuir informações relevantes para esta organização a, entre as quais estava a divulgação de notícias sobre o movimento guerrilheiro do Araguaia

Percebemos através do material analisado que a Agência foi fundamental na divulgação das notícias sobre a Guerrilha do Araguaia, uma vez que o material por esta distribuído foi publicado em vários jornais alternativos em diferentes países, enquanto a imprensa brasileira, censurada, não podia informar sobre o assunto, já que o governo militar tinha como imperativo evitar qualquer tipo de manifestação que se opusesse ao poder hegemônico instituído.

Constatamos que as publicações aqui estudadas possuíam, em sua maioria, uma postura semelhante quando veiculavam informações sobre o conflito, enaltecendo o movimento guerrilheiro e legitimando a luta, como um exemplo de resistência que deveria ser seguido a fim de livrar o país das amarras impostas pelo Regime Militar, postura essa que não seria encontrada em um veículo tradicional da grande mídia.

Os envolvidos nestas publicações, considerados como subversivos, foram por muitas vezes perseguidos, banidos, exilados e inclusive mortos pela repressão. Mas ainda assim lutaram contra o poder hegemônico instaurado no país, mesmo temendo que o pior lhes pudesse acometer, com as armas que dispunham, que eram estes meios de comunicação, para informar e conscientizar a população sobre as barbáries que vinham sendo cometidas no país e que tinham sua divulgação proibida pelo Governo Federal, buscando trazer de volta aos cidadãos brasileiros os direitos que lhes fora abnegado pelo governo militar.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS DE PESQUISA

Blog do Paulo Fonteles Filho. Disponível em:
<http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>.
Acessado em 05/12/2014.

Conjunto de documentos CISA - Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica –
0173_04_12-BR_AN_BSB_VAZ_043_143. Arquivo Nacional.

Documentos da Guerrilha, 1972 – 1974.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014.

PERIÓDICOS

Boletim Frente Brasileira de Informações, edição de novembro de 1972.

Coojornal, Porto Alegre, edição de 07/1978.

Liberati3n, Paris, edição de 05/04/1974.

Movimento, São Paulo, edição julho de 1978.

O Araguaia, julho de 1974 a maio de 1975.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 04/08/1971.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 22/03/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 30/08/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 17/09/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 01/10/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 03/10/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 07/10/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 10/11/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 07/12/1972.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 28/10/1973.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 05/06/1975.

O Estado de São Paulo, São Paulo, edição de 24/09/1979.

Politique Hebdo, Paris, edição de 25/01/1973.

Resistência, Belém, edição de 02/1979.

The New York Times, Nova Iorque, edição de 26/09/0972.

The New York Times, Nova Iorque, edição de 27/09/0972.

BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

ABREU, João Batista; BERTOLINI, Júlia Loureiro. Rádio, uma janela para o mundo. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair. **Mídia sonora em quatro dimensões: 1ª ouvintes e falantes, 2ª memória e política, 3ª programas de rádio, 4ª tecnologia e futuro**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2011. Disponível em <https://acervo-digital.espm.br/E-BOOKS/Acesso%20restrito/318055.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Jornal Pessoal: Uma metalinguagem jornalística na Amazônia**, 2008. 282 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Jornal Pessoal: o metajornalismo cidadão**. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 3, n. 3, p. 405-408, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 out. 2015.

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas et al. **Os 50 anos da Ditadura Militar na Amazônia: Guerrilhas, lutas e resistência alternativa na floresta**. Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2014/resumos/R39-0920-1.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARGOLO SILVA NETO, Antonio. **Rádiodifusão Internacional: o desenho do mundo na sintonia das Ondas Curtas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011. Disponível em http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/1137/2/DISSERTA%c3%87%c3%83O_ANTONIO_ARGOLO.pdf. Acesso em: 11 jul. 2015.

ARROYO, Angelo. **Relatório Arroyo**, 1974. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1726340-Relatorio-arroyo-1974.html>. Acesso em 07 jun. 2015.

AUSTIN, Robert. Less is more: towards a sustainable and reliable media in Albania. In: DYCZOK, Marta; GAMAN-GOLUTVINA, Oxana. **Media, democracy and freedom: the post-communist experience**. Peter Lang, p. 171-186, 2009.

BARCELOS, Thatiana Amaral; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Militantes e jornalistas: a imprensa editada por exilados políticos brasileiros durante a ditadura. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Anais..., Rio de Janeiro. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BECKER, Berta K. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**, 19 (53), p. 71-86. 2005. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em 15 set. 2015.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário e as guerras da imprensa: estudo das coberturas realizadas pela imprensa brasileira da Guerra da Coreia (1950-1953) e da Guerra do Vietnã na sua chamada "fase americana" (1964-1973)**. 2001. Tese de Doutorado - (UNICAMP). Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/bolsas/95818/o-imaginario-e-as-guerras-da-imprensa-estudo-das-aberturas-realizadas-pela-imprensa-brasileira-da/>. Acesso em 30 ago. 2015.

BONES, Elmar; CENTENO, Ayrton; GUIMARAENS, Rafael. Org. **Coojournal: um jornal de jornalistas sob o regime militar**. Porto Alegre: Editora Libretos, 2011.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Brasília: E-compós, v. 14, n. 1, 2011.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015. Disponível em https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000830836&local_base=UFR01. Acesso em: 30 nov. 2015.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: à esquerda em armas**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

CHRISTIAENS, Kim. Why Brazil? The Belgian mobilization against repression in Brazil and its significance for Third World solidarity activism in the 1970s and beyond. In: **Journal of BelgianHistory** XLIII, 2013, 4. Disponível em <http://www.journalbelgianhistory.be/en/journal/journal-belgian-history-xliii-2013-4/why-brazil-belgian-mobilization-against-repression>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CLEARY, David. "Lost altogether to the civilised world": race and the cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. **Comparative Studies in Society and History**, v. 40, n. 01, p. 109-135, 1998.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81)**. Tese de doutorado. Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/001071776>. Acesso em: 09 out. 2015.

CRUZ, Fabio Lucas da. **Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2010. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30092010-111933/publico/2010_FabioLucasdaCruz.pdf. Acesso em: 1 maio 2015.

CUNHA, Raquel Cantarelli Vieira da. **Os conceitos de cultura e comunicação em Raymond Williams**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2011. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8198/1/2010_RaquelCantarelliVieiradaCunha.pdf. Acesso em: 01 dez. 2015.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2015.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. Londrina: Annablume, 2009.

DOWNING, John. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

ELSIE, Robert. **Historical Dictionary of Albania**. Scarecrow Press, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. **O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará: a mordaza a partir de 1964**. Belém: Pakatatu, 2015.

FONTELES FILHO, Paulo. **Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2013.

_____. **A Guerrilha do Araguaia na imprensa internacional**. Disponível em <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2012/04/guerrilha-do-araguaia-na-imprensa.html>. Acesso em 09 maio 2015.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. “Comunicado nº 1 das Forças Guerrilheiras do Araguaia”. In: **Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005.

FRANÇA, VERA. **Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?** Disponível em <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/314/195>. Acesso em: 03 abr. 2015.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GERTEL, Elói. Prefácio. In: PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1979.

GRABOIS, Mauricio. **Diário de Maurício Grabois** – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1973/12/diario.htm>. Acesso em: 05 jun. 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Carta ao Comitê Central do PC da URSS**. 14 de outubro de 1926. Escritos Políticos, volume 2. Editora Civilização Brasileira, Brasil 2004. Transcrição e HTML de Pablo de Freitas Lopes para Marxists Internet Archive, julho de 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1926/10/14.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 03 jan. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARRIS, Mark. **Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, race, and popular culture in the North of Brazil, 1798-1840**. England: Cambridge University Press, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

KÄMPF, Nestor; KERN, Dirse Clara. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. In: **Tópicos em ciência do solo**. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, v. 4, p. 277-320, 2005.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

KUSINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos Tempos da Imprensa Alternativa**. EDUSP: São Paulo, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem, natureza. Belém: Edições Cejup, 1992.

_____. **História da Amazônia**: do período da borracha aos dias atuais. Belém: Cultural Brasil, 2015.

_____. Amazônia no século XXI, novas formas de desenvolvimento. In: **Revista Direito GV**. vol. 8 n. 2. São Paulo: July/Dec, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky e PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. Estudos Avançados. [online]. vol. 19, n. 54, p. 77-98. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>. Acesso em: 06 jul. 2015.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Ocupação humana e transformação das paisagens na Amazônia brasileira. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 1, n. 1, 2016.

MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2008.

MACHADO Ismael. **Golpe, Contragolpe e Guerrilhas**: o Pará e a ditadura militar. Belém: IAP, 2014.

MALVES, Patrícia Barba e MECCHI, Patricia Sposito. **Desaparecidos, presos e torturados políticos na Região do Tocantins (antigo norte goiano) durante a ditadura civil-militar**: o trabalho do comitê memória, verdade e justiça no Tocantins. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/direito-a-memoria-e-a-verdade-volume-4.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. À memória e à verdade. In: SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente. (Org.) **Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**. Volume 4. São Paulo - Rio de Janeiro, 2015.

MANSAN, Jaime Valim. Imprensa contra-hegemônica: o caso do Coojornal (1976 - 1983). **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina, 2008. Disponível em <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/jaime.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L & PM, 2006.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 141-152, 2006.

MECCHI, Patricia Sposito; MALVES, Patrícia Barba. Desaparecidos, presos e torturados políticos na Região do Tocantins (antigo norte Goiano) durante a ditadura civil-militar: o

trabalho do Comitê Memória, Verdade e Justiça no Tocantins. In: SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente. (Org.). **Direito à memória e à verdade**. v. 4. p. 32-43. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina: estado, políticas públicas e democratização das mídias**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011.

_____. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, p. 54, 2010. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>. Acessado em 01/09/2015. Acesso em 10 abr. 2015.

_____. Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. **Revista Contracampo**, n. 01, 1997.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOURÃO, Mônica. **Palavras de luta: a ação armada no órgão central do PCdoB, a Classe Operária de 1969 a 1976**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007.

_____. **Comunicação clandestina: redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira**. VII Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza, 2009. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1cPrd9bs0P3tCK6VwNfewNIcEB2b1qNKB/view>. Acesso em 21 ago. 2015.

_____. **A esquerda bem informada: a estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/17292/Monica%20Pereira-Dissert.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. **Por que lutar? A necessidade de ação armada contra a ditadura militar brasileira segundo o jornal A Classe Operária**. XII Colóquio Internacional de Comunicação. Fortaleza, 2007. Disponível em http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/7/76/GT1-_04-_Por_que_lutar-_Monica.pdf. Acesso em: 15 maio 2015.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do Araguaia: “paulistas e militares na Amazônia”**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2458/1/Dissertacao_GuerrilhaAraguaia.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos avançados**, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014.

NOSSA, Leonêncio. **Mata!: o major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, v. 10, n. 1, p. 7-28, 1993. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 9 abr. 2015.

OLIVER, W. **Short-Wave Radio Reception**. Read Books Ltd, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para Não Entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe de. **IPÊS E IBAD: a crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil - Militar de 1964**. Disponível em: http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume002_Num002_artigo005.pdf. Acesso em: 25 nov. 2015.

OROZCO, Guillermo Gómez; GONZÁLEZ, Rodrigo Reyes. **Una coartada metodológica**. Abordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiencias. México: Tintable, 2012.

PARANÁ, Denise. **Entre o sonho e o poder: a trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoíno**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

PARENTE, Aderilson. **O “medo vermelho”: rádio, anticomunismo e mentalidades: uma avaliação da educação ideológica e política na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora, 2014. Disponível em <http://www.rdp.uevora.pt/handle/10174/12261>. Acesso em: 13 abr. 2015.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciênc. Hum. Belém, v. 6, n. 3, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n3/02.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB. 2006.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 10 out. 2015.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1986.

Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. 1972. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1972/mes/uldp.htm#tr1>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão; DE SÁ, Jair Ferreira. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**. v. 22, p. 5-30. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tem/a/ZX5z5skg9g7YyC47qtn533N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2015.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedith Alves. **A Guerrilha do Araguaia (1972–1974)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**: Revolução e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). **As esquerdas no Brasil**: Revolução e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 199-220, 2007.

ROSA, Susel Oliveira. "... Choram Marias e Clarices no solo do Brasil...": Coojornal, o sonho de fazer um "jornal de jornalistas". In: _____. **Exemplar, Pato Macho e Coojornal**: trajetórias alternativas. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35614. Acesso em: 22 abr. 2015.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos " espaços vazios" no governo Vargas: do " Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. **Revista Estudos Históricas**, v. 2, n. 40, p. 115-135. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Marco Antônio Roxo; MOURÃO, Mônica. Comunicação partidária: a estratégia comunista durante a ditadura militar brasileira. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 33 – 40, maio/agosto, 2010. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/7540/5405>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SIMMONS, Cynthia S. et al. **A Guerra amazônica pela terra no sul do Pará**. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259620724_A_Guerra_Amazonica_pela_Terra_no_Sul_do_Para. Acesso em: 20 nov. 2015.

SINGER, Helena. Quando o "diálogo" é a violência. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 281-287, 2001.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1998.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul. **Revista PJ: Br – Jornalismo Brasileiro**, 2005. Disponível em https://pjbr.eca.usp.br/arquivos/ensaios5_d.htm. Acesso em: 29 jul. 2015.

STUDART, Hugo. **A lei da selva**: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. (Org.) **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia**: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro. Belém: Paka-tatu, 2014.

VICKERS, Miranda. **The Albanians**: a modern history. England: IB Tauris, 2014.

WILLIAMS, Raymond; IANNUZZI, Ricardo B.; DE FARIA CRUZ, Heloisa. **A imprensa e a cultura popular**: uma perspectiva histórica. 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2202>. Acesso em: 11 dez. 2016.

ANEXO

Entrevista da Sra. Maria Amélia de Almeida Telles concedida à autora, realizada na cidade de São Paulo, em 07 de julho de 2016

“Quando entrei para o partido em 1962 eu morava em Minas, e lá não havia nada do partido, começaram do zero. Outro militante mais experiente fez contato com um grande dirigente que exercia muita influência sobre as minhas decisões políticas, Lincon West, este foi dando as orientações sobre o que devia ser feito. Passamos então a orientar a população sobre o que era o Partido e algumas vezes surgiam documentos que precisavam ser reproduzidos. Então, compramos uma máquina de escrever e um mimeógrafo. Fazia dois trabalhos, com pessoas o chamado trabalho de massas, e o outro na imprensa. Eu, Criméia e Cesar”. Relata ainda que os três precisaram sair de Minas Gerais após o Congresso de Ibiúna, por estavam sendo perseguidos pela repressão, indo morar no Rio de Janeiro.

“Lá nos ficamos principalmente com a imprensa, porque não tinha ninguém pra fazer imprensa. A imprensa é um trabalho muito difícil pra fazer na clandestinidade, muito ruim de fazer, ninguém se adapta. Hoje eu entendo porque eu fiquei na imprensa. É porque era o trabalho mais difícil que tinha, é um trabalho que você fica dentro de casa, tudo tem que ser fechado, porque você não pode deixar que faça barulho e o vizinho ouça, você tem que trabalhar com o rádio relativamente alto, você fica cheirando aquela tinta o tempo todo porque é tudo vedado para não sair o som, então não entra oxigênio, você tinha que datilografar tudo... revisar todo o material, ver se estava de acordo com o material original que vinha normalmente tudo dobradinho, enroladinho em papel manteiga, papel fininho. Os principais textos eram escritos por outros dirigentes, que eles te davam tudo enroladinho para a repressão não saber, você punha um texto de várias laudas dentro do bolso, depois você ia datilografar. Pra pegar o noticiário do Brasil você tinha que ler todos os jornais, mesmo censurados, você tinha que ouvir rádio *Tirana*, rádio *Havana*, rádio *Moscou*, rádio *Pekin*, *BBC* de Londres. Guardar alguns dados na cabeça porque você não podia escrever por questões de segurança, então a gente fazia todos aqueles jornais da forma mais rudimentar, mais artesanal. A gente imprimia mil e quinhentos exemplares da *A Classe Operária*, cinco ou seis folhas frente e verso mais ou menos, depois fazia pacotinhos de dez exemplares, bem feitinho pra todo mundo achar que era outra coisa que a gente estava levando, em sacolinha de feira, porque esses jornais que a gente fazia aqui em São Paulo e no Rio eram reproduzidos lá no Nordeste. Aqui era o centro, o núcleo que era ligado ao comitê central que classificava e colecionava as informações e você tinha que

assessorar. Pra falar de conjuntura internacional você tinha que ouvir todas as rádios pra ver se estava coincidindo com o que está escrito ali. Se não, você tinha que fazer outro contato com o comitê central porque aquilo tinha outra informação e tudo isso você tinha que fazer correndo risco porque cada ponto você não sabe se cai, se caiu, se estava sendo seguido e correndo risco de queda, e queda poderia significar não só tortura, mas também risco de morte e você tinha que fazer tudo isso pessoalmente e andar de lá pra cá o tempo todo.

Fui presa a primeira vez em maio de 1964. Logo nos primeiros dias do Golpe meu pai foi sequestrado, levado a gente não sabia pra onde, ele ficou mais de seis meses desaparecido, depois é que nos encontramos, é que ninguém conta essa história. Fizeram isso com muita gente naquela época, ninguém conta aquela história, todos acham que a ditadura começou em 1970, mas começou em 1964. A gente sempre ia buscar nosso pai, informações, eu e a Criméia, um dia o Exército foi lá em casa buscar a gente, falaram que era pra colher informações e era pra prender. Até perguntamos: vocês vão dizer onde está nosso pai? Disseram: até pode ser. É alguns esclarecimentos, aí você está pensando que é uma coisa e é outra, mas era pra prender, acho que foi 9 de maio de 1964. Aí fui pro Rio e tive meus filhos, fiquei na clandestinidade. Quando teve o AI-5 viemos pra São Paulo porque estava mais difícil. Não dava pra comprar material pra imprensa, tivemos muito cuidado. A gente precisava de muitas folhas de papel sulfite porque a gente não fazia só o jornal, fazíamos também outras publicações, então tinha que comprar dois pacotinhos em um lugar depois em outro pra não levantar suspeita e depois esconder todo esse papel em casa para o vizinho não ver e levantar suspeita. No Rio o partido adquiriu uma máquina offset de segunda mão muito ruinzinha, em São Paulo era mais fácil porque tinha vários lugares e acabou que toda a esquerda veio pra cá na clandestinidade, era a concentração da luta de Classes. O partido ficou uma parte no Araguaia, porque em 66 mesmo começou a preparação pra Guerrilha, acho que em 64 mesmo, porque a primeira turma vai para a China treinar em 1964. Até antes do golpe que eles foram. Acho que essa turma foi em maio de 64 e depois disso veio o golpe, então já se preparavam pra Guerrilha. A gente tinha muita certeza que ia recrudescer a repressão, nós tínhamos muita certeza disso, não existia dúvida quanto a isso não. Então teve o AI-5 e seus desdobramentos. A repressão já se tornou muito mais violenta, muito mais, e assim então a gente começa a ver a morte de muitos companheiros que não eram da mesma organização que a nossa, mas que tinham sido, eu me lembro assim. Eu tinha que comprar todos os jornais pro comitê central. Os jornais do Rio você tinha que comprar no centro porque não tinha na periferia, e quem ia era eu porque mesmo tendo sido presa era menos visada, e eles eram muito visados, já conhecidos do comitê central. Então comprava esses jornais e via logo a manchete “terrorista morto em tiroteio” e era aquela cara

que você reunia com ele. Por exemplo o Devanir de Carvalho, ele é morto em 71 parece. Eu vejo essa morte dele e em 1965 eu fazia reunião com ele no Rio de Janeiro, porque ele era do PCdoB, depois ele foi pra ala vermelha, mas nós tínhamos o mesmo compromisso, a mesma luta, os mesmos ideais. Então você ficava chocada, aquele que sentou comigo pra fazer reunião agora está morto pela ditadura, pela repressão. E hoje é ele amanhã pode ser você, o tempo todo isso estava presente, a gente via isso o tempo todo.

A minha irmã foi pro Araguaia em 1968, até 68 ela estava no Rio, depois do AI-5 ela foi pro Araguaia. O AI-5 foi dia 13, depois disso ela não tinha mais condição de ficar no Rio, ela era estudante, todo o movimento estudantil estava muito perseguido, já teve o Congresso de Ibiúna que ela ficou visada, e depois ela estava estudando no Rio, que ela estudava enfermagem pra ir pra Guerrilha. Não foi um gesto impensado, ela tinha isso bem presente e ela se preparava. Eu e o César sabíamos por que nos também íamos, o que aconteceu foi que o César ficou muito doente em razão da gráfica do partido. Ele teve uma doença no pâncreas, o pâncreas não funcionou, ele ficou diabético por motivos químicos e logo em seguida tuberculoso também. Porque é isso que eu te falei, imprensa é muito difícil e o César tinha mais propensão, talvez. Eu, por sorte, não fiquei, então ele não podia mais ir pra Guerrilha, então nós discutimos no Partido que a imprensa tinha que funcionar e que a gente ficava. É interessante que tem uma norma internacional de segurança dos partidos clandestinos escrita na antiga União Soviética, elaborada a partir de experiências do mundo inteiro. Ali comunistas do mundo inteiro se reuniam para discutir a clandestinidade e discutir como a clandestinidade podia ser menos (...), porque a clandestinidade te forma e te reforma e você adquire uma responsabilidade bastante distinta dos militantes que vivem na legalidade. Mas você perde muito da sua formação, principalmente você sendo, que é o caso nosso, bem jovem, então a gente entrou na clandestinidade com vinte e um anos e aí o Partido explicou pra nós, a direção, que era pra ficar na gráfica clandestina. Esse estudo de Moscou dizia que deveria ficar três anos e nós ficamos sete anos, só não ficamos mais porque a ditadura sequestrou a gente, por isso que nos deixamos. Naquele ano, que já era o sétimo ano, 1972, que já havia deflagrado a Guerrilha, o partido discutia que a gente devia se desvincular do trabalho da gráfica, mas isso não aconteceu. Fomos presos em 28 de dezembro de 1972, mas é interessante pensar nisso porque você aprende muito na imprensa do Partido, na clandestinidade, porque você lê muito, você estuda muito. Inclusive havia uma biblioteca do Partido dentro da gráfica, na nossa casa, porque o Partido tinha que ter livros e os livros naquela época, além de serem proibidos, não tinham. Eram livros adquiridos fora do país, todos eles quase entraram clandestinamente, eram livros em alemão, espanhol, francês, você aprende muito, mas fica muito isolado. Imprimíamos também outras publicações,

livros que você grampeava no meio, era material sobre a reforma agrária, sobre a guerra popular, movimento estudantil, revolução cubana.

Recebemos os primeiros comunicados da Guerrilha, mas foi muito pouco, porque em 62, você vai saber como a gente recebia o comunicado muitas vezes, pela rádio *Tirana*, porque alguém mandava pra lá, então você transcrevia e repassava. Foram poucos, a gente mandava informações pra Itália, porque daqui não saía correspondência pra Albânia, ia pra Itália pra de lá chegar na Albânia. A gente mandava correspondência pra Alemanha, pra Itália, pra Inglaterra, pro México, pros EUA, pra França, que eu me lembro. Essas informações a gente mandava escrito mesmo, impresso, a gente tinha o endereço na cabeça. Pra você ser da imprensa e clandestino você tem que ser jovem senão você não tem memória pra isso, e a gente guardava esses endereços e punha no correio com remetente falso e chegava, e a gente percebia que chegava ouvindo os rádios, você via que a notícia que você mandou saiu.

As notícias para o jornal vinham dos dirigentes e através de escuta, a produção era nossa, minha e de César. Agora o editor passava lá pra ver se estava tudo certo, até uma vírgula. Uma vez uma vírgula foi trocada de lugar e mudou um pouco o sentido, então eles ficaram bravos com a gente. Fazíamos toda a revisão, recebia o material, até produzia algum texto, as vezes era aceito ou não. Na maioria das vezes não era aproveitado, mas a gente fazia sim, e eu falo que todos os textos sobre mulher que saíram na época foi eu que escrevi, eu escrevia e as vezes saia só um pedacinho, mas escrevia. A gente entregava, olha está prontinho pra ser impresso, mas eles viam.

Nós ficamos sabendo logo, nós ficamos sabendo até antes, porque saiu uma notícia no *Estado de São Paulo* sobre São Domingo das Latas. Eu tive impressão, eu supeitei que o Oswaldão passou por lá, e acho que não existe mais esse lugar e do jeito que eles falavam dava a entender que ali estava acontecendo alguma coisa, e nós conversamos com o Partido, porque como eu tinha que ler estes jornais, eu era uma das primeiras a ler.

A direção não confirmou, mas ficou nervosa, então eu deduzi isso, não sabia que tinha Guerrilha no Araguaia, mas sabia que estava se preparando uma guerrilha. Um pouco antes de estourar a Guerrilha, eu falei com eles que tinha alguma coisa, eu acho que São Domingos das Latas é PCdoB, mas eles nunca confirmaram. Mas aí a Guerrilha estourou e eles que vieram nos falar. Eu nem sabia o que que era Araguaia, mas deve ser um (...) olhava lá no mapa, parecia um afluente do rio Amazonas, que esta aqui só ouvia falar em rio Amazonas.

Isso está muita estranho, estão mexendo com Guerrilha, a direção veio com uma contra informação pra mim, porque eles evitavam da gente (...). Agora, quando foi dia 12 de abril de

1972, eles falaram: olha a coisa está assim e que eles suspeitavam que alguns guerrilheiros da própria Guerrilha tinham dado informação.

Sobre o repórter Oswaldo Luis, isso é claro. Você está procurando informação que você nunca vai saber, porque? O seguinte. Esse Oswaldo acho que ele nem existia. Porque quem fazia essas matérias era o Comitê Central, né, tinha gente do Comitê Central lá dentro da Guerrilha. Mauricio Grabois era do Comitê Central, o próprio Zé Alberto Bronca era do Comitê Central, o Ângelo Arroio me parece que era também do Comitê Central. Então tinha gente do Comitê Central que mandava de lá pra cá e assim inventavam um nome e punham uma matéria como se um repórter estivesse. Como aquela carta ao deputado e, às vezes, nem veio de lá, foi daqui mesmo. O único contato que teve em 72 foi da minha irmã, até ela cair. A Criméia que fazia o contato da Guerrilha com o Comitê Central. Em 73 então descambou. A Guerrilha perdeu o contato aqui e não é só que a Guerrilha perdeu o contato, aqui o Comitê Central estava totalmente esfacelado e sem condições de ter contato. Ai não tinha como a Guerrilha ir pra frente, era difícil, como foi impossível.

Aqui nossa prisão é muito conhecida, nós tivemos até o processo contra o Ustra e ganhamos. O César estava acabando de sair de um sanatório e estávamos indo comprar um remédio quando o Daniele disse que precisava fazer um ponto e nós o deixamos no ponto e fomos comprar o remédio e quando ele já desceu do ponto, o ponto já estava tomado, já tinha caído, tinha sido preso e tinha aberto o ponto. Era um cara do Comitê Central também e nós, eu acho que esse cara chamava João César, e o César tinha o nome de Alexandre e muita gente ficou confusa. Eu vi esse homem, ele foi muito torturado no DOI-CODI, porque quem entregou o Daniele entregou o carro também, então eles foram correndo atrás da gente. No dia seguinte eles foram na minha casa e pegaram meus filhos e depois a minha irmã. E o interessante é que minha irmã tinha um nome falso, com Carteira de Trabalho, e ela disse que trabalhava comigo como babá das crianças. Então ela ficou uns dez dias passando por babá, e foi a sorte dela porque muita gente a viu dentro do DOI-CODI. Então um advogado, um tal de Faith Munir ou Munir Faith, entrou em contato com a Anistia Internacional e botou a boca no mundo. Foi a sorte também. Inclusive tem uma menina que estuda a Anistia Internacional que me mostrou esse documento, eu tinha ouvido falar, mas existe esse documento, e essa (...) essa notícia vai pro pessoal do PCdoB que tem ligação com a Igreja e o bispo de Araraquara, Baurú, uma cidade aqui do interior vem pro DOI-CODI, isso quem me conta é a advogada depois.

Vou saber isso muito tempo depois, fiquei seis meses incomunicável na prisão, eu e o César. Ficamos em selas separadas, mas no mesmo local. Por exemplo no DOI-CODI ele ficou numa cela e eu na outra, depois no Dops ele numa cela e eu na outra, depois no (...) eu numa

cela ele na outra, não tínhamos contato, mas sempre tem alguém que passa informação. Então nós ficamos sabendo que esse Dom Cândido Padim foi lá perguntar, lá no DOI-CODI. Que ele queria saber as informações sobre as mães que estavam presas, que a Criméia estava grávida presa, e quando eles souberam que ela era a guerrilheira que eles estavam procurando ela foi muito torturada, ela e o filho dela, foi torturado antes de nascer, ele é vivo, o João Carlos, mas ele é traumatizado. Todos nós fomos traumatizados, mas ele acho que é o mais prejudicado de todos.

A minha irmã foi solta antes de mim porque ninguém foi processado pela Guerrilha. O Genoíno, que é preso primeiro e mais conhecido, foi processado, mas porque ele é da UNE, não porque é guerrilheiro. A Guerrilha não existe então ninguém é processado, ela saiu uns seis meses depois e sendo controlada. Meus filhos foram mandados pra um delegado que era cunhado do César e esse delegado foi tão torturador como os torturadores porque ele dizia pros meus filhos que os pais eram terroristas e que tinham abandonado eles porque não gostavam deles. É muito duro falar disso. Vou te dar um livro e você vai ler os depoimentos da minha filha, do meu filho e do meu sobrinho e toda criança que sofre esse tipo de violência é muito dolorido. É uma dor que não passa, é uma ferida que não cicatriza, porque esse delegado fez dela empregada doméstica. Dela e dos filhos. Minha irmã que conseguiu tirar ela de lá, e depois tive que retomar à guarda deles através da advogada.

A Agência Brasileira de Notícias funcionava também na nossa casa. Funcionava como eu tô te falando, a gente mandando notícias, que as notícias eram repassadas pra nós, ou eram produzidas junto, porque tinham reuniões do Comitê Central pra tratar da imprensa.

A repressão encheu tanto (...) e queriam (...) e todos tem uma ideia que as coisas são mais complicadas do que são. Elas são arrojadas, né! Você ter uma Agência Brasileira de Notícias, mesmo agora do jeito que estão dando as notícias aí, fazendo os comentários aí. Hoje você tem rede social, mas você ter credibilidade, ter inserção na sociedade, você tem que ser bem articulado. Era uma agência simples, contava com poucas pessoas, era eu, o César, o Daniele, o Ghilhardini, a gente fazia telejornais marítimos. O Ghilhardini, eu acho, quando ele era legal, ele era marítimo, porque eu conheci ele na clandestinidade pois ele tinha muitos contatos no porto, ali em Santos. Então fazíamos jornais marítimos, tanto o de Santos como o do Rio e ele tinha um contato ali bastante estreito digamos assim com Ghilhardini, com o Pomar. O Mauricio Grabois estava sempre na Guerrilha e pouquíssimas vezes me encontrei com ele. E ali se conversava, se discutia notícias, se produzia notícias e tudo sempre colado nisso, o pessoal que está em contato direto com as células do partido, tinha gente até na Globo, que mandava na Globo. Muita notícia que não era publicada, ela circulava naquele ambiente. Você que é da

comunicação sabe que tem censura até hoje, né? Tem censura, infelizmente né, morremos tantos para que tivesse liberdade, mas ainda não tem... e então ali se reunia, selecionava notícias e escrevia e reescrevia, e ia pro mundo daquele jeito, com os endereços.

Sobre o *Araguaia* esse jornal não era da nossa responsabilidade, em 1964 nós estávamos na cadeia. Eu tenho conhecimento, eu vi esse jornal, quando eu saí da cadeia alguém me deu esse jornal, eu fiquei até emocionada, eu disse: gente! Alguém me deu eu nem sei quem, que veio assim no papel embrulhado, a capa era de silkscreen, bonito, né? Acho que era o pessoal da juventude que fazia isso... da JUTEPA. Era um grupo da juventude do Rio de Janeiro que fazia isso, tinha jornalistas que estavam estudando e faziam isso, uns meninos da Federal do Rio de Janeiro e tinha um que era chefe, que era médico.

Acho que eles fizeram uma iniciativa deles, devia ter um esquema nosso de ouvir a rádio, porque esse jornal já nasce com direção do Partido praticamente morta, né? Porque o PCdoB hoje é uma coisa, não tem nada a ver com o de hoje, sou do PCdoB dos mortos... porque os vivos.....

O Ghilhardini estava morto, o Lincon West estava morto, o Danielli estava morto, o Lincon Morch estava morto, todo mundo que era aqui da área urbana estava morto. Então esse jornal nasce desses meninos que resolveram dar um apoio, que era uma forma de dar apoio que tinha que ter tido apoio da cidade, mas não teve. Mas não tinham informação porque os contatos estavam todos cortados.

Na própria Guerrilha ela fala isso, a área da guerrilha é enorme, então daqui você não sabe tudo o que está acontecendo, ela buscava trazer, mas não conseguia de forma global.

A matéria do *OESP*, a primeira que fala da Guerrilha. Um vereador fala que Deus lembrou de nós que trouxe esses guerrilheiros pra cá

Eu trago comigo tudo quanto é história da ditadura. Eu passei, tô passando uma vida de luta, resistência, enfrentamento, o que eu tenho de mais forte que trago são esses que morreram na luta, esse que morreram na luta eu os trago no meu peito, no meu coração. O Daniele, eu sou testemunha da morte dele, e ele falava assim sentado num sofá. Na nossa imprensa tinha um sofá e ele falava: o dia que eu for preso não vou falar nem meu nome e eu falava: você vai dar conta? Ele dizia: eu tenho que dar conta porque se eu falar meu nome eles vão querer saber mais coisa. No transporte eles falavam que era peixe grande, e o peixe grande era o Daniele, porque nós...que que era eu e o César. Então eles sabiam muito bem, e ele não falou o nome e foi torturado até o último momento da vida dele. Eu falo do Daniele porque esse eu vi, mas outros morreram também, né? Eu acho que tem uma concretização da dignidade humana, eu vejo neles a dignidade, porque as vezes você vê tanta gente indigna, tanta falcatura na política,

mas tem, né? Eu acredito porque eu sei que tem pessoas que tiveram um compromisso em relação a luta do começo ao fim. Outra coisa que me marca é a participação das mulheres, principalmente na Guerrilha do Araguaia, e as informações que tenho são poucas porque essa história não foi contada e quando é contada é pelos militares. É toda informação que se tem. Mas como foi a história delas, pela própria fala dos militares você vê que a história delas é muito forte. Tem um livro que diz que a Dinalva Bahiana era um mito no Araguaia, que diziam que ela virava uma borboleta que, quando o Curió vai pegar a Dinalva e a Luiza Gallip elas estão com a roupa do corpo, sem dinheiro e sem arma. Que elas queriam sair dali. Não sei se é o Leonencio nossa ou o Curió que fala, mas eu tenho esse entendimento. De que não poderia ficar uma mulher assim, que havia juntado tantos militares pra procurar. Andando por ali viva a Helenira a própria Dinaelza”.